

WAIMIRI ATROARI

A HISTÓRIA QUE AINDA NÃO FOI CONTADA

A HISTÓRIA SOBRE OS PRIMEIROS CONTATOS ENTRE
A POPULAÇÃO OCIDENTAL BRASILEIRA E OS ÍNDIOS
CONHECIDOS COMO WAIMIRI ATROARI.

A INSTALAÇÃO DOS POSTOS INDÍGENAS PELO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI
NO TERRITÓRIO DOS ÍNDIOS WAIMIRI ATROARI.

A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA BR-174
MANAUS – BOA VISTA.

A BIOGRAFIA DO SERTANISTA E INDIGENISTA
GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA.

A CRIAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA WAIMIRI ATROARI.

A DIMINUIÇÃO DA ÁREA DA RESERVA INDÍGENA
WAIMIRI ATROARI.

O PROJETO PITINGA – EXPLORAÇÃO E INVASÃO DE
526.800 HECTARES DA ÁREA DA RESERVA INDÍGENA
WAIMIRI ATROARI PELA EMPRESA DE MINERAÇÃO
PARANAPANEMA S/A.

WAIMIRI ATROARI



WAIMIRI ATROARI
**a história que ainda
não foi contada.**

José Porfírio F. de Carvalho.

ÍNDICE

OS WAIMIRI ATROARI	4
BARBOSA RODRIGUES E OS CRICHANÁS	11
A DEFESA DOS ÍNDIOS WAIMIRI ATROARI PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI	17
OS WAIMIRI ATROARI “VERSUS” 4 TH PHOTO CHARTING SQUADRON	23
OS WAIMIRI ATROARI	30
POSTO INDÍGENA IRÃOS BRIGLIA	33
A MISSÃO GALLERI	38
ATAQUE NO RIO ALALAU	49
A ESTRADA BR-174 MANUS-CARACARAI-BOA VISTA	61
GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA	85
OS WAIMIRI ATROARI Depois da morte de GILBERTO PINTO FIGUEIREDO	106
A RESERVA INDÍGENA WAIMIRI ATROARI	110
DIMINUIÇÃO DA RESERVA WAIMIRI ATROARI	115
NOVA ESTRA DENTRO DA TERRA DOS ÍNDIOS WAIMIRI ATROARI	118
FOTOS	121
MAPAS	131

WAIMIRI ATROARI

A história que ainda não foi contada.

José Porfirio Fontenele de Carvalho.

Brasília 1982.

Dedico este trabalho, aos que, mesmo sem saber porque estavam fazendo, sacrificaram suas vidas, em defesa dos índios.

Presto aqui minha homenagem pessoal a Gilberto Pinto Figueiredo e a João Dionisio do Norte, o “João Maracajá”, que sacrificaram suas vidas na defesa dos índios Waimiri-Atroari.

Quando iniciei este trabalho, nos idos de 1974, não imaginei que levaria tanto tempo para concluí-lo.

Não se trata de nenhum trabalho com pretensão científica ou acadêmica, trata-se de depoimentos pessoais sobre fatos que testemunhei e de resumo sobre o resultado de exaustiva pesquisa bibliográfica e documental.

Por isto, ao escrever este trabalho, não sigo nenhum chavão estético comumente usado, escrevo e narro os episódios de forma como o pesquisei e da maneira que costumo contar estórias.

“Eu nunca quis saber porque os índios mataram ou deixaram de matar . . . Tenho-os como meus filhos, considero-os o prolongamento de minha família. Ando armado na floresta, mas não atiro nos índios em caso de ataque. Se me matarem um dia, paciência . . .”

“Gilberto Pinto Figueiredo”, Indigenista morto em serviço, na floresta, no Posto Indígena de Atração Abonari em 29 de dezembro de 1974.

OS WAIMIRI ATROARI

Todas as notícias que encontrei nos documentos pesquisados sobre os índios denominados Waimiri Atroari e os contatos mantidos com aquele grupo tribal, não garantem que eles se auto-denominem como são conhecidos.

Sabe-se que os índios que habitam a área de influência do rio Camanau, Jauaperi o Santo Antonio do Abonari, quando se referem aos índios que habitam a área de influência dos rios Alalau e Uatumã, chamam-lhes de "Atroari". E aqueles quando fazem referência aos índios do Camanau e Jauaperi, Santo Antonio do Abonari, denominam-lhes de Waimiri. Entretanto são poucos os historiadores que fazem referências aos índios habitantes na região compreendida pelos rios Jauaperi, Camanau, Uatumã, Santo Antonio do Abonari, Alalau e seus afluentes, com a denominação Waimiri Atroari.

As primeiras notícias que se tem dos índios habitantes na margem esquerda do Rio Negro, compreendendo a área que se estende do rio Jatapu ao Rio Branco (vide mapa nº 01), datam do século XVII.

Barbosa Rodrigues, famoso etnólogo brasileiro, foi um dos primeiros que manteve contatos amistosos com os índios Waimiri Atroari, que ele na ocasião, denominou-os de Crichanás.

Sobre os contatos com índios, Barbosa Rodrigues, publicou um trabalho em forma de livro intitulado "Jauaperi, Pacificação dos Crichanás" (1885).

Sabe-se também que o missionário Frei Teodoro das Mercês, um dos primeiros exploradores do Rio Negro, manteve contato com os Waimiri Atroari, denominando-os entretanto de "Aroaquis".

Os Waimiri Atroari, eram também conhecidos com a denominação de Tarumás, Caripunás, Cericunás, Crichanás, Alalaus, Jauaperi e Wautemiri.

O relacionamento entre os índios Waimiri Atroari com os segmentos da sociedade colonizadora manteve-se sem maiores problemas até o início do século XIX, quando o comércio e a exploração dos castanhais atingiram economicamente grande importância. As terras ocupadas pelos Waimiri Atroari são ricas em produtos vegetais, destacando-se a Castanha do Brasil, Balata, Pau Rosa (3) e outros artigos de grande procura comercial naquela época.

Foram criadas nas margens do Rio Negro, pequenas vilas como Moura, Carvoeiro e Airão sem que fosse registrado nenhuma resistência por parte dos índios à fixação daqueles povoados dentro do território ocupados por eles.

Após a ida para a região (área de influência dos rios Jauaperi e Rio Branco) do Major Manoel Ribeiro de Vasconcelos, nomeado pelo Presidente da Província do Amazonas, Dr. João Pedro Dias Vieira, em 1856, iniciou-se uma verdadeira guerra, aberta e desigual, contra os índios Waimiri Atroari.

Para "pacificar" os índios Waimiri Atroari, o Major Vasconcelos, seguiu no dia 29 de abril de 1856, levando consigo, ao Rio Jauaperi, 50 guardas bem armados prontos para entrarem em ação contra os índios. A pacificação entendida pelo Major Vasconcelos, era de forçar à bala o rendimento dos índios, para que os comerciantes exploradores de Castanha pudessem realizar suas coletas sem que fossem molestados.

Major Vasconcelos, subindo o rio Jauaperi, entrou com seus guardas no Igarapé Uatupurá, onde foi encontrado uma grande aldeia de índios Waimiri e ali foi travado um combate entre os praças e os índios, que colhidos de surpresa e pela desigualdade de armas fugiram apavorados, deixando nas proximidades da maloca um grande número de mortos.

Os comandados do Major Vasconcelos, saquearam as casas dos índios, lançaram fogo em toda a maloca, chegando a morrerem dentro, várias crianças e velhos que não conseguiram fugir.

Segundo relatórios da expedição, devem ter morrido mais de 300 índios entre adultos, crianças e velhos.

Depois do ataque, o Major Vasconcelos retornou a Manaus para relatar o fato, e a seu pedido foi instalado na foz do pequeno Igarapé chamado Macucuaua, um destacamento militar para garantir aos coletores de castanha, segurança necessária aos seus trabalhos.

Muitos dos castanheiros atraídos pela presença do destacamento militar, foram estabelecendo-se nas margens dos rios Jauaperi e Alalau, dando continuidade a exploração das matas, dentro do território dos índios Waimiri Atroari.

Não custou muito, os índios passaram a tentar afastar os invasores de seus domínios. Fuão Jordão, um dos moradores que se estabelecera na margem esquerda do rio Jauaperi, no local mais tarde conhecido como Mahaua, foi atacado pelos índios à flechadas, juntamente com as pessoas que residiam com ele e estavam participando da coleta de castanha.

Na foz do igarapé Tunuau, afluente do rio Jauaperi, os índios saquearam a casa de D. Catarina que se encontrava ausente, fazendo com que depois disto todos os que se aventuraram a subir o rio Jauaperi abandonassem de vez suas residências.

Iniciou-se então, uma guerra sem tréguas, entre os exploradores de produtos naturais e os índios Waimiri Atroari.

Toda vez que um dos invasores das terras dos Waimiri Atroari avistava um índio, fazia-lhe fogo. O índio por sua vez e quando era possível, revidava. O "crime" dos índios aparecia, mas as vítimas indígenas nunca tornavam-se conhecidas. Nessa guerra desigual o índio, sempre levava o pior e isto fatalmente provocava nos índios maior ira contra os colonizadores.

Em 1867, Frei Samuel Luciani, vigário da paróquia de Moura, vila à margem direita do Rio Negro, estabelecida nas proximidades da foz do Rio Jauaperi, elaborou um projeto para "Pacificar os Índios Waimiri Atroari". Foi então Presidente da Província do Amazonas, Epaminondas de Melo e conseguiu os meios para levar adiante o seu projeto.

Entretanto, Frei Samuel não saiu de Moura. Enviou ao rio Jauaperi em missão de "Pacificação", guardas armados para manter contatos com índios. O grupo de guardas ao encontrar-se com os índios, por falta de conhecimento e meios de lidar com eles, foi hostilizado e retornaram a Moura, tão logo foi possível.

Frei Lucianni, escreveu ao Presidente da Província comunicando o ocorrido e pediu reforços de mais guardas armados para levar adiante sua desastrosa missão.

O Presidente da Província do Amazonas, Epaminondas de Melo, negou o pedido do Frei, rescindindo em seguida o contrato firmado com o padre para "Pacificar os Índios".

Os atritos entre índios e castanheiros continuaram toda vez, que dentro do território dos Waimiri Atroari, encontravam-se.

No dia 12 de Janeiro de 1879, a vila de Moura, foi atacada pelos índios Waimiri. Os moradores ao notarem a presença dos índios nas proximidades, tiveram tempo de refugiar-se numa ilha existente na frente da vila (a ilha era conhecida com a denominação de ilha Curupiari ou Sabiá). Os moradores de Moura, depois do ataque dos índios, passaram a denominar a ilha onde escaparam dos índios, de ilha da Salvação, nome pela qual ainda é conhecida.

O ataque dos índios à vila de Moura, limitou-se quase a danos materiais, apenas dois dos moradores morreram, isto porque reagiram, à bala, a presença dos índios.

Quando a notícia da presença dos índios em Moura, chegou a capital da Província do Amazonas (dias depois), o Presidente fez seguir para Moura

uma força do 3º Regimento de Artilharia e outra do Corpo Provisório, sob o comando do Brigadeiro João de Barros Falcão, a bordo de duas lanchas de artilharia.

Quando as forças atingiram Moura, os índios já tinham se afastado.

O Brigadeiro Comandante, dividiu a força em duas frentes de combate e saíram a procura dos índios.

Subindo o rio Jauaperi, uma das lanchas encontrou-se com um grupo de índios que seguiam em 11 Ubás de retorno às suas malocas.

As Ubás foram alvejadas com tiros de artilharia e todas metidas a pique. Os índios que viajavam nas embarcações morreram quase todos e segundo o relatório da expedição, foram mais de uma centena.

A segunda lancha, tendo no seu comando o Tenente Pastana, encostou na margem esquerda do Rio Jauaperi, acima do local onde as Ubás foram postas a pique, tendo seguido com seus comandados por terra. Ao encontrar-se com um grupo de índios foi feita uma intensa fuzilaria que durou "até a noite chegar".

Seguindo pelo rio Curiau, partindo de Tauapessassu, saiu outra expedição armada contra os índios.

Próximo a foz do Curiau, a expedição encontrou-se com um grupo de cerca de 80 índios, que após a fuzilaria dos expedicionários, poucos escaparam, fugindo mata a dentro.

Nesse revide a presença dos índios na vila de Moura, mais de 400 índios morreram alvo das balas dos colonizadores.

Depois do retorno das expedições, em Moura ficou sediada uma Lancha de Guerra, destinada ao combate sistemático aos índios Waimiri Atroari.

No mês de outubro de 1874, o Tenente Antonio de Oliveira Horta, comandante do destacamento militar da vila de Moura, flagrou nas proximidades do povoado, um grupo de cerca de 200 índios Waimiri Atroari, que foram mortos a bala pelos praças sob seu comando. Apenas o praça de nome Quitiliano José Ferreira ficou ferido entre os guardas da guarnição militar de Moura.

No dia 9 de novembro do mesmo ano, o Tenente Horta, comandando 20 praças armados, a bordo da lancha de guerra que se achava estacionada em Moura, seguiu ao rio Jauaperi à caça dos índios Waimiri Atroari.

No dia 12 do mesmo mês, por volta das 10 horas, a expedição, ainda no rio Jauaperi, encontrou aparentemente abandonadas 5 Ubás, que por ordem do Comandante Horta foram destruídas. Os índios, possíveis passageiros daquelas embarcações não apareceram.

Em seguida, um pouco mais acima, encontraram mais 2 Ubás, também aparentemente abandonadas. Estas, o Comandante Horta resolveu levá-las para Moura, como se fossem troféus de guerra.

No dia 21 de novembro, o sentinela do destacamento militar, ao avisar um índio nas proximidades do povoamento, deu um tiro matando-o, alertando a população e o próprio destacamento.

Iniciou-se então mais um sangrento combate, tendo o Tenente Horta, usado sua força militar ajudado pelos moradores da vila.

Morreram muitos índios "Incontáveis" segundo notícias dos jornais da época.

Muitos índios entretanto conseguiram fugir, levando consigo alguns mortos e feridos.

Após o ataque, o Tenente Horta organizou uma patrulha e saiu em perseguição aos índios que conseguiram escapar.

Novo encontro deu-se entre índios e os comandados pelo Tenente Horta e mais uma vez a mortandade ocorreu. Ainda assim alguns feridos conseguiram refugiar-se nas matas próximas as margens do rio Jauaperi.

No dia seguinte continuou a perseguição aos índios feridos.

Escondidos entre a folhagem das árvores "onde estavam trepados e silenciosos" encontravam-se cerca de 23 índios feridos.

Os guardas armados ao encontrarem os índios escondidos e trepados nos galhos das árvores ficaram eufóricos "como caçadores entusiasmados ante um grupo de guaribas". Cada um dos expedicionários procurava destacar-se em sua pontaria "Apontavam a arma e, ao disparar, o pobre Índio caía de onde se encontrava abrigado, no meio de gargalhadas gerais e gritos de satisfação. "Assim caíram todos, a exceção de um que ficou preso a um galho".

No outro dia, os praças voltaram ao local da chacina e após empilharem os corpos, lançaram fogo.

O Comandante Horta era sempre auxiliado em suas missões contra os índios pelos "civis" de nome Manoel Gonçalves, vulgo Bicudinho, Hermógenes Rodrigues Pastana, Hermenegildo Rodrigues Pastana e alguns outros com menos freqüência.

Em 1875, o Presidente da Província do Amazonas, Dr. Domingos Jaci Monteiro, em seu relatório anual, comentando os atos do Tenente Horta com relação aos índios Waimiri Atroari frizava: "fez-se neles (nos índios) uma grande mortandade, já quando o perigo já estava passado e eles retiravam-se. Deste modo dificulta-se a conciliação com aqueles selvagens, em que cresce o espírito de vingança com repetição das ofensas".

Apesar de tudo, os índios continuaram aparecendo nas cercanias da vila de Moura, ora no Paraná da Desgraça, ora no Paraná do Limão, nas ilhas Urupunan e na ilha do Cureru, sendo sempre recebidos a tiros de fuzil.

O Tenente Horta foi afastado do Comando Militar incumbido de proteger Moura e em seu lugar assumiu o Comando o Tenente Malaquias Neto.

No dia 16 de dezembro de 1876, o Tenente Malaquias em "viagem de inspeção" dirigiu-se ao rio Jauaperi, a bordo da lancha de guerra que fazia parte de seu destacamento.

Já no rio Jauaperi, ao encontrar uma Ubá aparentemente abandonada numa praia, próximo ao Tanau, mandou encostar a lancha para averiguações.

Ao aproximar-se da margem onde se encontrava encostada a Ubá, a lancha encalhou nos bancos de areia formados no leito do rio. De repente surgiram vários índios atacando a lancha à flechadas.

Houve fogo cerrado de artilharia "querendo os índios tomar a lancha, cobriram-na de flechas, pelo que a tripulação fugiu para os porões, depois de dar um tiro de metralha com rodízio de proa que, não estando preso pelo vergueiro, saltou ao convés. Ficaram alguns marinheiros e índios feridos, morrendo muitos desses" (Jornal "Amazonas" — 28 de abril de 1878).

Em 1878, o então Presidente da Província do Amazonas, Barão de Maracaju, convidou o padre José Maria Vila, para assumir a missão de catequisar os índios Waimiri Atroari, chamados na época de Crichanás.

Ao tentar aproximar-se dos índios, o Padre José Maria Vila, foi hostilizado e seus acompanhantes reagiram à bala, entretanto não se registrou nenhuma morte.

Com o insucesso do primeiro contato, o Padre José Maria desistiu de sua missão.

O destacamento policial sediado em Moura, continuou com regularidade e insistência a caçada aos índios habitantes no rio Jauaperi e seus afluentes.

Em 08 de junho de 1886, o Presidente da Província do Amazonas, designou o Frade Jesualdo Machetti para, com os Padres que vieram da Europa em sua companhia, organizar e dirigir o serviço de catequese aos índios Crichanás (Waimiri Atroari).

Frade Jesualdo, achando-se sem condições para desempenhar a catequese dos índios, não chegou a iniciar o trabalho para o qual fora designado pelo Presidente da Província.

Diante da recusa do Frei Jesualdo, o Presidente da Província nomeou o Frei Venancio Zelochi, que chegou a ir às cabeceiras do Rio Branco (hoje Território Federal de Roraima) a procura de intérpretes entre os índios Macuxi, que pertencem ao mesmo grupo linguístico dos Waimiri Atroari.

Como não conseguiu trazer para o rio Jauaperi, os intérpretes que necessitava para o seu trabalho, Frei Venancio também desistiu de catequisar os Waimiri Atroari.

Com mais esta desistência de religiosos para a catequese dos índios Waimiri Atroari, o Presidente da Província do Amazonas, Coronel Conrado, determinou a instalação na foz do Rio Branco e rio acima de Postos Militares, visando a proteção dos segmentos da sociedade colonizadora que já invadiam o território indígena à procura das riquezas naturais.

Em 1889, retorna o Tenente Horta ao comando do Destacamento Policial encarregado de proteger a vila de Moura. E também volta a perseguição implacável e sistemática aos índios Waimiri Atroari.

A bordo da lancha de guerra, sediada em Moura, e acompanhado do sub-delegado daquela vila, o elemento conhecido pela alcunha de Rato, o Tenente Horta volta ao rio Jauaperi e no lugar conhecido como Maracacá encontrou-se com os índios Waimiri Atroari, ocorrendo intensa fuzilaria, onde mais de uma centena de índios tombou sem vida.

Moura foi o local, de onde, no século passado, partiram a maioria das expedições de caça aos índios Waimiri Atroari.

BARBOSA RODRIGUES E OS CRICHANÁS

Em 29 de março de 1884, o Diretor do Jardim Botânico do Amazonas, etnólogo e botânico, Barbosa Rodrigues a bordo de uma lancha da Marinha de Guerra, comandada pelo Tenente José de Almeida Bessa, acompanhado ainda do alferes Manoel Ferreira da Silva e do Conde Ermano Stradeli, partiu de Manaus com destino ao Rio Jauaperi para tentar um contato amistoso com índios habitantes daquela região.

Na vila de Moura, incorporou-se à expedição os Srs. Manoel Gonçalves, Zeferino Jararaca e o índio Macuxi, Petro Ferreira Marques Brasil, que participava na condição de intérprete, pois tudo indicava que o idioma dos índios Crichanás (Waimiri Atroari) como denominava o etnólogo Barbosa Rodrigues, pertencia ao mesmo grupo linguístico dos índios Macuxi, habitantes no alto Rio Branco (hoje região do Território Federal de Roraima).

A expedição partiu da vila de Moura, no dia 01 de Abril de 1884, a bordo da lancha da Marinha, que foi cedida à Barbosa Rodrigues pelo Presidente da Província do Amazonas, exclusivamente para a missão.

Na boca do Paraná Calango, que une o Rio Negro ao Rio Jauaperi, a lancha ficou fundeada e os expedicionários, seguiram a viagem daquele ponto em diante em uma canoa, levando a reboque mais duas que transportavam brindes e artigos para alimentação.

Numa das ilhas do lago denominado Mahaua foram avistadas 4 Ubás, tripuladas por cerca de 40 índios.

Foi o primeiro contato dos expedicionários chefiados por Barbosa Rodrigues com os índios. "Um alarido horrível e gritos ameaçadores retumbaram pela floresta. Era de fazer estremecer o ruído produzido pelos galhos das árvores que se quebravam e a vozeria dos selvagens" assim expressou-se Barbosa Rodrigues ao narrar em seu relatório o primeiro encontro com os índios.

Barbosa Rodrigues, muito receioso, procurou se aproximar do grupo de índios que gesticulava e acenava aos gritos.

Através do intérprete, o índio Macuxi que acompanhava a expedição, convidou-os a irem até a canoa, pois ali tinha brindes e presentes para eles.

Os outros expedicionários ficaram dentro da canoa, pois temiam a qualquer momento o ataque dos índios.

Os índios cercaram Barbosa Rodrigues e depois de muito insistir, aceitaram a acompanhá-lo até onde encontravam-se as canoas com os objetos destinados a presentes.

Mas, os companheiros de Barbosa Rodrigues, ao verem o grupo de índios se aproximando das canoas, remaram com pressa, se afastando da praia, deixando sozinho com os índios. "De repente, escreveu Barbosa Rodrigues, os selvagens, me envolveram, me agarraram e me levaram a força para um córrego que dividia a ilha na parte coberta de vegetação. O córrego era bem profundo. Não me atrevi a atravessá-lo porque tornava-se necessário nadar e eu não podia por estar doente e vestido".

Procurando conter os índios, fazendo gestos com as mãos, demonstrando que não sabia nadar, conseguiu Barbosa Rodrigues, acalmá-los. Depois de mandar distribuir aos índios os presentes que tinha levado na expedição, ia recebendo deles, em troca, as suas próprias flechas e arcos, deixando-os por conseguinte desarmados.

Procurando sempre demonstrar o uso dos presentes entregues aos índios, Barbosa Rodrigues, aparentemente conquistara naquele primeiro contato, a confiança dos Crichanás (Waimiri Atroari). Os brindes "trocados" foram principalmente — Machados, Terçados, Facas, Tesouras, Agulhas, Calças, Camisas e Chapéus.

Os índios, por sua vez gostaram dos óculos e do bigode de Barbosa Rodrigues. Queriam que lhes dessem o bigode. E como logicamente não era possível, demonstravam certa tristeza por não o possuírem, porque segundo o próprio Barbosa Rodrigues, os índios passavam os dedos pelo lado superior do lábio e fazendo gestos, comparando com o seu bigode.

Enfim, terminaram fazendo Barbosa Rodrigues dançar com eles, colocando-o no meio de uma grande roda de dançarinos índios.

Mais de uma semana, conviveu Barbosa Rodrigues com os índios. Quando os víveres acabaram, a expedição retornou a Moura para reabastecimento.

No dia 12 de abril do mesmo ano, a expedição novamente entrou no rio Jauaperi. Nas proximidades do lugar conhecido como Sapa, encontraram 2 Ubás com vários índios a bordo. Barbosa Rodrigues, fazendo sinais, conseguiu que as embarcações dos índios aproximassem das que viajava, e ele passou daí em diante a viajar numa das canoas dos índios, que seguiam com destino ao lugar conhecido como Mahaua.

Depois de troca de presentes, a expedição seguiu viagem rumo às cabeceiras do rio Jauaperi.

Na foz do igarapé Chichinau, a expedição encontrou um novo grupo de índios, tendo Barbosa Rodrigues, mantido contatos amistosos com eles, realizando também troca de presentes.

Todos os contatos mantidos por Barbosa Rodrigues e os índios foram amistosos e coroados de êxitos. Os índios pareciam confiar no cientista. A expedição chefiada por Barbosa Rodrigues, contou com a ajuda do alferes Manoel Ferreira da Silva, Tenente Bessa e o Conde Stradeli, destacando-se ainda a participação do índio Macuxi, Pedro Ferreira Marques Brasil, que serviu de intérprete nos primeiros contatos com os índios Crichanás (Waimiri Atroari).

Acompanhado de sua esposa e filha, Barbosa Rodrigues, em 3 de junho do mesmo ano, partia de Manaus em nova expedição ao Rio Jauaperi.

A população de vila de Moura, criou várias dificuldades para a saída da expedição de Barbosa Rodrigues, que passara naquele povoado, para reabastecer-se de víveres, pois sabedores de sua missão pacifista, a população desaprovava a ação do etnólogo, preferindo a ação do "Tenente Horta" e suas expedições punitivas.

Enfrentando toda sorte de dificuldades, Barbosa Rodrigues retornou ao rio Jauaperi, chegando a 26 de julho ao lugar denominado como Tauaquera, que ao chegar rebatizou-o com a denominação de Teoduretópolis, em homenagem ao então Presidente da Província do Amazonas, patrono de suas expedições.

Depois de dois dias de espera pelos índios, eles não apareceram. Barbosa Rodrigues, resolveu seguir viagem rio acima. No lugar denominado por Barbosa Rodrigues, de Triunfo, local onde na expedição anterior teve contato amistoso com os índios, as embarcações foram encostadas para pernoite. Ao amanhecer, Barbosa Rodrigues, acompanhado pelo alferes Ferreira, e do índio Pedro Ferreira Marques Brasil, e ainda de mais cinco índios da nação Tucano, seguiu por terra a procura da maloca dos índios Crichinás (Waimiri Atroari).

Encontrava a poucas horas da margem do rio, uma maloca vazia, com sinal de que ainda estava habitada. Deixaram no local os brindes que traziam e retornaram ao lugar onde se encontravam acampados seus companheiros de expedição.

Um dia depois da visita a maloca, surgiu nas proximidades do acampamento da expedição, um numeroso grupo de índios que fizeram um "enorme alarido" ao aproximar-se. Uns vieram por terra e outros em suas canoas, vindos de pontos diferentes.

Barbosa Rodrigues, cita que, aquele grupo de índios era chefiado pelo Tuxaua "Apanaracá" que manteve contatos amistosos com eles, realizando ali, troca de presentes.

Depois da troca de presentes, a expedição retornou a Tauaquera ou Teoduretópolis, como rebatizara o lugar Barbosa Rodrigues.

Lá havia ficado um grupo de expedicionários, encarregados de construir uma pequena casa, onde mais tarde poderia servir de abrigo aos expedicionários. Foi erguido naquele lugar, também, um "Cruzeiro", "para simbolizar a paz, a união, entre civilizados e selvagens".

Barbosa Rodrigues, no ano seguinte, retornou ao rio Jauaperi e sempre mantendo contatos amistosos com os índios. Ele passou a levar nas expedições, sempre a sua esposa e filha, as quais eram objetos de admiração para os índios, devido a tez branca e a cabeleira loira.

No período em que Barbosa Rodrigues, esteve no rio Jauaperi, cessaram as hostilidades entre "civilizados" e índios.

No dia 28 de outubro de 1884, quando Barbosa Rodrigues encontrava-se na vila de Moura, lá apareceram uns índios, que vindos das matas, aproximaram-se das casas dos moradores, que assustados tentaram reagir. Entretanto Barbosa Rodrigues foi de encontro aos índios e depois da troca de presentes realizada naquela hora, sem nenhum incidente, os índios retornaram de onde vieram rumo as suas malocas.

"Este acontecimento foi o mais notável dos fatos da vila de Moura". Barbosa Rodrigues, entretanto não pode continuar seus trabalhos pacifistas junto aos índios. Por motivos de ordem particular foi obrigado a deixar a tarefa a que se propôs "de conduzir ao convívio da civilização os aborígenes do Jauaperi".

Já em 1900, depois da saída de Barbosa Rodrigues, do rio Jauaperi, e da desistência da continuidade da missão, o Coronel Conrado J. Niemeir, Presidente da Província do Amazonas, determinou a instalação nas margens do Rio Branco, de Postos Militares, visando a "proteção dos segmentos da sociedade invasora dentro do território indígena, abrangendo toda a área do rio Jauaperi e de seus afluentes.

Em 1901, o etnólogo Ricardo Payer conseguiu visitar por alguns dias os índios Waimiri Atroari, habitantes das proximidades do lugar denominado Mahaua. Por ter acabado os brindes e ainda por notar qualquer atitude hostil a sua presença, o etnólogo não se demorou muito na visita, entretanto levou consigo, farto material etnográfico e que pelo que se sabe foi recolhido ao Museu de História Natural de Viena.

Desse trabalho de pesquisa foi elaborado um resumido vocabulário do idioma dos índios habitantes no rio Jauaperi. (Von Kock – Gurenerg Die Jauapery, G. Huber – Einteitung).

Em 1905, por causa de um incêndio num barracão de um dos moradores de nome Antunes, que se estabelecera no rio Jauaperi e relacionado com o assassinato de um índio, o Governo do Amazonas, enviou mais uma força policial ao rio Jauaperi.

A força Policial era chefiada pelo Capitão Catingueira, que seguiu mata a dentro até as malocas dos índios, realizando ali, a mais trágica hecatombe que se pode imaginar acontecer a um povo.

O grupo policial destruiu todas as malocas que encontrou, incendiando-as e matando os índios à bala. Naquela horrível carnificina pereceram cerca de 283 índios, alguns mortos dentro das próprias malocas incendiadas.

Os praças forçavam, à bala, os índios permanecerem dentro das malocas e depois ateavam fogo. Os que tentavam mesmo assim fugir do fogo eram recebidos fora da maloca por intensa fuzilaria. Morreram na ocasião muitas crianças junto com suas mães, no interior das malocas incendiadas.

O capitão Catingueira, para comprovar o seu feito diante de seus superiores, levou para Manaus, 18 índios como prisioneiros.

Em Manaus os índios foram alvo da curiosidade pública, que via no feito do Capitão Catingueira um ato de bravura e coragem.

Os 18 índios Waimiri Atroari ficaram presos no então Quartel de Infantaria da Polícia do Amazonas. Foram obrigados a vestirem as roupas dos soldados enquanto permaneciam presos. Desses 18 índios, seis morreram de tristeza e mal tratos dentro da prisão. Doze deles, graças a intervenção do Coronel Euclides Nazaré, que condoído deles, os levou consigo, até a vila de Moura e de lá mandou-os levar ao Jauaperi.

Em 23 de novembro de 1911, o Capitão de Infantaria, Alípio Bandeira, subiu o rio Jauaperi, partindo da vila de Moura, com uma comitiva composta de 12 pessoas, entre as quais encontrava-se o Coronel Euclides Nazaré, para tentar novamente um contato amistoso com os índios Waimiri Atroari.

Em 29 de novembro, a expedição desembarcou no lugar conhecido como Mahaua, e na ocasião foram avistados quatro índios Waimiri Atroari. O Capitão Alípio Bandeira fez sinais aos índios convidando-os a se aproximarem. Os índios com certo receio e gesticulando muito se aproximaram das embarcações que compunham a frota da expedição. Depois de muitos hesita-

rem, os índios saltaram em terra, próximo onde já se encontrava os expedicionários.

Alípio Bandeira, fez entrega aos índios dos presentes que trazia, mantendo rápido contato com aquele grupo tribal. Destacou-se nesse contato o índio identificado como Meprí, que segundo relatou Alípio Bandeira, ele imitava pássaros e "alguns quadrúpedes e com isto chegou a divertir os expedicionários durante algum tempo".

Depois deste contato com os índios, a expedição ainda tentou ir mais além daquele local, entretanto, por não encontrarem índios rio acima, retornaram.

Alípio Bandeira, foi nomeado o primeiro Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios = SPI.

Em 1912, o próprio Alípio Bandeira, fundou na ilha conhecida como Mahaua, no rio Jauaperi, o Primeiro Posto de Atração aos Índios, hoje conhecidos como Waimiri e Atroari.

Entretanto, não obstante a presença no rio Jauaperi de funcionários do Serviço de Proteção aos Índios, novos fatos, colocavam-se contra os Índios, dando continuidade a escalada de extermínio daquele povo.

A DEFESA DOS ÍNDIOS WAIMIRI ATROARI PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS = SPI

A Castanha do Brasil, na primeira década do século, era procurada por preços fantásticos, motivando que novos segmentos da sociedade nacional, tentassem penetrar nos domínios territoriais dos Waimiri Atroari. As áreas dos rios Jauaperi e Alalau, são riquíssimas em Castanha do Brasil, e segundo a visão dos civilizados, "não tinham donos", foram as mais visadas na região pelos coletores de castanha, que viam naquelas terras a oportunidade para riqueza fácil.

Os governos do Estado do Amazonas, sempre visando a "economia do estado e de grupos políticos dominantes, permitiam e até mesmo determinavam a invasão das terras dos índios Waimiri Atroari", provocando assim sérios atritos entre os coletores de castanha e índios.

O primeiro encarregado do Posto Indígena de Atração do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, foi o Sr. Gregório Horta, cuja unidade administrativa, foi instalada no rio Jauaperi, no lugar denominado Mahaua.

O Sr. Gregório tão logo assumiu suas funções, procurou impedir por todos os meios possíveis, a invasão do território indígena Waimiri Atroari. Entretanto pouco pode fazer, pois os comerciantes apoiados pelos políticos de Manaus, burlavam as ordens de não invadirem a terra dos índios.

Por iniciativa da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, o Governo do Estado do Amazonas, através da Lei nº 941 de 16 de outubro de 1917, concedeu aos índios Wautemiris (Waimiri Atroari) as terras situadas a 50 quilômetros a jusante das cachoeiras dos rios Jauaperi e Camanau.

Mesmo com o amparo legal, a 1ª Inspeção do SPI não conseguia impedir a invasão do território dos índios Waimiri Atroari, face a falta de pessoal e meios para melhor vigilância. Com isto, a situação de conflito entre índios e invasores continuava. Toda vez que o coletor de castanha encontrava o índio, este era abatido a tiros.

Em Manaus, existia uma empresa sob a razão social de Penha & Bessa, sob a direção de seu principal sócio, o indivíduo de nome Edgar Penha, cuja atividade comercial era de financiar e promover a coleta de Castanha do Brasil e extração de borracha.

Por ordem de Edgar Penha, os seus funcionários toda vez que iam ao Jauaperi e Camanau, realizar seus trabalhos de coleta, ao encontrarem malo-

cas e roçados dos índios, ateavam fogo e roubavam os gêneros de suas roças. Tudo isto burlando a vigilância do Posto Indígena Mahaua, que passou a ser chefiado pelo indigenista Luís José da Silva, onde vinha prestando bons serviços à causa indígena.

Edgar Penha, por diversas vezes tentou tirar da chefia do Posto Indígena Mahaua, o Sr. Luís José da Silva, pois acusava-o de arbitrário e de que estava entravando o desenvolvimento da economia do Estado, quando proibia a entrada de coletores de castanha no território dos índios.

A 1ª Inspeção do SPI sempre defendia o servidor das acusações de Edgar Penha, dando conhecimento as autoridades de então, da seriedade do trabalho desenvolvido pelo Sr. Luís José da Silva. Em março de 1926, os índios Waimiri Atroari, surgiram em várias partes do rio Jauaperi e numa dessas saídas mantiveram diálogo com duas mulheres que se encontravam em um acampamento de castanheiros, de nome Maria e Antonieta, que haviam subido ao rio Jauaperi com seus maridos para trabalharem na coleta de castanha. Na ocasião os índios deixaram transparecer o descontentamento e o desejo de vingança contra os invasores de seu território.

A maioria dos coletores de castanha que se encontrava trabalhando na área do rio Jauaperi, ao tomar conhecimento do posicionamento dos índios, abandonaram aquele rio. Os funcionários da firma Penha & Bessa, ao contrário, passaram a realizar, quando de suas penetrações na mata a procura de castanha, cerrados tiroteios, tentando "espantar" os índios.

Um dia quando o pessoal da firma Penha & Bessa, encontrava-se no local conhecido como Mijacão, foram surpreendidos pelos índios, travando ali uma batalha que terminou com a morte de todos os coletores de castanha componentes da expedição.

"Os índios caíram sobre o pessoal, matando e trucidando. As canoas dos expedicionários ficaram encharcadas de sangue e a terra ficou toda em desordem, as bagagens espalhadas, volumes de mercadorias esparsas, rifles e espingardas encostados a um pau, sem que nenhuma dessas armas fosse utilizadas. Todo o pessoal foi vitimado pelos índios, que arrastaram alguns cadáveres para o centro da mata, entre eles um dos sócios da firma Penha & Bessa, o Sr. Candido Bessa.

Os corpos estavam molhados, parecendo que tinham sido retirados de dentro d'água. O de José Candido Bessa, tinha ao lado direito um profundo golpe, por onde se via o fígado e o coração. O de Francisco Eliseu apresentava ferimento de flecha em cima do peito esquerdo, os punhos cortados e um forte cipó amarrado no pescoço.

Dois molhos de cabelos de mulher apareciam pendurados em uma árvore. Os cabelos eram de Maria Eugênia, que para ali fora em companhia de Francisco Mariano, um dos funcionários e expedicionários coletores de castanha da firma Penha & Bessa". (Relatório da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas, ano de 1926).

O servidor do SPI de nome Sebastião Gomes de Lima, lotado no Posto Indígena Mahaua, chegou ao local, minutos depois do ataque dos índios aos invasores de suas terras, pois se encontrava exatamente a procura dos invasores de suas terras, para afastá-los do território indígena.

Edgar Penha, principal sócio da firma Penha & Bessa, depois do ocorrido, aumentou sua perseguição aos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios, acusando-os de insufladores dos ataques dos índios. Usando de seu prestígio político, Edgar Penha, procurou por todos os modos, afastar da chefia do Posto Indígena Mahaua, o Sr. Luís José da Silva.

As autoridades do Estado do Amazonas, acatavam as denúncias do Sr. Edgar Penha e por mais que a 1ª Inspeção do SPI em Manaus, desmentisse as acusações infundadas contra os seus denodados funcionários, a palavra final sempre era do invasor das terras dos índios.

Na tentativa de evitar maiores problemas, a 1ª Inspeção do SPI, mandou vir a Manaus, o chefe do Posto Indígena Mahaua, alvo das acusações do Sr. Edgar Penha, para pessoalmente explicar às autoridades o que realmente ocorria lá no rio Jauaperi.

Luís José da Silva, tudo explicou e como nada das acusações do Sr. Edgar Penha ficou provado, retornou ao Posto, dando continuidade ao seu trabalho. Entretanto quando tudo parecia ter ficado explicado, Edgar Penha, tramava uma grande invasão à área dos Índios Waimiri Atroari.

Ao retornar ao Posto Indígena Mahaua, a bordo de lancha de sua propriedade particular, o Sr. Luís José da Silva, acompanhado de seus familiares, mulher e quatro índios menores Waimiri, foram assaltados por Edgar Penha e cerca de 30 bandoleiros sob seu comando.

Luís José da Silva, foi preso e seviciado dentro de sua própria lancha, às vistas de sua esposa e filhos adotivos.

Edgar Penha, após o assalto, levando a reboque a lancha Rio Andirá, onde se encontrava preso o servidor do SPI Luís José da Silva, sua esposa D. Candida Pastana e 4 índios menores, de nomes Abraão, Beré, Muxupi e Maria, seguiu até o Posto Indígena Mahaua para que fosse retirado daquele

local, todos os pertences do Sr. Luís José da Silva. Queria Edgar Penha, que com a retirada dos pertences de Luís, e as sevícias que estava sendo submetido, ele não retornasse mais para a chefia do Posto Indígena, como a 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, insistia em conservá-lo.

A família de Luís José da Silva, assistia tudo aquilo com pavor, destacando-se os índios menores, que tudo viam com muito medo e estranheza. Depois de retirado os principais pertences do Sr. Luís de dentro da sede do Posto Indígena, Edgar Penha, com seus homens armados, destruíram tudo no Posto. Até a própria casa que servia de sede administrativa ao 1º Posto de Atração do Serviço de Proteção aos Índios, foi demolida naquela ocasião. Nada restou inteiro do material e das instalações daquele Posto.

Depois de tudo quebrado e demolido, Edgar Penha, que conservava preso em sua própria embarcação, o Chefe do Posto Indígena Mahaua, Sr. Luís José da Silva, e sua família, retornou ao lugar denominado Nova Vitória, às margens do Rio Negro; sede de seus negócios. E ali, desatracou a embarcação Rio Andirá de propriedade do Sr. Luís José da Silva, que estava servindo de presídio a ele próprio, pois estava confinado no camarote sem poder sair, sendo vigiado constantemente por dois homens armados de rifles.

Edgar Penha ao desatracar a lancha, fez ameaças a Luís José da Silva, dizendo que quem mandava naquelas paragens era ele e não ia admitir que Luís retornasse ao Posto Indígena.

Luís José da Silva, bastante doente em consequência das agressões físicas que sofrera, continuou a sua viagem com destino a Manaus.

Chegando a Manaus, tudo relatou à Chefia da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, que por sua vez levou ao conhecimento das autoridades estaduais, sem conseguir que fosse tomado qualquer providência para punir Edgar Penha e seu bando, ou mesmo coibir que fatos semelhantes voltassem a acontecer.

Luís José da Silva, poucos dias depois de sua chegada a Manaus, faleceu em consequência dos maus tratos e agressões de Edgar Penha. A 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, em seu relatório anual de 1940, faz as seguintes referências sobre os fatos:

“Até a presente data não teve esta Inspeção nenhuma notícia de qualquer providência tomada, em relação ao assunto, pelas autoridades policiais que, força é confessar, em todos os demais assuntos, sempre foi solicitada em prestar todo o apoio à ação desta Inspeção, dificuldades de alta monta certamente impedira até agora as providências sobre os fatos verificados em épo-

ca anormal, embora praticados por quem, logo em seguida ao ataque do Posto Indígena Mahaua deveria assumir as funções de Prefeito Municipal (Edgar Penha), onde havia saqueado um estabelecimento público à mão armada, conduzindo preso até esta capital, o encarregado do Posto Indígena, que veio a falecer em consequência dos maus tratos recebidos”.

Com a morte de Luís José da Silva, chefe do Posto Indígena Mahaua, e a depredação das Instalações do Posto, os trabalhos da primeira Inspeção do Serviço de Proteção ao Índio, foram praticamente suspensos na região.

Com a destruição do Posto Mahaua, os invasores tomaram conta do rio Jauaperi. Tudo sob comando do Sr. Edgar Penha, que voltou a organizar expedições de caça aos índios Waimiri Atroari.

Centenas de índios eram mortos toda vez que os encontravam. Sabia-se apenas em Manaus, que os índios “não mais aborreciam”. E que os coletores de castanha e balateiros, estavam trazendo suas produções para Manaus, vindas do rio Jauaperi e Camanau.

A 1ª Inspeção do Serviço de Proteção ao Índio, não mais retornou ao rio Jauaperi. Procurou mudar o local da instalação dos Postos de Atração aos Índios.

Assim, procurando evitar o relacionamento entre os invasores do rio Jauaperi com os servidores do SPI, foi instalado no rio Camanau, um Posto Indígena com a denominação de Posto Indígena “Manoel Miranda”, para voltar a tentar atrair os índios e defendê-los da ação predadora e criminosos dos invasores.

Na época, pelo rio Jauaperi, três foragidos da Polícia de Manaus, conhecidos como Pedro Guerreiro, Casemiro e Lauriano, penetraram na área dos índios e tudo indica que passaram a viver com eles e até ajudando-os na defesa de seu território.

Inclusive, se sabe que numa dessas expedições de caça aos índios, organizada pelos invasores, quando os índios foram impiedosamente massacrados, um dos feridos, pedia clemência em português, se dizendo ser Pedro Guerreiro e não índio. Entretanto, nunca mais teve-se notícias dos outros. Pode ser que tenham vivido até os últimos dias com os índios, pacificamente, ou tenham morrido em conflito, confundidos ou com os invasores ou com os índios Waimiri Atroari.

Somente, já nos anos 40, a 1ª Inspeção do Serviço de Proteção ao Índio, voltou a tentar contato com os índios Waimiri Atroari. Abandonando o rio Jauaperi, se instalou no rio Camanau.

Sob a orientação dos irmãos, Humberto e Luiz Briglia, foi fundado no alto do rio Camanau, o Posto Indígena de Atração denominado Manoel Miranda.

Entretanto, após período de contatos amistosos, em dezembro de 1942, os índios Waimiri Atroari, certamente por confundir os denodados funcionários do Serviço de Proteção aos Índios, com aqueles criminosos que os vinha perseguindo por dezenas de anos, atacaram o Posto Manoel Miranda, matando todos os que ali se encontravam.

O Serviço de Proteção aos Índios — SPI, através da 1ª Inspeção de Manaus, não desistiu do contato com os índios Waimiri Atroari. Tão logo foi possível o Posto Manoel Miranda, foi reaberto, em outro local e com denominação diferente — Posto Irmãos Briglia, em homenagem aos irmãos indígenas Humberto e Luiz Briglia que tombaram sem vida, na missão de contactar pacificamente os índios Waimiri Atroari.

Os irmãos, quando em serviço no Posto Indígena Manoel Miranda, entre outros trabalhos relevantes, escreveram um vocabulário da língua dos índios Waimiri Atroari.

A morte dos irmãos Briglia, provocou entre os idealistas do Serviço de Proteção aos Índios, mais amor à causa que abraçaram por opção, servindo como exemplo de trabalho a ser seguido por todos.

OS WAIMIRI ATROARI "VERSUS" 4 TH PHOTO CHARTING SQUADRON

Nos primeiros dias do mês de setembro de 1944, a Primeira Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios em Manaus, recebeu a visita do Tenente Walter Willianson, do 4 TH Photo Charting Squadron, do Exército Norte Americano, que pretendia realizar uma expedição pelos rios Jauaperi e Alalau, até nas proximidades da cachoeira conhecida como Cachoeira Criminosa (no Rio Alalau), com a finalidade de realizar naquela região observações astronômicas, atendendo acordos celebrados entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos da América.

Os funcionários da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, em Manaus, procuraram explicar ao Tenente Walter, que a região onde pretendia fazer as observações astronômicas, nos rios Jauaperi e Alalau, eram habitadas por índios ainda arredios, que face ao comportamento dos invasores de seus territórios, estes poderiam reagir com atitudes belicosas à presença de sua equipe de trabalho. Advertiram ainda os funcionários da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, para as dificuldades que a expedição iria encontrar quanto a navegação, através do rio Alalau, pois este rio na época, encontrava-se com suas cachoeiras e corredeiras, com pouca água, dificultando seriamente a navegação de canoas.

Por mais que os funcionários do SPI procurassem cientificar das dificuldades que a expedição iria encontrar, o Tenente Walter, demonstrava indiferença aos problemas que iria fatalmente enfrentar. Decidido seguir viagem ao Rio Jauaperi e Rio Alalau, o Tenente Walter, solicitou a 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, em Manaus, que lhe fosse cedido para a expedição, funcionários experimentados e um dos batelões pertencente ao SPI, para transporte de seu pessoal e material.

A 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios — SPI, emprestou ao Tenente Walter o batelão, denominado de Tenente Lira, e seguiram acompanhado a expedição alguns funcionários experimentados e conhecedores da região.

Antes da partida da expedição, a chefia da 1ª Inspeção do SPI recomendou veementemente ao Tenente Walter, que tivesse muito cuidado no relacionamento com os índios Waimiri Atroari, pois estes eram tidos como perigosos, em virtude de sua índole muito desconfiada diante da presença de estranhos em seu território, isto em consequência do sofrimento secular que lhes tinham infringido os civilizados. Entre as recomendações estava a de que o Tenente Walter, levasse na expedição brindes para serem trocados quando do

encontro que fatalmente teriam com os índios Waimiri Atroari, o que poderia ajudar no relacionamento pacífico entre os expedicionários e aquele povo habitante na região dos rios Jauaperi e Alalau.

Em seguida a visita do Tenente Walter a 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, a expedição partiu com destino a área dos índios Waimiri Atroari.

Em menos de uma semana após a partida, a expedição retornou a Manaus, face a uma pane no motor da embarcação.

Os funcionários da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, que seguiram fazendo parte da expedição do Tenente Walter, depois de consertado o motor da embarcação, recusaram-se a seguir acompanhando o Tenente Walter para dar continuidade a viagem interrompida pela pane do motor.

Alegaram que o Tenente Walter, não teria seguido os conselhos oferecidos pelo pessoal do SPI que eram conhecedores não só da região como da forma de lidar pacificamente com os silvícolas, e que a forma de agir do oficial norte americano, fatalmente provocaria nos índios, uma atitude hostil.

A chefia da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, acatou plenamente a opinião do seu pessoal especializado, principalmente porque aquela chefia tomou conhecimento de que o Tenente Walter, não acolhera as sugestões daquela direção, para levar consigo brindes como machados, facões, etc. e em seu lugar levou apenas carteiras de cigarros, que os índios pouco caso fariam para aquele tipo de brinde.

Mesmo sem mandar os funcionários do SPI seguir acompanhando o Tenente Walter, a chefia da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, sugeriu aquele oficial que procurasse na vila de Moura, pessoal que poderia servir-lhe de guia na expedição que iria empreender aos rios Jauaperi e Alalau.

O comerciante da Vila de Moura, de nome Raul Vilhena, cedeu ao Tenente Walter, quatro homens conhecedores da região e até com certa prática no relacionamento com índios habitantes na região dos rios Jauaperi e Alalau.

A expedição partiu da vila de Moura, em 28 de setembro de 1944, chefiada pelo Tenente Walter Williamson, com destino ao rio Alalau, tendo como principal objetivo atingirem a Cachoeira conhecida pela denominação de Criminosa.

No dia 17 de Outubro, Raul Vilhena, que tinha cedido ao Tenente Walter Williamson, 04 homens para servirem de guia a expedição, apreensivo pela demora do seu retorno, enviou correspondência a chefia da 1ª Inspe-

ção do Serviço de Proteção aos Índios, em Manaus, informando que até aquela data não tinham retornado, comunicando a sua apreensão pela sorte dos expedicionários e sugerindo que fossem tomadas medidas no sentido de enviar com maior urgência possível, uma equipe de socorro ao rio Alalau, de preferência por via aérea. Comunicou ainda Raul Vilhena, que naquela ocasião estava enviando ao rio Alalau, por via fluvial uma equipe de funcionários seus, para subir o rio Alalau à procura dos expedicionários.

A Primeira Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios em Manaus, ao tomar conhecimento dos dizeres da carta enviada por Raul Vilhena, através de seu chefe, entrou em contato com o consulado norte americano, comunicando o ocorrido.

Na noite do mesmo dia o interventor do Estado do Amazonas convidou a chefia da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, para comparecer em Palácio no dia seguinte às 8:00 horas, para tratar do assunto.

No outro dia, no horário estipulado, o próprio Interventor do Estado do Amazonas, Alvaro Maia, acertou com a chefia da 1ª Inspeção de Serviço de Proteção aos Índios, que seria formada uma nova expedição que seguiria com destino ao Rio Alalau, em busca dos expedicionários chefiados pelo Tenente Walter Williamson.

A chefia da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, ainda na reunião realizada no Palácio do Governo do Amazonas, quando soube que a expedição seria composta também com tropas do Exército Brasileiro, firmou posição, e que ficasse bem claro, que o verdadeiro caráter da expedição solicitada pelos norte americanos, seria apenas de buscas e resgates e, em nenhuma hipótese seria de caráter punitivo, sob pena de não acompanhar a expedição.

O próprio interventor do Estado do Amazonas, interpelou o Consul norte americano, quanto as intenções da expedição, e na presença do Capitão Dubois, do Exército norte americano, tendo recebido como resposta que a expedição tinha apenas o objetivo de recolher os corpos dos norte americanos e o material por ventura ainda existente da malograda expedição, salvando, se possível, também alguma parte dos trabalhos já realizados pelo Tenente Walter.

Tendo em vista as intenções pacifistas demonstrada por todos os patronos e membros da expedição, a chefia da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, aceitou em acompanhar e fazer parte da expedição.

Antecipando-se aos trabalhos da expedição, às 7,30 horas do dia 23 de outubro de 1944, um avião "Gruma", partiu de Manaus com destino a vila

de Moura, levando a bordo a Chefia da 1ª Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, o Consul Norte Americano em Manaus, seu secretário, o Capitão Dubois, chegando a Moura por volta das 8,30 horas.

Em Moura, os expedicionários encontraram-se com o comerciante Raul Vilhena e que na ocasião já havia chegado em Moura, o único sobrevivente da expedição do Tenente Walter, de nome Raimundo Felipe, um dos homens conhecedores da região, gentilmente cedido pelo Sr. Raul Vilhena ao Tenente Walter. Após ouvirem o relato do sobrevivente sobre os acontecimentos no rio Alalau, ficou decidido de que continuariam sua viagem por via aérea, procurando observar, baseado no relato do sobrevivente, o local onde teria ocorrido o ataque dos índios aos expedicionários.

Passaram a fazer parte da expedição aérea o comerciante Raul Vilhena e o sobrevivente da expedição do Tenente Walter, que a bordo do avião, orientava o piloto para o local onde teria ocorrido o ataque dos índios. Quando o avião sobrevoou o local só foi possível notar algumas caixas sobre os pedrais da cachoeira Criminosa, no rio Alalau. Após mais vôos rasantes e procura de avistar algum outro vestígio sem sucesso, o avião retornou a Moura.

Em Moura, foi tomado por termo o depoimento de Raimundo Felipe, único sobrevivente da expedição chefiada pelo Tenente Walter Williamson.

"No dia 2 de setembro de 1944, às 13,00 horas em duas embarcações chefiadas pelo Tenente Walter Williamson, a expedição era composta de 3 oficiais norte americanos e mais quatro guias, incluindo o próprio Raimundo Felipe". Às 17,00 horas do mesmo dia encostaram as embarcações para pernoite ainda no rio Jauaperi, pernoitando no lugar conhecido como Barreira Branca. Às 6,00 horas do dia seguinte reiniciaram a viagem com destino ao rio Alalau acampando às 18,00 horas, para pernoite na ilha do Binanau. A viagem prosseguia sem nenhuma anormalidade. Novamente às 6:00 horas do dia 28 seguiram pelo rio Alalau até acima da cachoeira denominada Cachoeira dos Índios". Aí dormiram, passaram os dias 29 e 30, tendo o tenente Walter Williamson feito a sua primeira observação astronômica. Sairam dia 30 às 3,00 horas da tarde e foram dormir no pedral das Palmeiras. Naquele local o Tenente Walter fez a segunda observação astronômica. No dia 1º de novembro prosseguiram viagem, atingindo a cachoeira conhecida como cachoeira Criminosa, por volta das 11 horas. Naquele local, um dos batelões, o de nome Tenente Lira, foi atracado onde deveria ficar até o retorno da expedição, que seguiria o rio Alalau rumo às suas cabeceiras a bordo de uma pequena canoa. No Batelão Tenente Lira, ficaram os mantimentos previsto para o retorno da expedição.

"No dia 02 de novembro, a expedição continuou sua viagem a bordo de uma canoa, deixando para tras o batelão tenente Lira, sem que ficasse nin-

guém para tomar conta, subindo os pedrais da cachoeira Criminosa cuja extensão é de cerca de três quilômetros. Chegando entretanto ao topo da cachoeira Criminosa, por volta das 14:00 horas, foram visto 10 mulheres índias que fazem sinais aos expedicionários. A conselho de Raimundo Felipe, os expedicionários não atederam os chamados. Um pouco mais acima da cachoeira Criminosa foi armado o acampamento para pernoite. No dia 04 pela manhã, seguiram viagem até o lugar conhecido como "Repartimento dos Índios" onde penetraram por aquele igarapé, viajando cerca de hora e meia subindo, contra aliás a determinação da chefia da 1ª Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios em Manaus, que recomendara ao tenente Walter Williamson respeitar e não entrar no referido igarapé.

No retorno dormiram na ilha conhecida como ilha do Rio Preto onde o Tenente Walter fez sua terceira observação astronômica. Dia 05 desceram e por volta das 13,00 horas atingiram o começo da cachoeira Criminosa. Lá encontraram além das índias que avistaram quando subiram o rio, mais 4 índios adultos do sexo masculino e alguns curumins. Os índios novamente acenaram chamando os expedicionários. Os guias brasileiros, aconselharam novamente ao Tenente Walter para que evitasse o contato com os índios, e seguissem viagem. O Tenente Walter, não obstante os conselhos, ordenou que encostasse a embarcação no local onde encontravam-se índios. Como Raimundo Felipe, que pilotava a lancha (e o único sobrevivente da expedição) desobedeceu, por não querer encostar, o Tenente Walter obrigou-o a largar o motor e ao mesmo tempo pilotando a embarcação aproou para a margem direita do rio Alalau, afirmando "brasileiro medroso, tem medo de índio, eu vou agora tirar fotografia para mandar para América.

Quando a canoa encostou onde encontravam-se os índios, os guias brasileiros, permaneceram a bordo e o sargento Baitz, auxiliar do Tenente Walter, um tanto receioso, colocou um pé em terra e outro dentro da embarcação. O Tenente Walter Williamson, aproximando-se do grupo de índios ofereceu-lhes cigarros, tendo aceitado e passaram a fumar. Em seguida o Tenente Walter, preparando sua máquina, procurava tirar algumas fotos. Os guias brasileiros, voltaram a advertir o Tenente para desistir das fotografias, pois estavam notando que os índios estavam muito desconfiados com a máquina fotográfica. O Tenente não atendendo as observações feitas tomava melhor posição para as fotografias, quando recebeu no peito duas flechas disparadas pelos índios. O Tenente Walter, que se sentindo ferido, jogou a máquina no chão e atirou-se dentro do rio, arrancando as flechas de seu peito.

Ao perceberem o desastre que tinha ocorrido todos os expedicionários atiraram-se n'água, tentando fugir a nado. O sargento Baitz tendo atirado-se n'água não mais voltou à tona, presumindo-se que se tenha afogado, por não saber nadar, ou talvez as piranhas o tivessem exterminado. Os brasileiros,

Eonio Lemos e Isaias Ovídio, ocultaram-se seguros no motor embaixo da canoa, mas ao serem percebidos pelos índios foram flechados mortalmente. O brasileiro Renato de Araujo foi flechado afundando para não mais voltar.

Os índios apoderaram-se da canoa e desceram em perseguição a Raimundo Felipe e do Tenente Walter Williamson que nadavam já distantes do local da tragédia. Disse Raimundo Felipe, o único sobrevivente do ataque dos índios, que o Tenente Williamson era bom nadador e que mesmo ferido, seguia na frente e que a muito custo Raimundo conseguia acompanhá-lo. No local em plena cachoeira Criminosa, apresenta forte correnteza e isto ajudava-os mais ainda na fuga. A certa altura, segundo afirmou Raimundo Felipe, uma flecha acertou o seu próprio chapéu, que era de "massa" e que por pouco também não tombara sem vida. Com a flechada em seu chapéu, Raimundo Felipe, passou a nadar por debaixo d'água, tentando salvar-se das flechadas. Ao subir à tona, depois de vários mergulhos, teve a felicidade de surgir por detrás de uma pedra da cachoeira, ficando assim protegido das flechadas dos índios.

Viu então o Tenente Walter Williamson, que seguia mais a frente nadando a largas braçadas ajudado pela correnteza do rio, quando foi acertado por uma flecha na nuca e seu corpo inanimado desapareceu num remanso da cachoeira Criminosa".

Com um mergulho, Raimundo Felipe, conseguiu passar sem ser visto pelos índios, por um dos tombos da Cachoeira Criminosa e ganhou a outra margem do rio, descendo a pé sem alimentação durante 13 dias pela mata até a boca do rio Alalau (foz do rio Alalau no rio Jauaperi).

No dia 18 de outubro Raimundo Felipe, ouviu, um barulho de motor no rio e gritou por socorro. Era a canoa do Sr. Raul Vilhena que tinha saído de Moura dia 17 a procura dos expedicionários.

Raimundo Felipe, magro, quase sem forças, foi recolhido pelos tripulantes da canoa e levado à Moura, onde relatou primeiro todo o ocorrido a Raul Vilhena e à Comissão chefiada pelo Consul americano e o Chefe da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, em Manaus.

(Este relato foi copiado do relatório do Dr. Alberto Pizarro Jacobina, sobre a ocorrência datado de novembro de 1944).

Em seguida a Comissão, constituída pelo Dr. Alberto Pizarro Jacobina, Chefe da 1ª Inspeção do SPI em Manaus, Carlos Pinto Corrêa, Inspetor do SPI, Capitão Johan E. Du Bois, Tenente Conrad Lundgren, Sargento William Thompsom, Tenente Itamar Allent, Cabo Palheta e mais seis soldados, seguiram viagem ao rio Alalau, na tentativa de resgatar alguns pertences, ou o que restou da expedição do tenente Walter Williamson.

Pouca coisa conseguiram recolher. Foi encontrado intacto, o batelão Tenente Lira, que pertencia ao Serviço de Proteção aos Índios e que fora emprestado para compor as embarcações da expedição. Entretanto toda a carga foi destruída.

Pelos sinais encontrados na cachoeira Criminosa, a versão apresentada por Raimundo Felipe foi confirmada, não deixando dúvida quanto a ocorrência.

Já na volta, a expedição encontrou um grupo de Índios Waimiri Atroari, que ao avistarem os expedicionários fizeram grande algazarra e acenavam como se tivesse chamando.

O Dr. Alberto Pizarro Jacobina, acompanhado de seu auxiliar Carlos Pinto Corrêa, numa das canoas da expedição, afastou-se de seu grupo, e levando consigo alguns brindes, tentou um contato amistoso com os índios.

Ao aproximar-se do grupo de índios, foi notado que eles também estavam receiosos da aproximação da canoa da expedição.

Entretanto Jacobina, procurando expressar-se na língua dos índios, em monossílabos, fazia gestos de amizade, conseguiu encostar sua canoa nas dos índios.

Quando isto ocorreu, alguns índios, chegaram a passar para a canoa de Jacobina e ele, passou a distribuir os brindes que levava consigo. Tudo correu de forma amigável e Jacobina, em retribuição aos presentes, recebeu também alguns, como arcos, flechas, bananas e pedaços de carne de anta.

As trocas de presentes, demoraram cerca de meia hora, e tão logo, acabaram, os índios que haviam passado para a canoa de Jacobina retornaram as suas próprias embarcações, e afastaram-se lentamente.

Jacobina e seu companheiro Carlos Pinto Correia, remaram sua embarcação para junto as outras da expedição.

Depois deste contato amistoso, que foi uma vitória do bom senso e do próprio Serviço de Proteção aos Índios, pois não permitiu qualquer atitude hostil contra os índios, a expedição retornou a Manaus, ciente de que cumprira a missão.

OS WAIMIRI ATROARI

Os índios conhecidos como Waimiri Atroari, ou Crichanás, Juaperi, Alalau, Waitemiris, habitavam a região compreendida desde o rio Urubu, tributário da margem esquerda do rio Negro, até a foz do Rio Jauaperi, subindo por esse rio, até a bacia do seu principal afluente, o rio Alalau, onde hoje localiza-se a maior concentração populacional desses índios.

O seu idioma é classificado como do Grupo Karib, face a semelhança com outras línguas do mesmo grupo linguístico, como os Macuxi, habitantes do Território Federal de Roraima.

Medem aproximadamente 1,80 metros de altura, são fortes e sua pele é de um moreno claro. Cabelos pretos e lisos.

Raspam os cabelos da cabeça até um pouco acima da orelha, tanto os homens como as mulheres.

Andam normalmente nus. Os homens usam uma espécie de cinta confeccionado com cipó titica que ao mesmo tempo serve de suspensório peniano. As mulheres usam uma espécie de tanga, confeccionada com caroços de bacaba, presos e tecidos de tucum que são fixados na cintura por cordão de fibra também de tucum.

A tanga é usada apenas na parte da frente, deixando totalmente descoberto a região glútea.

Confeccionam seus utensílios domésticos com palha de tucum, cipó titica, produzindo balaios, cestas, jamaxis, maqueras, tipitis e peneiras.

Utilizam-se também do barro para confeccionar panelas e uma espécie de frigideira para uso no preparo da alimentação.

As suas armas, como o arco, são confeccionadas com o âmago do pau d'arco e medem cerca de 2,10 metros de comprimento, servindo também como Badurna.

As flechas são confeccionadas com taboca e flecheira para o corpo propriamente dito e a ponta ou bico, pode ser de pau d'arco bem afiado, osso de animais silvestres, ou pedaços de facões, devidamente amolados.

Os Waimiri Atroari, ao contrário da maioria dos índios habitantes na Amazônia Brasileira, não são vistos com enfeites corporais, nem mesmo a presença de plumagens foi notada.

Pouco se sabe sobre os rituais dos Waimiri Atroari, apenas algumas ocorrências foram anotadas como procurarei descrever.

Os mortos dos Waimiri Atroari são cremados, utilizando-se um girau de cerca de 1,00 metro de altura e o fogo é ateado no espaço existente entre o girau e o solo. As cinzas dos mortos são jogados nos rios. Sobre este fato, sabe-se que eles alegam que se deixarem os mortos enterrados, toda vez que passarem no local, terão lembranças tristes dos mortos, por isto optam em cremá-los e jogar as cinzas no rio. Entretanto, esta informação é muito superficial, carecendo maiores estudos sobre o assunto, para poder fazer um comentário seguro.

Os doentes graves são isolados no canto da maloca pertencente ao seu grupo familiar, colocando-se uma pena de gavião nos punhos da rede e embaixo, uma vasilha no chão com água para o doente beber quando está com sede, procurando evitar de qualquer modo, o contato físico com o doente.

Sabe-se também que no mês de setembro, que coincide com o período da baixa das águas dos rios, costumam promover festas em suas malocas centrais. Possivelmente dedicada em oferenda as plantações que irão realizar, cujo trabalho ocorre tão logo terminem as festas.

Os Waimiri Atroari vivem principalmente da agricultura.

Produzem mandioca, macaxeira, cana-de-açúcar, banana, batata doce e industrializam, de forma artesanal a farinha.

Fazem o plantio e a colheita por etapas. Nunca armazenando o resultado da colheita.

Plantam suas roças em épocas e locais diferentes. Ora, próxima a própria maloca, ora entre uma aldeia e outra, nos caminhos que ligam suas povoações.

São também hábeis caçadores e pescadores, fazendo parte de seu cardápio, antas, macacos, porcos, jacarés, tartarugas, tracajás, paca. Pescam traíra, tucunaré, pirarucu, pirarara.

Colhem como alimentos auxiliares, frutas do buriti, castanha do Brasil, mel de abelha.

As suas casas constituem em uma construção de troncos fincados no chão em forma oval ou redonda, com duas portas.

As paredes da construção, são formadas por paus roliços fincados no chão, trançadas com palhas de Ubim ou Buça, não chegando a atingir a altura

do teto, deixando uma abertura para entrada do ar e para a saída de fumaça de suas fogueiras.

Internamente a maloca contém divisões, formadas por esteios fincados no chão, os quais servem como divisor entre acomodações das famílias e como apoio de suas "maqueras", que ficam atadas nesses esteios e nos esteios de sustentação do teto.

Em cada divisão interna, vive uma família com todos os seus pertences, como arco, flecha, cestos, jamaxis e maqueiras.

No meio da divisão encontra-se sempre uma pequena fogueira, sempre acesa, na qual são preparados os alimentos e serve para esquentar o frio e a fumaça para espantar os mosquitos.

Usam como meio de transporte, as Ubás, que são canoas construídas de um tronco de madeira cavado no seu âmago e são muito pesadas e de difícil navegação.

Estes dados sobre os índios Waimiri Atroari, foram levantados através de contatos que mantive com aquele grupo tribal e com base também em informações prestadas a mim, pelo Gilberto Pinto Figueiredo e outros colegas de trabalho, que tiveram a oportunidade de conhecerem de perto aqueles índios.

POSTO INDÍGENA IRMÃOS BRIGLIA

A 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios — SPI, depois do ocorrido no Posto Manoel Miranda, no rio Camanau em dezembro de 1942, quando tombaram sem vida os irmãos Humberto e Luiz Briglia e seus companheiros insistindo na tentativa de contatar amistosamente com os índios Waimiri Atroari, organizou uma nova equipe de dedicados indigenistas dispostos ao sacrifício de sua própria vida, para instalarem no mesmo rio Camanau, um novo Posto Indígena de Atração.

Este Posto, seria instalado, como foi, muito mais acima de onde havia sido instalado o Posto Manoel Miranda, e muito mais próximo das malocas dos índios Waimiri Atroari.

A direção do Posto Indígena Irmãos Briglia, denominação esta em justa homenagem aos indigenistas mortos em defesa da causa, foi entregue ao Sr. Luis de Carvalho, que já tinha bastante experiência em contato com índios e demonstrado ser possuidor de conhecimentos necessários à missão que lhe foi confiada.

Com ele seguiram 12 auxiliares, pessoas também já com experiência no contato com índios em outras áreas e dispostos a realizarem a tarefa de contatar com os Waimiri Atroari com amor e dedicação.

Entre os expedicionários que chegaram ao Posto Indígena Irmãos Briglia, destacava-se a figura de D. Cândida, viúva do Sr. Luis José da Silva, primeiro Chefe do Posto Indígena de Atração Mahava, instalado no rio Jauaperi, que morreu em consequência das agressões de Edgar Penha, em defesa do território indígena.

D. Cândida, mais tarde casou-se com o indigenista Luis de Carvalho e com ele seguiu rumo ao rio Camanau para a instalação do Posto Indígena Irmãos Briglia.

D. Cândida conhecia bem os índios Waimiri Atroari, chegando, quando morava no Posto Indígena Mahava em companhia de seu finado marido Luis José da Silva, a ter como hóspede de sua casa no Jauaperi, quatro índios menores do grupo Waimiri que os tratava como fossem seus filhos. Ela falava fluentemente o idioma dos índios Waimiri Atroari, talvez uma das únicas pessoas que vieram a dominar a língua daqueles silvícolas.

O Posto foi instalado como previra a 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios — SPI, e Luiz de Carvalho, seguindo as diretrizes fixadas,

não procurou forçar o contato com os índios. Preferiu esperar que os índios viessem até o Posto.

Esperou cerca de dois anos e nenhum dos Waimiri Atroari aparecera na sede do Posto, não obstante a aproximação em que se encontrava com relação as suas malocas.

Entretanto, no dia 19 de novembro de 1946, por volta do meio dia, surgiram na sede do Posto Irmãos Briglia, cerca de 25 índios Waimiri Atroari, chefiados pelo índio Muxupi, que tinha sido, quando criança, hóspede de D. Cândida no Posto Mahaua no rio Jauaperi.

Muxupi já era um rapaz, pois já se passara vários anos desde o dia em que ele deixara o convívio com D. Cândida e voltara para a sua aldeia. Isto ocorreu tão logo foi destruído o Posto Mahaua, pelos castanheiros e balateiros, chefiados por Edgar Penha.

D. Cândida estava sozinha em casa na hora em que os índios chegaram ao Posto. Luís de Carvalho e seus auxiliares estavam para a roça, onde encontrava-se trabalhando. A roça ficava um pouco afastada da área da sede do Posto, onde estavam construídas as casas residenciais e sede do Posto.

D. Cândida ao avistar o seu filho adotivo Muxupi, não o reconheceu, chegando a pensar que aqueles índios Waimiri Atroari que acabavam de chegar de surpresa, iriam atacá-la. Entretanto, reagindo ao susto inicial, procurou conversar com eles, expressando-se no idioma falado pelo grupo.

Só assim conseguiu identificar Muxupi, como aquele menino que ela hospedaria e tivera como filho adotivo no Posto Mahava. Muxupi também reconheceu D. Cândida como a sua "Mamãe" e aceitou o convite para entrar em casa e almoçar com ela.

D. Cândida aproveitou a oportunidade para conversar com todos, perguntando pelos parentes de Muxupi, que conhecera quando ainda morava no Posto Mahua e sobre o conhecido, já naquele tempo Tuxaua Maruaga.

Muxupi, respondeu que Maruaga já estava muito velho e não aguentava mais fazer grandes viagens e ele agora era o chefe daquele grupo.

Depois de almoçarem e receberem presentes ofertados por D. Cândida, os índios embarcaram em suas canoas e subiram o rio, rumo as suas malocas, prometendo retornar na próxima lua.

Este contato amistoso mantido com os índios Waimiri Atroari, por D. Cândida no Posto Irmãos Briglia em 19 de novembro de 1946, após o que

ocorrera no Posto Manoel Miranda, foi considerado pela 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios — SPI, como um importante marco no relacionamento entre os indigenista e a comunidade indígena Waimiri Atroari, no relatório da 1ª Inspeção do SPI, sobre o fato, D. Cândida foi assim considerada:

"D. Cândida merece, indiscutivelmente as glórias dessa pacificação, a ela devemos o êxito de nossa missão, como embaixatriz que foi da paz e da concórdia entre os civilizados e Waimiris, de há muito desavinhos "Relatório de 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios em Manaus referente as atividades do mês de novembro de 1946".

Os índios voltaram ao Posto Indígena Irmãos Briglia, como haviam prometido. E desta vez encontram Luís de Carvalho e seus companheiros na sede do Posto.

Entretanto, segundo D. Cândida, eles estavam desconfiados, bem diferente quando lá estiveram em 19 de novembro.

Muxupi, que na primeira visita procurava demonstrar afeição a D. Cândida, durante a nova visita procurava evitar qualquer contato direto com ela.

D. Cândida, mesmo notando a diferença de comportamento de Muxupi, procurou desfazer qualquer mal entendido por acaso existente. Fez vestidos para as mulheres índias que vieram acompanhando os seus maridos presentando-as e elas ficaram muito satisfeita.

Outros brindes, como machado, facões, arames, foram distribuídos a todos os visitantes, entretanto Muxupi, demonstrava sempre uma certa intranquilidade, e bem diferente de seu comportamento da última visita.

Os índios demoraram na sede do Posto nessa visita 3 dias e após as despedidas prometeram voltar na próxima lua.

Luiz de Carvalho, D. Cândida e seus companheiros, ficaram um pouco apreensivos, pois apesar do contato com os índios ter sido amistoso e alegre, notou-se certa intranquilidade entre eles, principalmente em Muxupi.

D. Cândida estava grávida e esperando o nascimento do bebê para aqueles dias. Luiz de Carvalho já providenciara a vinda de uma parteira que se encontrava hospedada em sua casa no Posto aguardando o dia do nascimento do seu filho. Ela, a parteira, ficou em pânico com a chegada dos índios pois ela pessoalmente, não conhecia os Waimiri Atroari, só tendo notícias deles através de narrativas de massacres e mortes violentas contadas pelos ribeirinhos da região. Mas os índios não chegaram nem mesmo a vê-la, pois en-

quanto os índios permaneceram no Posto, ela trancou-se em um dos quartos da casa da sede do Posto, de lá só saindo quando os visitantes foram embora.

Dois dias depois da saída do grupo de índios Waimiri Atroari, chefiados por Muxupi, surgiu novamente no Posto Indígena Irmão Briglia, um outro grupo de índios, não os mesmos que participaram da visita anterior embora estivessem chefiados também por Muxupi. Vieram desacompanhados de rnuheres e crianças. Eram só adultos e jovens.

Chegaram desconfiados e arredios. D. Cândida procurou conversar com Muxupi, tentando saber quais os motivos do retorno, pois eles tinham partido dizendo que só retornariam na próxima lua, e em poucos dias já tinham retornado. Muxupi desconversava e não respondia as perguntas de D. Cândida. Falava sobre outros assuntos, mas não explicava a razão do retorno tão rápido.

Luiz de Carvalho, procurou agradá-los, voltando a distribuir mais presentes e conseguiu convencê-los a pernoitar no Posto naquele dia, Entretanto pela madrugada partiram do Posto sem se despedirem, como é costume deles.

O fato causou apreensão em todos.

Na véspera do Natal, dia 24 de dezembro de 1946, o mesmo grupo retornou ao Posto, e sem nenhuma explicação atacou a todos que se encontravam na sede do Posto de Atração Irmãos Briglia, à flechadas.

D. Cândida que se encontrava dentro da casa, quando iniciou o ataque dos índios, ao ouvir os gritos, procurou verificar o que estava acontecendo no pátio, tendo também sido flechada no ombro esquerdo quando saía de casa.

A parteira que se encontrava dentro de casa, trancou-se em um dos cômodos da residência e entrou em pânico gritando e pedindo clemência.

Flechada, mas com vida e lúcida D. Cândida ao avistar Muxupi, pediu-lhe que poupasse sua vida e da parteira, explicando-lhe que estava com menino para nascer.

Muxupi, concordou em deixá-la ir embora. Ela e a parteira e um índio do grupo Ianomani, aculturado de nome Raimundo que trabalhava no Posto, foram autorizados a irem embora em uma canoa com motor de popa pertencente ao Posto.

Conta D. Cândida que nada levou de sua casa, saiu de lá do jeito que se encontrava, com a flecha ainda encravada em seu peito e sangrando muito, pois a flecha estava enganchada dentro e não era possível arrancá-la só puxando.

Ao passar rumo ao rio D. Cândida avistou o corpo do seu marido Luiz de Carvalho e dos seus companheiros, todos mortos à flechadas.

Os três, D. Cândida, o índio Raimundo e a parteira, embarcaram na canoa e começaram a viagem rio abaixo. Na hora da partida, o motor de popa da embarcação não quis pegar, talvez pelo nervosismo em que se encontrava Raimundo, que teve muita dificuldade para fazê-lo funcionar. Mas depois de várias tentativas, Raimundo fez o motor funcionar e o barco seguiu rio abaixo.

Minutos depois da partida, dentro da canoa, nasce o bebê de D. Cândida que continuava com a flecha encravada no seu peito.

Somente dois dias depois, após o incidente a canoa chegou a Manaus e D. Cândida recebeu cuidados médicos e a flecha foi retirada do seu corpo.

O menino que nasceu dentro da canoa, nas águas do rio Camanau, foi batizado com o nome de Luiz Pastana de Carvalho e chegou mais tarde, já rapazola a trabalhar no Posto de Atração Camanau, na época em que o Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo chefiava a Atração dos Índios Waimiri Atroari.

Hoje Luiz Pastana de Carvalho, é funcionário da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e trabalha como vigia noturno do prédio onde funciona a "Casa do Índio" em Manaus.

D. Cândida Pastana de Carvalho, mora em palafita no Igarapé de Manaus, em Manaus, e em condições de vida sub-humanas, recebendo a ajuda de seu filho Luiz Pastana de Carvalho e vive ainda traumatizada pelo que ocorreu naquele natal de 1946.

A MISSÃO CALLERI

No início dos trabalhos da construção da BR-174, estrada Manaus-Caracará-Boa Vista, a cargo do Departamento Nacional de Estrada e Rodagens — DNER e do Departamento Estadual de Rodagens do Estado do Amazonas — DER-AM, no ano 1968, contava com um grande obstáculo. O de ter que cruzar a região habitada pelos índios Waimiri Atroari. Índios temidos em toda a região pelas notícias de sua ferocidade e de sua posição contrária a presença de estranhos em seus domínios territoriais.

Inicialmente, era meta dos dirigentes do DER-AM, que antes do início dos trabalhos de desmatamento da estrada nas proximidades da área habitada pelos índios Waimiri Atroari, eles já estivessem “mansos” e prontos inclusive para participarem, como mão-de-obra, nos serviços de desmatamento da rodovia BR-174.

A Fundação Nacional do Índio — FUNAI, mantinha na cidade de Manaus, uma unidade administrativa — Delegacia Regional, que através de seu principal funcionário — Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, vinha mantendo esporádicos contatos com alguns índios Waimiri Atroari, habitantes na região em que a construção da rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista iria passar.

No rio Camanau, nas proximidades de sua foz, a FUNAI, mantinha um Posto de Atração, que periodicamente recebia visita dos índios Waimiri, habitantes nas malocas construídas nas cabeceiras daquele rio.

Já naquela época Gilberto Pinto Figueiredo, grande conhecedor da região e indigenista assumido, era contrário a construção da rodovia BR-174, que atravessaria todo o território dos índios Waimiri Atroari.

Gilberto, também era contrário a forma em que os dirigentes do DER-AM, queriam utilizar-se dos trabalhos do pessoal da FUNAI para “amansar” os índios Waimiri Atroari. Achava aquilo um absurdo, e não estava disposto a aceitar de nenhuma forma as propostas formuladas à própria FUNAI, pelo Departamento de Estrada Rodagens do Estado do Amazonas.

Talvez por isto, é que a própria FUNAI, através do seu Presidente na época — Queiroz Campos, afastou da área dos índios Waimiri Atroari, o Sertanista Gilberto e aceitou que em seu lugar fosse nomeado para a missão de “amansar” os índios Waimiri Atroari o Padre Italiano Giovanni Calleri, membro atuante da Prelazia da Consolata em Roraima.

Padre Calleri, pouca experiência tinha de como lidar com os índios, principalmente com os índios que se candidatara a “amansar” no caso os índios Waimiri Atroari.

Apenas por duas vezes, Padre Calleri, visitara aldeias indígenas no Brasil. Os contatos que manteve foram com os índios lanomami. Uma vez, quando se fazia acompanhar do cinegrafista Guilherme Lombardi, da empresa Amplavisão, de Primo Carbonari, visitou a aldeia dos índios Waicá, da grande nação dos índios lanomami.

Ele e o cinegrafista, partindo de Boa Vista, capital de Roraima, seguiram a bordo de canoas até o Rio Negro, subindo por este até a vila de Tapuruquara. E pouco tempo demoraram na aldeia Maturacá, dos índios lanomami. Por falta de habilidade do Padre Calleri, os índios obrigaram tanto o padre como o cinegrafista a fugirem correndo do local.

A viagem do cinegrafista as aldeias dos índios lanomami acompanhando o Padre Calleri era para o seu pedido, realizar um documentário que seria exibido na Itália, com rendas em benefício das obras missionárias da Prelazia de Consolata de Roraima.

O Padre Calleri, portanto não tinha em seu curriculum, experiência suficiente para substituir na difícil tarefa de contatar com os índios Waimiri Atroari, o Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, que desde sua juventude vinha mantendo contatos amistosos com aquela comunidade indígena.

Após o acerto com a Fundação Nacional do Índio — FUNAI, e DNER — DER-AM, foi organizado às pressas a expedição que tinha como objetivo principal, a pacificação rápida do índios Waimiri Atroari, para que quando os trabalhos de desmatamento da estrada Manaus-Caracará-Boa Vista, atingissem a área habitada pelos índios, já não fossem impecilhos à implantação da rodovia. E que, por falta de mão-de-obra na região, eles, Waimiri Atroari, viessem também participar dos trabalhos de construção da rodovia.

A Equipe do Padre Calleri, formada por mais 8 homens e 3 mulheres, que seguiram para o local, em canoas e no helicóptero pertencente ao DER-AM, partindo do acampamento denominado São Gabriel com destino ao Igarapé Santo Antônio do Abonari, onde os mantimentos já esperavam a expedição.

Duas canoas, com o material mais pesado, já se encontravam no Igarapé Santo Antonio do Abonari, que teriam seguido via helicóptero.

Após o traslado do material e dos expedicionários chefiados pelo Padre Calleri, seguiram viagem a bordo de duas canoas, subindo o Igarapé Santo

Antonio do Abonari, rumo as suas cabeceiras e às malocas dos índios Waimiri Atroari.

Por volta das 17:00 horas do dia 22 de outubro de 1968 na foz de pequeno igarapé, afluente da margem esquerda do rio Santo Antonio do Abonari, a expedição fez o seu primeiro acampamento dentro do território habitado pelos índios Waimiri Atroari. Por volta das 18:00 horas, depois de instalado o equipamento de rádio-fonia, foi transmitida a primeira mensagem do Padre Calleri ao pessoal do acampamento do DER-AM, que acompanhava os trabalhos da expedição através do rádio.

Eis na íntegra e em fac símile a Mensagem Oficial nº 01 do Padre Calleri, ao DER-AM.

"Fac Símile da Mensagem"

MO. PR IND – MANAUS
MENSAGEM OFICIAL Nº 1

Santo Antonio 28/10/68 – Hs. 18,00 – Estamos acamados no último braço do Rio Santo Antonio. Foram terminadas satisfatoriamente todas as operações de transporte de carga e homens com avião e helicóptero. Deixamos hoje de manhã com motor de popa acampamento do DER/Am, do F.N.T. e a tarde o posto da transcon. Com a nossa chegada todas as equipes da BR/174 deixaram a região. Estamos só. Amanhã deixaremos o Rio e, por meio de caminho contamos encontrar-nos, Deus queira sem imprevistos com a primeira maloca de índios.
SDS Pe. Calleri

DATA: 22-10-68

HORA: 20,30

RECEBIDO POR RADIOFONIA DER/Am

NOME OP. MINEIRO

Na sua mensagem, o Padre Calleri, informava que já se encontrava nas proximidades da primeira maloca dos índios Waimiri Atroari e pedia a Deus que não ocorresse imprevistos.

No outro dia, os expedicionários seguiram viagem rumo a primeira maloca, continuando navegando por um igarapé até por volta das 11:00 horas, quando encontraram atracadas na margem do igarapé, 8 Ubás, num barranco de onde se via um varadouro longo e limpo, fazendo crer que se tratava de um local utilizado pelos índios como porto de embarque e desembarque e que aquele caminho ligava com as malocas dos índios.

O Padre Calleri, que desde o início vinha demonstrando total desconhecimento, até mesmo de viajar pela selva e a de navegar em canoas, na ocasião da chegada da expedição no local onde se encontravam as canoas dos índios, mandou que um dos expedicionários disparasse para o alto 8 tiros de rifle, que segundo ele, serviria de aviso aos índios de que a expedição estava chegando ali. O Padre Calleri, com sua lógica absurda nada mais fez, certamente, do que criar apreensão entre os índios. Pois em qualquer país do mundo ou habitat de qualquer povo, os visitantes amigos não chegam disparando suas armas de guerra, e se assim se comportam são considerados como agressores e prontos a qualquer animosidade. Não se sabe de onde ou de quem Padre Calleri aprendeu aquela forma insólita de avisar os índios de sua turbulenta e indesejada chegada.

À noite, o Padre Calleri, depois de instalado o sistema de rádio-fonia, transmitiu ao DER-AM, a Mensagem Oficial nº 02, narrando em detalhes a sua chegada no "porto dos índios" e da forma como chegou.

"Fac Símile da Mensagem Oficial nº 02"

MO. PR IND – MANAUS
MENSAGEM OFICIAL Nº 2

Rio Atroaris 23/10/68 – Hs. 19,30 – Uma janta de farofa no barranco defronte do primeiro posto dos índios Atroaris. As aparências indicam que o posto é de grande movimento BIPT oito compridas mas silenciosas e bem alinhadas, e atrás um varadouro majestoso e severo que deveria levar para as malocas. Nossa primeira canoa penetrou nesta área às 11,30 hs. da manhã. Decidimos acampar aqui pois achamos imprudente invadir o solo dos silvcolas sem estarmos todos unidos. Demos oito tiros ao alto para sinalar aos índios nossa presença, logo em seguida voltamos. Buscamos restante de homens e cargas deixadas em nosso último acampamento. Amanhã a noite no nosso rádio-fonia agiram do meio dos primeiros índios, se Deus quiser. STS Pe. Calleri.

RECEBIDO POR RADIOFONIA DO DER/Am

DATA: 23-10-68

RECEBIDO: 20,45

NOME OP. MINEIRO

Os expedicionários passaram a noite acampados no início do varadouro e local que servia de Porto aos índios, sem que aparecesse nenhum sinal dos índios.

Ao amanhecer do dia 23 de outubro, o Padre Calleri, ainda pela madrugada, mandou que novamente fossem disparados mais 4 tiros de rifle para o alto, repetindo o aviso aos índios que a expedição Calleri, encontrava-se ali. Os índios não apareceram, como previra o Padre Calleri. Claro que os índios ao ouvirem os tiros, não iriam aventurar-se a ir de encontro a um inimigo tão corajoso, capaz de, chegar ao território dos índios Waimiri Atroari, ir logo disparando suas armas de fogo.

Como os índios não apareceram, o Padre Calleri, resolveu prosseguir a sua viagem pelo igarapé, pois deduziu que seria muito perigoso, principalmente depois dos tiros disparados, seguir viagem para as malocas dos índios Waimiri Atroari, através do varadouro.

A expedição percorreu cerca de 38 quilômetros por dentro do pequeno igarapé, acampando no final do dia nas proximidades de um pântano que tudo indicava estaria bem próximo a uma das malocas dos índios Waimiri Atroari.

A noite, depois de instalado o acampamento, o Padre Calleri voltou a transmitir suas mensagens através de rádio-fonia para o DER-AM, relatando o ocorrido durante aquele dia.

“Fac Símile da Mensagem Oficial nº 03”

MO. PR IND – MANAUS

MENSAGEM OFICIAL Nº 3

Rio Atroaris 24/10/68 – Aqui esta manhã às 9,00 hs. o grande Porto é o majestoso varadouro dos Atroaris Permaneceram em absoluto silêncio. De madrugada repetimos nosso aviso aos índios com outros 4 tiros ao alvo, mas ninguém compareceu ou não quis comparecer. Não teria sido, difícil contactar com um primeiro grupo no posto e com esse continuarmos até as malocas. Mas, não tendo-se esta ocorrência, achamos perigoso entrar sozinhos no varadouro, pois trataria-se de violação de posse. Decidimos portanto tentar atingir as residências indígenas passando pela via considerada neutra, isto é o Rio. Saimos às 11,15 hs. com 5 homens e uma mulher. Percorremos aproximadamente

38 km. Num igarapé que bem cedo andou se acabando num chavascal tremendamente fechado. Quase todo o tempo passamos arrastando e torando paus. No fim também o nosso bom Jonhson deu pane. Com os meios imagináveis num labirinto como este, conseguimos remediar. Mais um esforço e logo acampamos na beira, ou melhor, num partano. Amanhã não será melhor BIPT mas com tudo é bem preferir a dureza no certo que não facilidade no risco. Até mais. Pe. Calleri.

RECEBIDO POR RADIOFONIA DO DER/Am

DATA: 24/10/68

HORAS: 20,50

NOME OP. MINEIRO

A noite passou calma, sem nenhum incidente. Ao amanhecer do dia 25 de outubro, foi desfeito o acampamento e os expedicionários prosseguiram viagem. A viagem estava cada vez mais difícil, pois o igarapé cada vez mais estreito e de difícil navegação, principalmente porque as embarcações estavam carregadas com o mantimento da expedição.

O Padre Calleri, fazia cálculos de que estariam bem próximos das malocas dos índios Waimiri Atroari, e que possivelmente no outro dia estaria mantendo contato com os índios Waimiri Atroari. Ainda no igarapé, fizeram o pernoite. Depois de armarem o acampamento e instalado o sistema de rádio, o Padre Calleri, voltou a transmitir suas mensagens diárias ao DER-AM.

“Fac Símile da Mensagem Oficial nº 04”

MO. PR IND – MANAUS

MENSAGEM OFICIAL Nº 4

Rio Abonari 25/10/68 – 17,25 Hs. – Conforme nossa facil previsão, hoje a marcha no labirinto não foi nada melhor. Só o transporte de todo o complexo radiofônico (será a primeira vez que este aparelho se permite tal turismo) no meio de pantanos é chavascais, embaixo de chuvas ininterruptas criou não pouco caso sério. Mas uma forte vontade de vencer, igual em todos os componentes da equipe, permitiu-nos de continuar é cobrir uma distância excepcional. BIPT conseguimos acampar a uns mil metros da primeira maloca dos Atroaris. Poderíamos bem alcan-

ça-la, mas a hora em que estamos, do descer do sol, não é oportuna para esta operação. Hoje a noite daremos às últimas instruções de encontro e amanhã, se não houver imprevistos desagradáveis, ataremos nossas redes com as dos índios. Para a próxima noite não está certa nossa possibilidade de comunicação. SDS Pe. Calleri.

RECEBIDO POR RADIOFONIA DER/Am

DATA: 25/10/68

HORA: 17,25

NOME OP. MINEIRO

A expedição prosseguiu viagem no dia 25 de outubro ao amanhecer do dia, ainda a bordo de canoa, que tinha muitas dificuldades na navegação tendo em vista que o igarapé já estava muito estreito.

Por volta das 9:00 horas encontraram encostado numa das margens do igarapé duas canoas certamente pertencentes aos Waimiri Atroari. E ao aproximarem-se das canoas, surgiu repentinamente de dentro do mato um grupo de índios Waimiri, muito desconfiados e arredios, certamente estranhando muito o comportamento daqueles expedicionários, pois normalmente quando os funcionários da FUNAI ou SPI aventuravam-se a ir até aquela área, iam com muita cautela, evitando até a se aproximarem das malocas dos índios Waimiri. Atroari, e isto só acontecia, quando eram convidados pelos próprios índios e muito raramente.

Tão logo os expedicionários desembarcaram, os índios passaram a verificar os objetos que a expedição conduzia. Por curiosidade e talvez por quere-rem realizar trocas ou receber de presentes aqueles objetos, os índios verificaram tudo que vinha dentro das canoas.

O Padre Calleri, de forma descortês, impediu que qualquer índio se apossasse de objetos que levava na expedição.

De forma autoritária, o Padre Calleri, fez com que os índios participassem da descarga dos objetos que se encontravam a bordo das canoas. Os próprios índios ainda sob comando do Padre Calleri, construíram nas proximidades de suas malocas, um local para o acampamento da expedição, onde foi instalado todo o equipamento de sistema de rádio-fonia, e todo o material que compunha a expedição.

Os índios Waimiri Atroari, por volta das 15:00 horas, como sinal de cortezia aos truculentos visitantes chefiados pelo Padre Calleri ofereceram-lhe panelões de bebidas feitas com milho e mandioca.

O Padre Calleri, na calma dos índios e de sua boa vontade, arriscou-se entrar no interior da maloca e quando já estava dentro, contou as redes que se encontravam amarradas nos esteios daquela moradia indígena. Tendo o Padre Calleri, registrado a existência de mais de cem redes amarradas nos esteios da maloca.

Baseado em depoimento do único sobrevivente da expedição Calleri, o mateiro Alvaro Paulo, o Padre ao realizar a contagem das redes, fizera apontando com o dedo, fato este, que voltou a causar irritação entre os índios.

Por volta das 19:00 horas o Padre Calleri, voltou a transmitir suas primeiras mensagens ao DER-AM, quando enviou a Mensagem Oficial nº 05.

“Fac Símile da Mensagem Oficial nº 05”

MO. PR IND – MANAUS

RELATÓRIO OFICIAL Nº 5

Atroaris 1 – 26/10/68 – 19,00 Hs. – Estamos acampados com os Atroaris na primeira maloca. Foi luta dura, embora usando todos os recursos psicotécnicos de estratégia indigenista, conseguir o que conseguimos, sem abandonar uma lógica honesta a primeira operação. Chegamos às (malocas) 0,00 hs. Os índios comparecera de repente no rio; inicialmente se apresentaram medrosos e desconfiados, depois nos ofereceram laranjas e beijús, mas não nos permitiram entrar na maloca. Em seguida, vendo nossa mercadoria, começaram se agitar usando gestos violentos para tirar tudo. Com calma e serenidade e o máximo acôrdo entre nós, nada foi permitido (o índio bem sabe que isso está no nosso direito de gente superior. Só tenta perturbar para conseguir) e o jeito foi resfriar o fogo com o trabalho. Mediante artifícios oportunos provocamos entusiasmo na turma: improvisamente criou-se um movimento: os índios mesmos descarregaram a canoa, transportaram e ajertaram toda a mercadoria, limpam uma área de mato (deixamos a eles escolher), bem ao lado da maloca, deles, construíram para nós um bom barracão e instalaram a antena rádio e fisemos a eles mesmos pôr em

movimento o gerador, aparelho de Rádiofonia e sistema iluminante. Todo mundo dos Atroaris estava suando. O resultado foi dúplice: Se acalmaram e se entusiasmaram em fazer êles mesmos as coisas que nós tínhamos mêdo de fazer. Às 15,00 hs. nos trouxeram, em sinal de amizade, para tomarmos todos juntos, quatro panelões de bebidas. Quase uns noventa índios nos fizeram a grande festa. Pelas 18,00 hs. e só naquele momento, fomo-nos oferecer presentes pela primeira vez. Porém a distribuição foi organizada em maneira de extinguir qualquer pedido dêles, veio deixar só o nosso critério. Aproveitamos a alegria para pôr os pés na maloca: contamos cento e mais redes. Amanhã iremos ver. Certo que tudo procederá no mesmo sistema: carregar o índio para resfriá-lo. Que Deus nos ajude.

Trans: Padre Calleri

Nesta mensagem o Padre Calleri demonstrou a sua inexperiência de lidar com os índios. Qualificou-se inclusive na condição de pertencente a um "povo superior" que seria os civilizados logicamente incluindo-se e isto, projetou perfeitamente a sua filosofia no trato com povos de costume diferentes do seu e que por isto mesmo não possuía as mínimas condições indispensáveis para conviver com povos de culturas diferentes da dele, principalmente um povo habitante da selva, com características dos índios Waimiri Atroari.

No amanhecer do dia 27 de outubro, no acampamento da expedição Calleri, que se encontrava instalado ao lado da maloca dos índios Waimiri Atroari, tudo estava calmo e sem maiores novidades.

O Padre Calleri determinou aos expedicionários que retornassem ao local onde haviam deixado alguns víveres, para transportá-los até ao acampamento onde encontravam-se.

Foi muito difícil para o Padre Calleri, convencer alguns índios de acompanhar os expedicionários na tarefa de transportar o material das canoas para o acampamento.

Mudando o hábito de transmitir suas mensagens no final do dia, o Padre Calleri, ligou o sistema de rádiofonia e conseguiu contatos com o acampamento do DER-AM, por volta das 8:50 horas transmitindo a Mensagem Oficial nº 06.

"Fac Símile da Mensagem Oficial nº 06"

*MO. PR IND – MANAUS
MISSÃO ALALAU RELATÓRIO Nº 6*

Atroaris 1 – 26 de outubro às 05,10 Hs. – Nossa pequena equipe da frente vai se dividindo ainda. Dois homens e uma mulher irão ficar defendendo novo acampamento Atroaris, e três homens tentarão a não facil empreza de convencer os Atroaris 1º para ir juntos, ver varadouro a 45 ou 50 km. do acampamento Abonari 3º, para fazer de costa o transporte de toda a mercadoria. A viagem servira também para localizar, com os índios, as malocas abandonadas. Até mais. Padre Calleri.

*TRANS – JOÃO
RECEBIDO POR RADIOFONIA DO DER/Am
DATA: 27/10/68
HORAS: 08,50
NOME OP. JOSE RAIMUNDO*

Esta foi a última mensagem transmitida pela Expedição Calleri.

O mateiro Alvaro Paulo, conhecido também como Paulo Mineiro, um dos expedicionários da missão Calleri, desde o primeiro contato com os índios Waimiri Atroari que vinha alertando o Padre Calleri para a forma que tratava os índios. Dizia Paulo Mineiro, que o Padre Calleri ao invés de tratar com respeito e com dignidade os índios, ao contrário, procurava sempre, aos gritos, humilhá-los, inclusive ameaçando-os com uma espingarda, quando eles queriam forçosamente apossar-se de algum objeto que a expedição levava.

Quando o Padre Calleri apontava a espingarda a um índio que insistia ficar deitado na rede do Padre, Paulo Mineiro, que já conhecia aqueles índios, quando participara de outras expedições da FUNAI naquela região, sentiu que fatalmente os índios iriam reagir. E tentando evitar o pior advertia insistentemente ao Padre Calleri para ter cuidado e mudar os seus métodos de relacionamento com os índios.

Como o Padre não lhe dava ouvidos, Paulo Mineiro resolveu desligar-se da expedição retornando com seus próprios meios a Manaus. Começou a construir uma balsa de paus roliço num local onde poderia iniciar sua viagem de retorno. Entretanto já com a balsa pronta, naquele mesmo dia 27 de outu-

bro, antes de iniciar a sua viagem, resolveu voltar ao acampamento para despedir-se de seus companheiros de expedição e apanhar alguns víveres para a sua alimentação na viagem que empreenderia.

Ao aproximar-se da maloca dos índios, notou um silêncio incomum e precavendo-se, passou a caminhar por dentro da mata com muito cuidado, até chegar nas proximidades da área da maloca, quando avistou dois corpos, um de homem e outro de uma das mulheres que compunham a expedição, com sinais de violência e em estado inanimado, deduzindo sem dúvida que os índios haviam atacado a equipe do Padre Calleri.

Sem ter coragem de fazer maiores averiguações, saiu dali, em desembalada carreira pela selva, abandonando o plano inicial de retorno.

Paulo Mineiro, ficou escondido na mata até ao anoitecer, quando voltou a empreender sua fuga. Dirigiu-se primeiro a um dos antigos acampamentos, onde teria ficado algum mantimento e apanhando o indispensável para sua viagem de retorno a Manaus, ainda a noite, embarcou na balsa que havia construído para o seu retorno. Descendo o igarapé Santo Antonio do Abonari, quando o dia clareou já se encontrava longe do local onde os índios atacaram a expedição.

Dois dias depois, encontrou alguns caçadores que o ajudaram a ir até a cidade de Itacoatiara, onde pode comunicar-se com as autoridades e com o pessoal do DNER-DER-AM, denunciando o ocorrido.

Já neste período a direção do DNER-DER-AM, estava preocupada com a sorte da expedição, pois tinham perdido o contato com o Padre, através de rádio-foia.

As buscas dos corpos dos expedicionários foram realizadas pela FAB, através do PARASAR, que depois de mais de uma semana de procura, conseguiu encontrar os restos mortais dos inditosos expedicionários, confirmando assim as afirmações e narrativos do mateiro que sobreviveu ao ataque, o conhecido Alvaro Paulo — Paulo Mineiro.

ATAQUE NO RIO ALALAU

No dia 01 de outubro de 1974, o Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa, encarregado da Frente de Atração aos Índios Waimiri Atroari, entrou na minha sala de trabalho na sede da FUNAI em Manaus, e demonstrando muita apreensão deu-me ciência de que uma canoa que saíra do Posto de Atração Alalau I, instalado na foz do rio Alalau, transportando os funcionários da FUNAI, João Dionísio do Norte, Paulo Ramos e Luiz Braga, no dia 30 de setembro, com destino ao Posto de Atração Alalau II, instalado a margem esquerda do rio Alalau, distante cerca de três quilômetros do desmatamento da rodovia BR-174 — Manaus-Caracará-Boa Vista, ainda não tinha chegado ao seu destino.

Gilberto, na oportunidade, confessou-se apreensivo pelo fato de demora, pois era sabedor de que o funcionário da FUNAI, Mário Alves de Moura, ao descer o rio Alalau no sentido inverso ao da embarcação ora esperada, no dia anterior da partida da canoa, avistara um grupo de índios Atroari, acampados na margem direita do rio, chegando mesmo a manter conversa com o grupo de índios e prometer que o "Papai João" (como era conhecido João Dionísio do Norte pelos índios) no outro dia 30 de setembro de 1974, estaria naquele local. Tendo os índios, segundo Mário, demonstrado alegria em saber que o João Maracajá — João Dionísio do Norte — viria encontrá-los.

Sobre as razões da demora da canoa em chegar ao Posto Alalau II, transportando os funcionários da FUNAI, sob a liderança de João Dionísio do Norte, levantamos várias hipóteses. Poderia ter sido uma pane no motor de popa da embarcação. Poderia ser também que João Dionísio, como era muito amigo dos índios, tivesse sido convidado por eles para visitar as suas malocas. E por último, os índios poderiam ter atacado a canoa. Embora esta hipótese fosse a mais remota, pois os contatos com os índios Waimiri Atroari vinham sendo realizados com muita frequência e os índios demonstravam que já tinham confiança e amizade com os funcionários da FUNAI que trabalhavam nos Postos de Atração Alalau I e Alalau II.

A nossa apreensão aumentou, com relação ao desaparecimento dos funcionários da FUNAI que viajavam na canoa com destino ao Posto de Atração Alalau II, quando o Chefe do Posto Alalau II, comunicou-nos através de rádio-foia, a chegada na sede daquele Posto, de 11 índios Atroaris todos do sexo masculino e a maioria adultos.

No Posto de Atração Alalau II, onde esperavam ansiosos pela chegada da canoa conduzindo mais três funcionários da FUNAI, encontravam-se cinco outros funcionários da FUNAI, que ali prestavam serviços, Adão Vasconcelos — índio aculturado do grupo Baniwa, com instrução primária e que a mais de 2 anos trabalhava para a FUNAI naquela Frente de Atração. Esme-

raldo Miguel Neto, também índio aculturado do grupo Baniwa e que prestava serviços naquela Frente de Atração também cerca de 2 anos. Evaristo Miquiles, índio do grupo Sateré-Maué, que trabalhava na Frente de Atração do rio Santo Antonio do Abonari e que temporariamente estava prestando serviços naquele Posto, substituindo a funcionário que tinha afastado-se do serviço para tratamento de saúde em Manaus. Odoncil Santos, índio do grupo Baré, com 19 anos de idade, com instrução primária completa e mais de 1 ano que prestava serviços naquela Frente de Atração. Faustino Lima, índio do grupo Baniwa, com seis meses de trabalho na Frente de Atração Waimiri Atroari. Todos eles, com exceção de Evaristo Miquiles, índio Sateré-Maué, conheciam os índios que acabavam de chegar a sede do Posto e de quem já se consideravam amigos.

Gilberto, devido a demora da canoa transportando os três funcionários da FUNAI, chefiados por João Dionísio do Norte e o surgimento de um grupo de índios no Posto de Atração Alalau II, alertou aos funcionários que se encontravam no Posto Alalau II, através de rádio-fonia, para que tomassem bastante cuidado e ficasse bem atentos com o comportamento do grupo de índios Waimiri Atroari ora em visita ao Posto. E que sob nenhuma hipótese, afastassem-se da sede do Posto, nem viessem a permitir que fosse criado espaço e ambiente para propiciar condições de ação belicosa por parte dos índios. Gilberto temia que se os funcionários saíssem de dentro de casa e se os índios estivessem com o propósito de atacá-los, iriam fazê-lo do lado de fora da casa, com maior espaço para o lançamento de suas flechas.

Adão Vasconcelos, que liderava o grupo de funcionários da FUNAI naquele Posto, respondeu a Gilberto, pelo rádio, que não ficasse preocupado, pois aqueles índios eram conhecidos deles e amigos, principalmente o chefe deles, o índio conhecido como Comprido.

Mesmo assim, Gilberto respondeu a Adão, para que mesmo sendo índios conhecidos e amigos, como era o caso daquele grupo, ficassem sempre alerta e seguissem os seus conselhos, pois a demora da chegada da canoa continuava inspirar-lhe cuidados e que no outro dia ele, Gilberto, estaria seguindo para o Posto em uma aeronave e sair à procura da canoa desaparecida.

Mativemos naquele dia contato com o Posto de Atração Alalau II, através do rádio-fonia até por volta das 20:00 horas. Como tudo se encontrava normal, ficou estabelecido que no outro dia, 02 de outubro, Gilberto voltaria a entrar em contato com o Posto de Atração Alalau II, no horário das 8:00 horas para acompanhar o desenrolar dos contatos com os índios ora em visita ao Posto, isto, mesmo estando já preparado para a viagem que iria fazer naquele dia rumo ao Alalau.

Desde a hora marcada que tentavamos entrar em contato com o Posto Alalau II, através do rádio-fonia e não conseguia-mos.

Gilberto que já encontrava-se preparado para a viagem ao Alalau, começou a ficar mais preocupado, por falta de respostas aos chamados através de rádio-fonia, apressando-se mais ainda para ir logo ao local.

Como até as 10:00 horas não conseguimos contato com o Posto, resolvemos seguir logo diretamente ao Posto e verificar pessoalmente o que poderia ter ocorrido.

Por volta do meio dia, a bordo de um avião anfíbio, pertencente a igreja Adventista, pilotado pelo Pastor Daniel, seguimos eu e Gilberto com destino ao Posto de Atração Alalau II, localizado as margens esquerda do rio Alalau.

Depois de pousar na pista nas proximidades do igarapé Santo Antonio do Abonari, onde montamos uma base de apoio aos nossos trabalhos no Alalau, instalando inclusive no acampamento que improvisamos, um rádio-fonia ssb, a cargo de funcionários da FUNAI, do Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, rumamos ao Posto de Atração Alalau II, continuava sem responder aos nossos chamados por rádio.

Às 15:00 horas aproximadamente avistamos o Posto. O Posto de Atração Alalau II, consistia numa área desmatada de cerca de 500 x 200 metros e nessa área existia plantações de mandioca e cana-de-açúcar. Uma casa construída com paus roliços, coberta de alumínio, servia de sede naquela unidade de atração. Uma pequena casa construída com madeira roliça e coberta de palha destinada a abrigo de índios em visita e um pequeno depósito para combustível completavam as construções existentes naquela área.

O Posto estava aparentemente deserto. Avistamos a porta principal, entreaberta e as janelas da casa totalmente aberta. Tudo indicava que os índios teriam atacado os funcionários da FUNAI que ali se encontravam.

O avião continuava sobrevoando, e nós procurávamos avistar em algum lugar os funcionários que lá se encontravam. Não vimos nenhum sinal de vida. Apenas algumas canoas dos índios encostadas no porto do Posto, demonstrava, que os índios Waimiri Atroari, ainda se encontravam ali.

A situação parecia muito perigosa para nós, caso o avião pousasse. Tudo indicava que os funcionários do Posto, não mais ali se encontravam ou se estavam no Posto, estariam sem vida ou gravemente feridos. E a nossa presença na área também poderia ser alvo do ataque dos índios, pois tínhamos o mesmo conhecimento e amizade a eles, como os funcionários e companheiros que ali se encontravam.

Tínhamos três opções. A primeira de retornarmos a Manaus, com a alegação de que por falta de segurança, não descemos no Posto Alalau, e comu-

nicar as autoridades de que o Posto teria sido atacado, e que por falta de sinais de vida dos funcionários que ali se encontravam, eles fatalmente estariam mortos.

A segunda era a de descermos no Posto, e conseguir salvar algum possível ferido, que estivesse precisando de cuidados médicos.

A terceira, era de que ao descermos no Posto, fossemos também atacados pelos índios e não mais poderíamos retornar a Manaus.

Sabíamos de nossa responsabilidade, tanto para os companheiros do Posto de Atração Alalau II, como para o próprio piloto da aeronave que nos conduzia e que se insistissemos a descer, ele também correria o mesmo risco que nós.

Depois de algumas voltas sobre a área do Posto, e nossa reunião, ali dentro do avião, decidimos que deveríamos descer, mesmo que aquele ato, fosse o último de nossas vidas. Tentaríamos nos precaver do possível ataque. O Piloto Daniel, não estacionaria completamente a aeronave, ficaria com o motor ligado e taxiando pelo meio do rio, enquanto eu e Gilberto iríamos até o Posto. Combinamos que ao pisarmos em terra firme, sairíamos correndo em zigue-zague para evitar possíveis flechadas. E que se um de nós fosse ferido e não houvesse mais condições de se locomover, o outro não deveria tentar salvá-lo, pois seria muito perigoso. Deixamos com o Pastor Daniel, as recomendações, para que caso viessemos a morrer, avisasse nossos amigos e familiares.

Desta forma, o avião aquatizou no meio do rio Alalau e eu e Gilberto, ainda vestidos, nos lançamos nas águas e nadando com muita pressa nos dirigimos à sede do Posto. Tão logo tomamos pé, saímos correndo em zigue-zague, como havíamos combinado, eu pela direita e Gilberto pela esquerda. A porta principal da casa sede estava entreaberta, parecendo esconder alguma pessoa atrás da parede, esperando qualquer movimento. Nada, não tinha ninguém. Eu, ao passar pela porta da cozinha, deparei-me com um dos nossos companheiros caído no chão, com a cabeça decapitada, totalmente separada do corpo. Era o Faustino Lima.

Fiz sinal para Gilberto, que se encontrava encostado com as costas na parede da frente da casa, e mostrei-lhe o que acabara de ver. Gilberto procurava averiguar se dentro da casa ainda tinha alguém, como não foi notado nenhum movimento, ele entrou de uma vez dentro da casa. Segui-lhe e encontramos a casa toda revirada. Brindes, medicamentos, utensílios jogados no chão. O aparelho de rádio-fonia SSB, partido a machadadas. Nenhum outro sinal dos nossos companheiros foi encontrado. Apenas o corpo de Faustino Lima, foi encontrado e ainda encontrava-se com sangue escorrendo dos ferimentos que sofrera.

Fizemos sinal ao Pastor Daniel, piloto da aeronave que nos conduzia, ele encostou no barranco, o avião. Ele emprestou-nos uma sacola grande de nylon, e colocamos o corpo de Faustino Lima e embarcamos no avião.

Em seguida saímos a procura de outros sinais que pudessem identificar o que realmente ocorrera no Posto; andamos por toda a área desmatada e não encontramos nenhum sinal. Parecia que os nossos companheiros tinham simplesmente desaparecido.

No Posto, existia uma cachorra que encontramos vindo da mata e ao nos ver latia e corria rumo ao local que viera, dando a entender que queria que a acompanhássemos. Resolvemos segui-la e ela, na frente sempre latindo. Na medida em que íamos penetrando na mata a cachorra quando perdíamos de vista, ficava esperando, prosseguindo tão logo voltava a nos avistar. A cadela que ia sempre latindo na frente, de repente deixou de latir e quando andamos mais uns metros, encontramos a cachorra morta com uma flecha que ainda se encontrava encravada no seu pescoço.

Aquele sinal era que os índios ainda estavam ali e tudo indicava que não queriam que continuássemos seguindo por onde estávamos. Pensamos também que seríamos atacados naquela hora, foi uma hora bem difícil para nós, pois teríamos que retornar dali, mas não pretendíamos dar as costas para o local onde possivelmente os índios se encontravam. Começamos a retornar tanto eu como o Gilberto, sem virar-nos, um pouco andando de lado, pois temíamos que ao darmos as costas, poderíamos ser surpreendidos por flechadas. Mesmo de frente sabíamos também que estaríamos sujeitos a receber o ataque dos índios. Conseguimos sair daquela parte da mata sem qualquer problemas. Apenas notamos movimentos entre as folhagens, e que tudo indicava, na medida que íamos nos afastando os índios que se encontravam escondido na mata, iam trocando de posição.

Ao retornarmos ao Posto, onde o Pastor Daniel tinha ficado sozinho, decidimos, tentar mais uma vez encontrar nossos companheiros que ainda encontravam-se desaparecidos, entrando outra vez na mata, só que por outro lado. Novamente penetramos na mata fechada e percorremos uma pequena trilha que existia e que servia ao pessoal do Posto, para realizar alguma caçada. Andamos até o final da tarde sem encontrarmos nenhum sinal. Retornamos ao Posto e como a noite já se aproximava, resolvemos regressar à base de nossos trabalhos de buscas, que tínhamos instalados nas margens do Igarapé Santo Antonio do Abonari, nas proximidades da Ponte da estrada Manaus-Caracará, local onde existe uma pista de pouso, construída pelo Sexto Batalhão de Engenharia e Construção. Chegamos no campo de pouso, por volta das 18:30 horas, quase noite. Retiramos o corpo de Faustino Lima, que trazíamos no avião e tomamos as providências para trasladá-lo para Manaus, através de uma ambulância da própria FUNAI, que solicitamos viesse imediatamente para o local.

Pouco depois de nossa chegada ao Campo de Pouso e ao acampamento que havíamos instalado para dar apoio às buscas no Alalau, uma equipe de companheiros nossos do Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, que desde o meio dia quando, passamos e instalamos a base de apoio, tinha seguido por terra no eixo da rodovia Manaus-Caracará a procura de sinais ou de prováveis sobreviventes do ataque dos índios ao Posto de Atração Alalau II, retornou de sua caminhada e trazia consigo o companheiro Esmeraldo Miguel Neto, que tinha sido flechado no ombro esquerdo, quando se encontrava ainda na sede do Posto de Atração Alalau II, e que tinha conseguido fugir com vida do local.

Conversamos rapidamente com ele, para sabermos exatamente o que acontecera naquela manhã, no Posto de Atração Alalau II e o encaminhamos para Manaus, para receber cuidados médicos.

À noite, depois de uma leve refeição em nosso acampamento próximo ao campo de pouso e estrada BR-174 – Manaus-Caracará-Boa Vista, às margens do Igarapé Santo Antonio de Abonari, reunimo-nos Gilberto, Marinélio Machado, Chefe do Posto de Atração Santo Antonio do Abonari e eu, e começamos a procurar uma explicação para as atitudes dos índios Atroari, contra os nossos companheiros do Posto de Atração Alalau II. Conversamos até alta noite. Gilberto, muito abatido como todos nós, repetia sempre “os índios não podem ter matado João Maracajá, não acredito. . . Os índios devem ter levado-o para suas malocas. Os índios adoravam o João”. Gilberto referia-se ao companheiro João Dionísio do Norte, que junto com 3 outros companheiros, encontravam-se desaparecido desde o dia 30 de setembro, quando subiam o rio Alalau numa canoa a motor com destino ao Posto de Atração Alalau II. Discutimos muito sobre o problema. Gilberto sempre voltava a levantar a hipótese de que algo muito grave deveria ter acontecido com os índios para motivar uma reação tão drástica. Única explicação que achávamos e o único fato novo na área que tínhamos conhecimento era a aceleração da construção da estrada BR-174, com baterias de máquinas pesadas removendo árvores e terra, num trabalho que virava dia e noite. Isto, ao nosso ver, poderia fazer os índios pensarem que aquelas máquinas poderiam também ir de encontro as suas malocas e suas roças. E assim passamos toda a noite procurando explicação para o que ocorrera. Gilberto muitas vezes dizia-me “Carvalho, estes índios sofreram muito. Foram vítimas de vários massacres por parte dos brancos e essas estradas podem ser vistas pelos índios como um caminho para que os “Civilizados” atinjam com maior rapidez as malocas deles e voltem a praticar os massacres do passado”. Não conseguimos dormir naquela noite. Estávamos nervosos demais e o pensamento fixo, torcendo para que os nossos companheiros que se encontravam desaparecidos ainda estivessem vivos.

E foi com esta esperança, que na manhã do dia seguinte retornamos a área do Posto de Atração Alalau II, desta vez com mais dois companheiros: Marinélio Machado e o mateiro conhecido pelo apelido de Sacrifício.

No Posto de Atração Alalau II, fizemos nova batida em toda a área e seguindo relato do sobrevivente Esmeraldo Miguel Neto, dirigimo-nos ao local onde, segundo Esmeraldo, havia sido perpetrado o ataque dos índios contra ele e seu companheiro de infortúnio, Evaristo Miquiles, que tinham saído do Posto juntos com dois índios Atroari a guisa de caçarem pelas redondezas.

Encontramos o local descrito por Esmeraldo e também as flechas disparadas pelos índios e que ainda permaneciam naquele local, mas enfiadas no solo, outras simplesmente jogadas sobre as folhas secas do chão. Encontramos também as botas de Esmeraldo que ali havia deixado na ocasião do ataque dos índios.

Quando recolhíamos as flechas, Marinélio Machado, ao recolher uma flecha que se encontrava encravada no solo a poucos metros onde nos encontrávamos (Gilberto, Sacrifício e Eu), ao invés de trazer a flecha até onde estávamos, talvez por nervosismo ou imprudência Marinélio dirigindo-se ao mateiro Sacrifício, jogou a lança, dizendo “segura”. E a flecha, que tinha a ponta confeccionada em lâmina de facão, lançada por Marinélio para que Sacrifício, a apanhasse, caiu em cima do pé de Sacrifício, de ponta, enfiando-se em seu pé, atravessando inclusive a sua bota e atingindo o solo. Aquele acidente, criou um ambiente muito mais nervoso. Sacrifício sentindo-se ferido, gritou de dor. Gilberto apressou-se em arrancar a flecha que se encontrava encravada no pé de Sacrifício, e ao mesmo tempo rasgando sua própria camisa, improvisou um curativo para estancar a hemorragia que já começara.

Marinélio, preocupado com o que cornetera, correu para o local, pedindo desculpas a Sacrifício, que ainda gemia de dores.

Carregando Sacrifício, que momentaneamente não conseguia caminhar, retornamos ao Posto de Atração Alalau II, onde havíamos deixado somente o piloto da aeronave que nos conduzia, o Pastor Daniel, o que nos aguardava muito apressivo por causa da demora de nosso retorno.

Lá no Posto, com ajuda do Pastor Daniel, foi feito novo curativo no ferimento de Sacrifício, que em pouco tempo já se achava em condição de caminhar. Marinélio e Sacrifício, seguiram a pé pela mata na direção do desmatamento da estrada Manaus-Caracará, seguindo o mesmo caminho tomado pelos companheiros Esmeraldo Miguel Neto e Evaristo Miquiles após sofrerem ataque a flechas dos índios Atroari. Esmeraldo que já encontrava-se em Manaus, hospitalizado, havia nos confessado de que Evaristo, também tinha

sido flechado e tentando atingir o desmatamento da estrada. Entre tanto devido aos ferimentos não foi possível prosseguir a fuga em companhia de Esmeraldo, que notando a falta de condição de seu companheiro, deixou-o abrigado embaixo de uma árvore e foi em busca de socorro na estrada, quando foi encontrado pela equipe de socorro que seguira por terra, partindo de nosso acampamento nas margens do Igarapé de Santo Antonio do Abonari. Os nossos companheiros da equipe de socorro que estava percorrendo o desmatamento da rodovia, seguindo as informações de Esmeraldo, estiveram no local onde teria ficado Evaristo e não haviam encontrado-o. Agora Marinélio e Sacrifício iriam tentar fazer o mesmo trajeto percorrido por aqueles inditosos companheiros, na tentativa de encontrar Evaristo, que ainda encontrava-se desaparecido.

Gilberto e eu, voltamos ao avião e seguimos voando acompanhado o leito do rio Alalau, procurando notar algum sinal de nossos companheiros desaparecidos. Inicialmente seguimos rio acima e ao atingirmos as proximidades das malocas dos índios Atroari, que ficam acima da cachoeira conhecida com "Crímiosa", pedimos ao Piloto Daniel que sobrevoasse as malocas para observarmos se existia indícios que nos ajudasse em nossas buscas. Quando sobrevoamos pela segunda vez uma das malocas que tinha dado sinal de que teriam pessoas nas proximidades, os índios atearam fogo nela, num sinal de que possivelmente teria sido aquele o grupo responsável pelo ataque ao Posto de Atração Alalau II e estavam temendo alguma represália das pessoas que estavam no avião.

Além da maloca incendiada, não constatamos nenhum sinal que nos pudesse ajudar a localizar nossos companheiros desaparecidos.

Retornamos rio abaixo, com o avião voando a baixa altura sobre o leito do rio Alalau.

Desta feita, seguimos até o local onde possivelmente teria aportado a canoa que conduzia João Dionísio do Norte e seus companheiros.

Ao aproximar-nos do local pedimos ao piloto que aquatizasse o avião e seguisse taxiando até uma pequena enseada do rio, conhecida como "Porto dos Índios". Enquanto o avião permanecia taxiando pelo leito do rio Alalau, Gilberto e eu nos colocamos em cima da aeronave para melhor observar o rio e suas margens, sempre na esperança de encontrar sinal dos desaparecidos.

Ao chegar na enseada "Porto dos Índios", para onde dirigíamo-nos, o piloto Daniel não conseguiu estacionar a aeronave em condições favoráveis ao desembarque, isto devido a forte correnteza que existia e a inúmeras árvores caídas nas proximidades da margem direita do rio.

Gilberto e o Piloto Daniel, permaneceram na aeronave e em face do meu peso ser menor, entre eu e o Gilberto, tive a preferência de ser a pessoa que deveria desembarcar e verificar se ali existia algum sinal dos nossos companheiros.

Caminhando por cima de uma das asas do avião, consegui pular em terra. O local realmente era ideal para acampamentos. Existiam árvores frondosas e um pequeno igarapé desembocava no local. O solo estava batido e bem limpo. Caminhando rumo a floresta, distante cerca de 40 metros da margem encontrei um pequeno "Tapiri", onde encontravam-se pedaços de carne de Anta espetados e em posição de estar assando. As achas de madeira que se encontravam embaixo da carne, tinham sinais de ter o fogo sido apagado com água e as pressas. Tanto a carne, como as brasas, ainda estavam quentes. Andei um pouco mata a dentro, seguindo por um caminho que se dirigia para a floresta, não encontrando, em princípio nenhum sinal, mas sentia um odor de carne em putrefação. Pretendia seguir mais adiante, quando fui advertido por Gilberto, que ainda permanecia na aeronave em pé, de que eu retornasse dali, pois tudo indicava que os índios ainda permaneciam naquele local e escondidos. Realmente, não sei se por causa do nervosismo e da ansiedade que sentia, tudo indicava e eu chegava a sentir que ao meu redor existiam outras pessoas.

Já quando retornava a margem do rio, vi ao lado do caminho, alguns sinais de mata abaixada e de que naquele local fora colocado algum objeto grande e dali saía o odor que eu sentira tão logo descera do avião. Gilberto continuava chamando-me na aeronave, pedindo que eu me apressasse, pois os índios que ali estavam escondidos poderiam tomar qualquer atitude belicosa, pois se estivessem com intenções amistosas não estariam escondendo-se.

O avião que já se encontrava com seu motor funcionando, encostou um pouco mais na margem do rio, possibilitando-me que saltasse na asa e entrasse na cabine. Em seguida o avião levantou vôo.

Narrei a Gilberto, o que vira e que sentira e decidimos formar uma equipe de maior número de pessoas para fazer uma incursão naquele local e que ao nosso ver, estavam os corpos dos nossos companheiros João Dionísio do Norte "João Maracajá", Paulo Ramos e Luiz Braga. Três dias depois, a equipe formada por oito companheiros nossos chefiada pelo Gilberto, encontraram os corpos dos nossos companheiros, no local onde vi sinal da mata abaixada e com odor de putrefação, mortos a flechadas.

Seguimos rumo ao desmatamento da estrada e fim de apanhar Marinélio e Sacrifício, que tinham seguido por terra acompanhando itinerário percorrido por Esmeraldo Miguel Neto e Evaristo Miquiles.

No local combinado, encontramos Marinélio e Sacrifício que tinham seguido o itinerário e não encontraram nenhum sinal de Evaristo, que ainda continuava desaparecido.

Retornamos ao nosso acampamento instalado nas margens do Igarapé Santo Antonio do Abonari, onde centralizamos as buscas aos companheiros desaparecidos. Ao chegarmos no acampamento, encontramos mais um dos sobreviventes do ataque dos índios ao Posto Alalau II. O companheiro Adão Vasconcelos, que sofrera ataque dos índios a golpes de facão, tendo conseguido fugir, inicialmente correndo e atravessando o rio Alalau. Adão teve seu braço fraturado por um golpe de facão. Foi encontrado pela nossa equipe de socorro que havia seguido pelo desmatamento da estrada.

Adão relatou-nos o episódio em que culminou com o golpe recebido por ele no seu braço esquerdo e a morte de Faustino Lima, cujo corpo já tínhamos encontrado quando da primeira visita ao Posto de Atração Alalau II e de Odoncil que segundo informou Adão, sofrera também golpes de facão e tentara também fugir atravessando o rio Alalau, acompanhando Adão. Mas infelizmente não tivera a mesma sorte que Adão, pois ao atingir a margem direita do rio Alalau, foi flechado mortalmente no peito.

Após ouvirmos o relato de Adão Vasconcelos, calculamos onde possivelmente estaria o corpo de Odoncil Santos.

Adão seguiu imediatamente para Manaus, onde receberia cuidados médicos.

No outro dia pela manhã, o avião novamente levou a turma de socorro para prosseguir nas buscas dos desaparecidos. Em seguida, Gilberto e eu rumamos ao ponto onde imaginávamos encontrar o corpo de Odoncil, pois a narrativa de Adão, fora esclarecedora de onde poderia estar.

O avião seguiu até o rio Alalau, e aquatizou na altura onde a estrada cruza o rio, e dali em diante o avião seguiu taxiando na direção do Posto Alalau II, eu e Gilberto, subimos para as asas e ficamos observando as margens do rio, local onde segundo nossas previsões e informações de Adão, encontraríamos o corpo de Odoncil.

Depois de cerca de 10 minutos de taxiamento, distante cerca de 200 metros da sede do Posto de Atração Alalau II, avistamos entre os galhos de árvores caídos no rio, na margem direita do rio Alalau, um pedaço de pano cor vermelha, que seria a camisa de Odoncil e quando nos aproximamos do local, constatamos que era o corpo de Odoncil que já se encontrava em adiantado estado de putrefação.

Como a aeronave não oferecia condição para resgatarmos o corpo de Odoncil, seguimos até a sede do Posto de Atração Alalau II e lá, após atracarmos o avião, amarrando-o em um dos mourões do porto, apanhamos uma ubá dos índios Atroari, que ainda se encontrava ali, desde o ataque ao Posto no dia 02 de outubro, e com cordas na mão e remos improvisados com pedaços de tábuas, dirigimo-nos, Gilberto, Piloto Daniel e eu, remando ao local onde encontrava-se o corpo de Odoncil.

Quando chegamos ao local, em face da forte correnteza do rio, Gilberto que se encontrava remando na popa do Ubá, ficou segurando nos galhos das árvores da margem, para evitar que a Ubá, distanciasse do local onde se encontrava o corpo. O Piloto Daniel e eu, tentávamos amarrar uma corda entre os braços do corpo de Odoncil, para poder rebocá-lo até a sede do Posto, onde encontrava-se a aeronave, pois a Ubá, não tinha espaço para tal. Cheguei a mergulhar por debaixo do corpo de Odoncil, para conseguir amarrar a corda com segurança e em condições de rebocá-lo. Como no corpo de Odoncil ainda encontrava-se enfiada a flecha que o vitimou, e o corpo estava flutuando com o rosto voltado para baixo, a flecha, na medida em que passávamos por cima de galhos caídos dentro do rio ai enganchando-se, tornando mais difícil a remoção do corpo.

Nós, devido a falta de costume de utilizar aquele meio de transporte, aquele tipo de canoa (um tronco de árvore cavado no meio) e com os remos improvisados e inadequados, encontramos muita dificuldade para conseguirmos chegar até uma barcaça pertencente ao 6º Batalhão de Engenharia e Construção, que se encontrava provisoriamente ancorada na frente do Posto de Atração Alalau II.

Depois de uma hora de remadas, conseguimos chegar a barca, rebocando o corpo de Odoncil. Imediatamente, Gilberto foi até o avião que se encontrava atracado na frente da casa sede do Posto, buscar lona e plástico para acondicionar o corpo de Odoncil.

Eu e o piloto Daniel, começamos a retirar o corpo de Odoncil de dentro d'água, para colocá-lo em cima da barcaça, onde seria melhor, para movimentarmos na ocasião de enrolarmos no plástico e na lona e o embarque no avião.

Quando Gilberto chegou trazendo a lona, conseguimos retirar da água o corpo de Odoncil. Gilberto, arrancou a flecha que ainda se encontrava encravada no peito de Odoncil. O seu revólver ainda continuava em sua cintura na bainha.

Enrolamos o corpo em plástico e lona e embarcamos no avião. O corpo estava muito inchado e em decomposição e para ser possível colocá-lo dentro do pequeno avião, foi necessário retirar um dos assentos.

Depois de embarcado o corpo subimos a bordo e devido o mau cheiro que exalava do corpo, fizemos toda a viagem entre o Posto de Atração Alalau II e a pista de pouso existente nas proximidades do acampamento do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, com as janelas abertas, dificultando até mesmo a navegação do aparelho.

Após embarcamos o corpo de Odoncil na viatura que o transportou até Manaus, retornamos às buscas do último possível sobrevivente, Evaristo Miquiles, já ferido por flechadas, mas que havia empreendido fuga rumo ao desmatamento da estrada. Neste resto de dia, não conseguimos nenhum êxito.

No outro dia, voltamos as busca. Uma turma por terra e outra por avião procurando dentro da selva e por todo o desmatamento da estrada algum sinal que pudesse dar pistas para encontrarmos Evaristo.

No final do dia, ao sobrevoarmos o desmatamento da estrada BR-174, vimos um sinal convencionado pelo pessoal de terra que haviam encontrado Evaristo.

Continuando sobrevoar o local onde teríamos visto o sinal, jogamos alimentos e medicamentos, seguindo para o acampamento instalado na margem do Igarapé Santo Antonio do Abonari, onde seguiu imediatamente uma outra equipe de companheiros num jipe de encontro a outra que já tinha encontrado Evaristo, mas estava sem condução, com o fim de resgatar o último sobrevivente do ataque ao Posto de Atração Alalau II no dia 02 de outubro de 1974.

Evaristo no mesmo dia que foi encontrado deu entrada no Hospital Getúlio Vargas em Manaus ainda com vida, mas infelizmente, dias depois veio a falecer.

Dos dez funcionários da FUNAI que se encontravam no dia 30 de setembro de 1974, nos Postos de Atração Alalau I e II, no rio Alalau, seis tombaram sem vida, em sacrifício a uma causa e em defesa dos seus próprios algozes, os índios Waimiri Atroari.

A ESTRADA BR-174 MANAUS-CARACARAÍ-BOA VISTA

Até o ano de 1974, só era possível ir de Manaus ao Território Federal de Roraima, ao norte do Amazonas, ou por via aérea ou por via fluvial, através de precário sistema de navegação pelos rios Negro e Rio Branco.

Seguia-se pelo Rio Negro até a foz do Rio Branco e por esse rio até as grandes cachoeiras, nas proximidades da vila Caracaraí já no território de Roraima, e para se seguir até Boa Vista, capital daquele território, teria que se prosseguir a viagem via terrestre.

Várias tentativas foram feitas para que fosse construído uma estrada que ligasse as terras de Roraima ao Estado do Amazonas.

A primeira tentativa de construção de uma estrada, ocorreu no ano de 1847 e teria o seu percurso seguindo inicialmente o rio Urubu até atingir os campos do então Território Federal do Rio Branco.

Entretanto o plano não saiu do papel.

Em 21 de outubro de 1893, foi firmado pelo Presidente da Província do Amazonas, um contrato com o Sr. Sebastião José Domingos, para construção de uma estrada ligando Manaus a vila de Boa Vista, hoje capital do Território Federal de Roraima.

Os trabalhos de construção da estrada foram iniciados em 31 de novembro de 1893 e concluídos em 13 de janeiro de 1895.

A construção da estrada foi feita em 14 meses, medindo 815 quilômetros e 419 metros. Foram cravados em toda sua extensão 816 marcos de um metro de altura. A estrada tinha uma largura que variava de 05 a 08 metros. Atravessava 9 rios e 734 igarapés.

Não se tem nenhum registro de incidentes graves, envolvendo trabalhadores da estrada e os índios habitantes na região onde a estrada passou.

Entretanto em pouco tempo a vegetação cresceu e a estrada ficou novamente intransitável.

Em 1928, L. O. Collins, abriu uma "picada" ligando Manaus a Boa Vista com 868 quilômetros e 835 metros que a exemplo da primeira estrada em pouco tempo depois de construída ficou completamente intransitável.

Somente na década de sessenta, voltou-se a falar na construção de uma rodovia que ligasse Manaus ao Território Federal de Roraima. Entretanto nada de concreto foi realizado.

No final da década de sessenta, o Brasil firmou vários acordos internacionais, com os países vizinhos e entre eles o de construir uma estrada que tornasse possível a ligação através de rodovia, da região do Prata com os Andes, sem que fosse necessário enfrentar toda a cordilheira.

Daí surgiu a ideia da estrada, também conhecida como BV8 ou Transcontinental, que ligaria Buenos Aires, capital da Argentina, Montevideú, Brasília, Caracas e Bogotá por sistema rodoviário.

E a estrada vinha de encontro a antigo desejo tanto de roraimenses, como dos amazonenses, pois seria a oportunidade de conseguir a ligação através de estrada entre aquelas regiões, através de rodovia, acabando assim com o isolamento daquela região.

A construção da estrada que no trecho Manaus-Boa Vista seria denominada BR-174, atenderia em princípio o acordo firmado com os países vizinhos e atenderia diversos aspectos de interesses nacionais, como político, econômico e militar.

Entretanto a rodovia teria que ser construída atravessando a selva amazônica, numa região das mais inóspita, de difícil condições da implantação de uma estrada.

O traçado da estrada, cortava ao meio o território cultural dos Índios Waimiri Atroari, conhecidos na região pela sua agressividade aos não índios e tidos como arredios a toda tentativa de contato.

Entretanto, este fato não foi considerado. A estrada teria que ser construída e era um fato "irreversível", aliás como ultimamente tem sido várias outras obras faraônicas que o governo brasileiro, começa e não chega a concluir.

O Ministério do Transporte, através do Departamento Nacional de Estrada de Rodagens, DNER, antes do início da construção da estrada propriamente dita, preocupado apenas em evitar que os trabalhos da estrada viessem a ser interrompidos pelos índios Waimiri Atroari, procurou a Fundação Nacional do Índio — FUNAI, e praticamente exigiu que aquele órgão fizesse o mais rápido possível a "pacificação" daqueles índios, no menor espaço de tempo para que quando os trabalhadores da construção da rodovia atingissem a região ocupada pelos índios, esse já estivessem "mansos" e até viessem a colaborar como mão-de-obra da construção da estrada.

Para tanto foi organizado uma expedição, formada pelos próprios engenheiros do DNER e alguns militares do Exército Brasileiro, sediados em Manaus, para tentarem eles mesmos o contato direto com os índios Waimiri Atroari, pois achavam a tarefa fácil, imaginando que bastava explicar aos índios a "grande vantagem que seria a estrada para eles, que serveria de meio de comunicação entre a região em que moravam com as cidades de Manaus e Boa Vista, além de ser um mercado de trabalho para os índios".

A expedição seguiu ao território dos índios Waimiri Atroari, por via fluvial, através do rio Camanau e foram até as proximidades do antigo Posto Índigena Irmãos Briglia, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que se encontrava desativado. Como não chegaram a avistarem-se com os índios, retornaram a Manaus.

A Fundação Nacional do Índio — FUNAI, atendendo solicitação do DNER colocou a disposição daquele organismo Federal, o seu funcionário — Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, com a finalidade de "pacificar os índios" Waimiri Atroari, face as necessidades apresentadas tendo em vista a construção da rodovia.

Inicialmente, o trecho da rodovia de Manaus até o rio Alalau, ficou a cargo do Departamento de Estrada de Rodagens do Estado do Amazonas — DER-AM, permanecendo sob supervisão do Departamento Nacional de Estrada de Rodagens — DNER.

Embora a Fundação Nacional do Índio — FUNAI, houvesse nomeado Gilberto Pinto, para pacificar os índios Waimiri Atroari, ele tinha sua posição formada com relação ao assunto. Era um sertanista experiente e partidário de que a estrada deveria ter seu traçado alterado e contrário a "pacificação dos índios" de forma apressada e de outros métodos preconizados pelos dirigentes do DNER — DER-AM.

Gilberto Figueiredo, no dia 23 de agosto de 1968, subindo o rio Uatumã e depois o seu afluente Rio Abonari, conseguiu encontrar-se com os índios Waimiri Atroari, quando manteve contatos amistosos e realizou com eles, trocas de presentes. E pretendia Gilberto, já que o traçado da estrada, não era mais possível mudar, segundo as autoridades do DNER, procurar atrair os índios para fora do eixo da estrada, tentando assim evitar maiores problemas para aquela comunidade de silvícolas.

Por notarem o posicionamento de Gilberto com relação a estrada e aos índios, o DNER — DER-AM, que tinham pressa em que fosse feito a "pacificação" dos Waimiri Atroari pediram a substituição de Gilberto Pinto, dos trabalhos de contatar os índios.

No seu lugar foi nomeado o Padre Giovanni Calleri, que era conhecido na região pela sua ousadia e forma apressada de "pacificar" índios (Na verdade o Padre Calleri não tinha nenhuma experiência em contato com os índios).

A missão do Padre Calleri era de "pacificar" os Waimiri Atroari com o menor espaço de tempo possível, de acordo com as necessidades do DNER — DER-AM, pois queriam que quando os trabalhos da construção atingissem o território habitado pelos índios, estes já estivessem "pacíficos" e mansos, pois pretendiam utilizá-los como mão-de-obra auxiliar na construção.

Infelizmente o apressado Padre Calleri, e seus inditosos companheiros de trabalho, foram mortos pelos índios dias depois de penetrarem no território dos índios Waimiri Atroari.

Com a morte do Padre Calleri e de seus companheiros, e ainda por falta de recursos financeiros, a construção da rodovia, foi suspensa temporariamente.

Em fins de 1969 e início de 1970, os trabalhos da construção da Rodovia Manaus-Boa Vista, BR-174, foram reiniciados, e o DNER transferiu a responsabilidade da construção do Departamento de Estrada de Rodagens do Estado do Amazonas — DER-AM, para o 2º Grupamento de Engenharia e Construção — 6º Batalhão de Construção, do Exército Brasileiro.

A Fundação Nacional do Índio — FUNAI, novamente foi chamada a participar dos trabalhos, através da pacificação dos índios Waimiri Atroari. Só que desta vez, não houve uma participação tão direta do DNER. Os contatos com os índios ficaram exclusivamente a cargo da FUNAI sem nenhuma interferência direta.

Novamente os trabalhos de contato com os Waimiri Atroari, foram entregues ao indigenista Gilberto Pinto Figueiredo, que no período em que a construção da estrada estava parada, continuou seu trabalho junto aos índios, realizando periódicas visitas aquela comunidade indígena.

Usando métodos de não ingerência na vida dos índios e extremo respeito ao território indígena, Gilberto conseguiu manter contatos amistosos com os Waimiri Atroari, por muito tempo.

Desvinculado dos trabalhos da estrada, Gilberto usava sempre os rios, como caminhos para atingir o território dos índios e para visitas as suas malocas, quando realizava troca de brindes.

Paralelamente a atividade de Gilberto, os trabalhos da construção da estrada prosseguia, o desmatamento com frentes de centenas de homens trabalhando sem descanso, dirigiam-se para dentro de território Waimiri Atroari.

Com a aproximação do desmatamento da estrada ao território dos índios Waimiri Atroari, Gilberto apreensivo quanto ao possível contato dos índios com os trabalhadores, procurou por diversas vezes o Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção — Sexto BEC., para pedir-lhes que fosse instruído a todos que trabalhassem na estrada para que não realizassem nenhuma visita às malocas dos índios.

Gilberto, confessou-me várias vezes que sentia que quando fazia essas visitas ao BEC, e fazia aqueles pedidos de proteção aos índios, não notava entre o Comandante do Sexto BEC e seus auxiliares nenhuma receptividade e isto o deixava temeroso de que seus pedidos não fossem compreendidos e atendidos.

As advertências e pedidos de Gilberto, resumiam-se sempre em que os trabalhadores da estrada evitassem entrar em contato com os índios e em hipótese nenhuma procurassem ir até as malocas dos Waimiri Atroari.

Em janeiro de 1973, um dos mateiros, empregado no serviço de desmatamento da estrada, desobedecendo as recomendações de Gilberto, juntamente com alguns companheiros, esteve visitando uma das aldeias dos índios Waimiri Atroari. E lá comportou-se de forma abusiva. Teria levado consigo, entre outros objetos, algumas revistas pornográficas, com fotografias obscenas e mostrado às índias e índios. E na ocasião teria tentado acariciar uma das índias que se aproximara. Esse fato irritara profundamente os Waimiri Atroari.

Poucos dias depois dessa desastrosa visita, os índios atacaram o Posto de Atração Alalau, instalado no rio Alalau por Gilberto Figueiredo, matando três funcionários que ali encontravam-se no trabalho de manter contatos com os Waimiri Atroari.

Gilberto ficou magoado com o fato. Pois vinha advertindo o Sexto BEC, para que não permitissem a ida de pessoas as aldeias dos índios. E o fato ocorreu, provocando a revolta dos índios e a morte de três abnegados companheiros de trabalho.

Os contatos com os Waimiri Atroari, vinham sendo realizados constantemente de forma pacífica, e a presença de forma injuriosa de pessoas nas aldeias dos índios, prejudicou todo um trabalho que vinha sendo realizado e a morte de três pessoas que era o mais grave.

Entretanto o Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, não aceitou o fato, como de responsabilidade do Sexto BEC, que desobedecera as recomendações de Gilberto.

O comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção — do Exército Brasileiro, em Nota Oficial, publicada em todos os jornais da capital isentou o mateiro que visitara as aldeias dos índios de qualquer responsabilidade das mortes dos funcionários da Fundação Nacional do Índio, e tentou denegrir a pessoa e o trabalho de Gilberto Pinto Figueiredo e seus companheiros de trabalho, colocando até em dúvida sua competência profissional.

Gilberto foi intimado na época, a responder inquérito Policial (Inquérito aberto pela Polícia Federal em Manaus) que apurava a responsabilidade das mortes que resultaram do ataque dos índios Waimiri Atroari ao Posto de Atração Alalau, no rio Alalau, unidade administrativa da Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

Outras pessoas foram intimadas também a prestar depoimentos, inclusive do Exército, através do 2º Grupamento de Engenharia e Construção — Sexto BEC, que apresentou subsídios através de depoimentos de oficiais que trabalhavam na estrada e fez juntar ao processo a sua nota oficial que publicou na imprensa, onde isentava o mateiro Celso Maia, pessoa que teria visitado os índios antes do ataque, e ao mesmo tempo colocava em dúvida os conhecimentos indigenistas de Gilberto Pinto Figueiredo.

Gilberto confessava-me que antes já não era bem visto pelo pessoal do Sexto BEC e com o ataque dos índios ao Posto de Atração Alalau e posicionamento público do Comando do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, através de nota assinada pelo próprio General Octavio Ferreira Queiroz, ficou muito mais difícil o relacionamento entre Gilberto e o pessoal do Exército encarregado da construção da BR-174 — Rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista.

Na região do rio Alalau e Branquinho, antes da passagem do desmatamento da estrada, foi realizado trabalhos de sondagem do solo através da empresa Lasa Engenharia S/A, que em comum acordo com a FUNAI e as diretrizes preconizadas por Gilberto Figueiredo, o pessoal encarregado do serviço, circulou em todo o percurso de onde passaria a estrada, realizando as pesquisas, sem que tivessem o menor incidente com os índios. O pessoal seguia os seguintes princípios para circular dentro da área dos Waimiri Atroari.

Não visitar as aldeias.

Não oferecer presentes aos índios.

Não caçar no território dos índios.

Não pescar nas águas dentro do território dos índios.

Estar vacinado contra moléstias preveníveis.

Não ser portador de doenças contagiosas.

Não portar objetos que poderiam atrair a curiosidade dos índios.

Não portar armas de fogo.

O trabalho realizado pela equipe da Lasa Engenharia S/A, cumprindo as normas fixadas por Gilberto, com certeza foi a principal causa da não hostilidade dos índios.

Os Waimiri Atroari, quando da realização dos trabalhos a cargo do pessoal da Lasa Engenharia S/A, visitaram várias vezes os acampamentos de trabalho, mas não ocorreu nenhum incidente.

Tão logo os trabalhos da Lasa Engenharia S/A, foram concluídos, os serviços a cargo do Sexto BEC de desmatamento foram aproximando-se do rio Santo Antonio do Abonari, já dentro do território Waimiri Atroari.

A pedido de Gilberto, a FUNAI, através da 1ª Delegacia Regional em Manaus, passou a cobrar do Sexto BEC as normas exigidas e fixadas ao pessoal da Lasa Engenharia S/A, quanto as exigências para a circulação de pessoas dentro do território dos índios Waimiri Atroari.

Houve imediata resistência do pessoal do Exército que trabalhava na estrada, pois eles não abdicavam da condição de permanecerem armados com arma de fogo.

As normas encaminhadas ao 2º Grupamento de Construção — Sexto BEC fixava que nenhuma pessoa viesse a circular além da Ponte construída sobre o rio Abonari, portanto arma rumo ao território Waimiri Atroari, e que obedecesse as exigências anteriormente fixadas para o pessoal da firma Lasa Engenharia S/A, como não caçar, não pescar, estar vacinado, não visitar as aldeias dos índios, etc. . .

Estas normas fizeram com que gerasse entre o pessoal do Sexto BEC insatisfação, e desrespeitando totalmente as condições fixadas para permanecer dentro do território Waimiri Atroari, procuravam sempre impor suas vontades, desconhecendo por completa a presença da FUNAI, através de Gilberto Figueiredo e sua equipe na área dos Waimiri Atroari.

Algumas vezes quando encontrava-me nos Postos de Atração Abonari e Alalau, durante a noite, eu cheguei a presenciar, ouvindo tiros de espingarda dentro da mata. Como os Waimiri Atroari, na época desconheciam o uso de armas de fogo, Gilberto levantava-se de sua rede e junto com os seus companheiros de trabalho, fazia buscas na mata tentando localizar o caçador. Uma destas vezes, eu o acompanhei e flagramos um dos trabalhadores da estrada e funcionário do Sexto BEC caçando, oportunidade que Gilberto apreendeu a sua arma. E isto ocorria frequentemente, em total desrespeito as normas fixadas por Gilberto e oficializadas pela própria FUNAI.

A Fundação Nacional do Índio — FUNAI, através da Sub-Coordenação da Amazonia — SUB-COAMA, em Manaus, por diversas vezes advertiu ao Comando do 2º Grupamento de Engenharia de Construção — Sexto BEC, sobre estes incidentes, alertando sobre o perigo que o nosso pessoal corria toda vez que uma pessoa aventurava-se a caçar dentro do território Waimiri Atroari. Lembrando sempre que o nosso pessoal era quem ficava mais próximo às aldeias dos índios e por isto seriam os primeiros a serem responsabilizados pelo fato e os primeiros a serem sacrificados, no caso de qualquer ação belicosa por parte dos índios.

Pessoalmente fui várias vezes acompanhando o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo apresentar reclamações ao Comando do 2º Grupamento de Engenharia de Construção sobre o comportamento do pessoal do Sexto BEC dentro da área indígena.

E todas as vezes que estivemos no Comando do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, em Manaus, a indiferença da chefia era notada, com relação as nossas denúncias.

Certa vez, um dos oficiais do Exército, também certamente do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, presente aquelas reuniões perguntou-nos se não estávamos sendo exigentes e muito rigorosos, principalmente pelo fato de querer que o pessoal que trabalhava na estrada andasse desarmado, deixando transparecer sem nenhuma reserva que não obedeceriam e nem iriam obedecer as normas fixadas por Gilberto e a própria FUNAI, de que ninguém andasse armado dentro da reserva Waimiri Atroari.

Mesmo assim, os trabalhos da Rodovia Manaus-Boa Vista — BR-174, andavam em ritmo acelerado. Baterias de máquinas pesadas invadiam e movimentavam-se dentro do território dos Waimiri Atroari.

Sentiu-se nos Postos de Atração Alalau I, Alalau II, Abonari e Camanau, um movimento incomum dos índios, que desde a entrada na reserva, das máquinas e a grande movimentação na estrada, chegavam em visita aos Postos e pouco demoravam, como normalmente faziam.

Alguns grupos de Waimiri Atroari, surgiram na estrada onde as máquinas movimentavam-se com maior frequência.

Gilberto, apreensivo com a situação, circulava entre os Postos Indígenas, e às vezes surgia na estrada, onde estavam os trabalhadores verificando a situação quanto a presença de índios.

Gilberto pessoalmente, pediu ao encarregado do serviço de desmatamento, que seguia sempre a frente, do trabalho de terraplanagem e aterro, que quando atingissem o rio Alalau, não construíssem acampamento próximo a margem do rio, para evitar que os índios fossem atraídos ao local, quando passassem em suas canoas no rio, e que viessem a ter, por falta de experiência dos trabalhadores, algum incidente com os índios.

Nesse período, um dos principais líderes dos índios Atroari, conhecido como "Comprido", em visita ao Posto de Atração Alalau II, procurou Gilberto e pediu-lhe com certa insistência que o levasse a Manaus, juntamente com seu filho que o acompanhava na ocasião.

Gilberto temeroso em levar Comprido a Manaus, pois temia que se levasse Comprido e seu filho a Manaus e lá por mero acaso viessem a contrair alguma doença, por mais simples que fosse, ou mesmo não viesse a gostar da viagem, pudesse provocar uma reação dos índios contra si e seus companheiros de trabalho no Posto de Atração Alalau II, procurou dissuadi-lo do propósito.

Entretanto Gilberto não conseguiu demovê-lo da idéia. Gilberto então, através de rádio-fonia, pediu-me que enviasse ao Posto Alalau II, um avião para conduzir-lhe juntamente com Comprido e seu filho a Manaus, explicando inclusive a situação.

O avião seguiu imediatamente e Gilberto, muito preocupado chegou a Manaus acompanhado de "Comprido" e seu filho.

Hospedou-se na própria sede onde funcionava a Primeira Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

Ele próprio, Gilberto, alojou-se também ali, para poder dar maior assistência aos visitantes.

Comprido e seu filho, não demonstraram em nenhuma hora, qualquer insatisfação. Muito pelo contrário. Estavam alegres e sorridentes.

Gilberto acompanhou-os a passeios por toda a cidade procurando sempre explicar-lhes o funcionamento de cada instituição visitada.

Gilberto apresentou a Comprido sua própria família tentando assim, estreitar mais ainda os laços de amizade que já vinha existindo entre eles. Os índios estiveram visitando também as famosas lojas de Manaus onde Gilberto comprou alguns presentes para Comprido, seu filho e seus parentes.

No retorno, após três dias de visita a Manaus, a bordo da pequena aeronave que os conduzia, Gilberto procurou mostrar a Comprido a localização da estrada e das malocas dos índios Waimiri Atroari.

No sobrevôo, Gilberto ia explicando a Comprido o que seria a estrada e para que serviria, mostrando a parte próxima a Manaus, onde os caminhões e automóveis circulavam pela rodovia.

Comprido, ouvia muito atento as explicações de Gilberto.

O avião a pedido de Gilberto, sobrevoou uma das malocas dos índios Atroari e Comprido chegou a reconhecer alguns índios que se encontravam no pátio da aldeia acenando. Ele talvez pensando que seria ouvido pelos seus companheiros que se encontravam nas aldeias, gritava e acenava, tentando fazer-se reconhecer por eles.

Gilberto, como era costume, ao chegar no Posto de Atração Alalau II, no rio Alalau, conduziu Comprido e seu filho numa canoa motor até o Porto da aldeia onde residia Comprido.

Ao chegar no porto da aldeia (local de embarque e desembarque nas canoas — é sempre um pequeno igarapé raso, onde as canoas dos índios ficam atracados protegidas da correnteza e de periódicas enchentes) existia um grande número de índios, que saudavam alegremente a chegada da canoa conduzida por Gilberto e onde também viajava Comprido e seu filho.

Os índios ofereceram a Gilberto alguns presentes como bananas e beijos e este após as despedidas retornou ao Posto, certo de que com o passeio de Comprido a Manaus, teria dado um grande passo para a conquista da amizade daquele grupo de índios.

Gilberto, quando retornou ao Posto de Atração Alalau II, após o pernoite, seguiu viagem via fluvial com destino ao Posto de Atração Alalau I, que se encontrava instalada na foz do rio Alalau, com o rio Jauaperi.

Ao passar no local onde a estrada Manaus-Boa Vista, BR-174, cruza o rio Alalau, viu na margem esquerda um acampamento possivelmente pertencente aos trabalhadores da estrada, encarregados do desmatamento. A presença daqueles trabalhadores naquele local, contrariava o acordo e o pedido

feito ao 2º Grupamento de Engenharia e Construção — Sexto BEC, para que não instalassem acampamentos na margem dos rios, procurando assim evitar que os índios ao navegarem pelos rios, não fossem atraídos pelos acampamentos e os seus ocupantes.

Gilberto, encostou a canoa e foi até ao acampamento. Pediu aos trabalhadores que no momento encontravam-se no local, que afastassem as instalações das proximidades do rio.

Após fazer algumas advertências aos trabalhadores da estrada sobre a possibilidade de receberem visitas de índios e de evitarem a todo custo de caçarem naquela área, Gilberto continuou sua viagem ao Posto de Atração Alalau I, muito apreensivo.

Poucos dias depois, recebemos radiograma tanto do Posto de Atração Alalau II, como do Alalau I, informando-nos que durante a noite, estavam ouvindo com bastante intensidade o barulho das máquinas na estrada. Era também o sinal de que os índios também já estavam ouvindo o ruído provocado pela movimentação das máquinas pesadas em serviço de terraplanagem na estrada, pois suas malocas, estavam na mesma distância que separava os Postos de Atração, ao traçado da estrada.

Nesta mesma época, estranhamente a imprensa de Manaus, noticiava diariamente assuntos com relação a construção da estrada Manaus-Boa Vista. Ora informava que os índios Waimiri Atroari tinham atacado os trabalhadores, ora diziam que os trabalhos da estrada estavam prosseguindo sem anormalidades, gerando intranquilidade entre as famílias dos trabalhadores da estrada e que procuravam a FUNAI para ter notícias do que realmente estava ocorrendo.

O pessoal da FUNAI, em Manaus, procurava explicar aqueles que procuravam a sede do órgão, que tudo ia correndo bem, e que não tinham conhecimento até então de nenhum incidente entre trabalhadores e índios.

Entretanto as notícias falsas de ataque dos índios aos trabalhadores, deixavam-nos apreensivos, pois poderia estar tentando justificar alguma atitude já tomada ou a tomar.

Antes de 15 dias decorridos da visita que o Capitão Comprido e seu filho fizeram a Manaus, surgiu nas proximidades do Posto de Atração Alalau I, um grupo de índios Atroari, que ficaram acampados na margem direita do rio Alalau.

Mais tarde quando os funcionários do Posto de Atração Alalau I, chefiados por João Dionísio do Norte (mais conhecido pela alcunha de João

Maracajá) foram encontrá-los, foram surpreendidos por eles, em um ataque à flechadas, tendo sido todos mortos.

Simultaneamente outro grupo de índios Atroari, surgiu no Posto de Atração Alalau II, e depois de um dia de visita, atacou os funcionários da FUNAI que se encontravam naquela unidade administrativa.

Os funcionários Adão e Esmeraldo, sobreviveram, entretanto, foram gravemente feridos à flechadas e a corte de facão. Morreram, vítimas do ataque dos índios, os funcionários Faustino Lira, Odoncil Santos e Evaristo Miquiles que conseguiu fugir ao ataque dos índios gravemente feridos, mas já no hospital em Manaus, faleceu em consequência de uma flechada no fígado.

Quando em Manaus, fomos avisados através de rádio-fonia do Posto de Atração Alalau II, que a canoa conduzindo João Dionísio do Norte estava desaparecida, pois saíra a dois dias do Posto de Atração Alalau I para o Alalau II e ainda não havia chegado ao destino, apressamo-nos a deslocarmos para o local, numa tentativa não só de socorrer aqueles nossos companheiros que se encontravam desaparecidos, como também, pessoalmente, procurar avaliar a situação e, se possível evacuar todo o nosso pessoal que se encontravam trabalhando nas frentes de Atração na região dos índios Waimiri Atroari.

Pois de certa forma, já esperávamos a reação dos índios quando as máquinas pesadas passassem a operar nas proximidades das suas malocas. Levantávamos a hipótese de que os índios poderiam pensar que assim como as máquinas, até então desconhecidas deles, derrubavam árvores removiam terras, poderiam ir de encontro as suas próprias malocas.

Gilberto Figueiredo e eu, fretamos um avião anfíbio, pertencente a Igreja Adventista de Manaus, sob comando do Pastor Daniel e seguimos com destino ao território dos índios Waimiri Atroari.

Ao sobrevoarmos a área do Posto de Atração Alalau II, no rio Alalau, pelo seu estado de abandono, portas abertas, ninguém no pátio, deduziu-se que os índios já haviam atacado o Posto e também que os nossos companheiros já não mais estivessem vivos.

Sabendo do risco que corríamos, o de ser possivelmente atacados pelos índios, decidimos descer e ir até o Posto, numa tentativa de salvar possíveis feridos ou até mesmo com nossa presença evitar que os índios continuassem o ataque.

O avião pousou no rio e fomos até o Posto. Na casa sede do Posto só encontramos o companheiro Faustino Lira, que se encontrava morto na co-

zinha. Pelos sinais ainda de morte recente, deduzimos que o ataque dos índios teria ocorrido minutos antes de nossa chegada, pois o sangue do indito-so Faustino Lira, ainda continuava pingando de seu corpo.

A casa do Posto, estava toda revirada. O aparelho de rádio-fonia destruído. Mas nenhum sinal dos outros companheiros nem dos índios.

Apenas na frente da casa sede do Posto, ainda encontravam-se atracadas 5 Ubás pertencentes aos índios, mas nem mesmo as canoas pertencentes ao Posto encontramos.

Na tentativa de encontrarmos os outros companheiros, que estavam desaparecidos, eu e o Gilberto entramos na mata a procura de sinais que pudessem levarnos até eles.

Infelizmente nenhum sinal encontramos dos nossos companheiros. Apenas tivemos certeza de que nas proximidades do Posto os índios ainda se encontravam. Um fato que nos deixou muito apreensivo quanto a nossa sobrevivência, foi a de que quando seguíamos ruma a mata, partindo da casa sede do Posto, uma pequena cadela, pertencente aos nossos companheiros que se encontravam desaparecidos, seguiu-nos, passando a ir, como é costume em caminhadas pela mata, sempre a nossa frente. Sempre latindo, a cachorra parecia querer levarnos a algum lugar, que imaginávamos era o local onde estariam nossos companheiros. Entretanto quando já encontrávamos a cerca de 500 metros dentro da mata a cachorra que sempre ia latindo a nossa frente, calou-se repentinamente. E quando caminhamos mais alguns metros a nossa frente, encontramos a cadela agonizante com uma flecha espetada em seu pescoço. Aquele sinal era evidente que os índios estavam ali e que não queriam que prosseguíssemos em nossa caminhada mata a dentro. Retornamos dali, com muita apreensão, pois sabíamos que estávamos correndo sério risco de vida. Entretanto para surpresa nossa conseguimos retornar ao Posto sem nenhum incidente. Por outro caminho, continuamos as buscas, à procura de nossos companheiros.

Ficamos, eu e Gilberto, na área dos Waimiri Atroari, até quando ali já não mais estava nenhum dos nossos companheiros.

Conseguimos ainda resgatar com vida, companheiros Adão Vasconcelos, Esmeraldo e Evaristo Miquiles que veio a falecer no Hospital Getúlio Vargas em Manaus.

Foram dias de angústia e sofrimento para nós, pois cada corpo de companheiro que encontrávamos, reavivava a dor e a tristeza. Conseguimos encontrar todos os corpos e trasladamos todos para Manaus, onde foram sepultados.

Quando retornamos a Manaus, oficiamos ao 2º Grupamento de Engenharia e Construção um pedido veemente para que mandasse suspender os trabalhos de construção da estrada até que tivessemos condições de retornar aos Postos de Atração e recompor o nosso pessoal.

Pessoalmente fomos entregar o ofício ao Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, General Gentil.

Na ocasião da entrega do documento, o General Comandante, nos fez ciente de que já mandara para as frentes de trabalho da estrada, brigadas de soldados do Exército armados, prontos para "defenderem a qualquer custo, a continuidade dos serviços de desmatamento e terraplanagem da estrada Manaus-Boa Vista".

Aquela notícia, dada pelo General, deixou-nos perplexos e procuramos argumentar junto ao Comandante que naquele momento não era oportuno a continuidade do trabalho da estrada e muito menos prudente o envio ao local de tropas do Exército "prontos para defenderem, a qualquer custo, a continuidade dos trabalhos", como afirmara.

O General comandante, diante de outros oficiais presentes naquela reunião, respondendo as nossas ponderações afirmou "A Estrada (BR-174) tem que ficar pronta, mesmo que para isto tenhamos que abrir fogo contra esses índios assassinos. Eles já nos desafiaram muito e estão atrapalhando nossos trabalhos. Temos um compromisso de entregar esta estrada pronta. E não vai ser um grupo de índios assassinos que vai impedir o prosseguimento da obra".

As afirmações do General Comandante, deixaram bem claras as intenções que a missão do grupo de soldados que teria sido deslocada com destino ao território dos índios Waimiri Atroari.

Diante de afirmações tão claras e já decididas não tínhamos mais nada a argumentar.

Antes de sairmos da sala, o General Comandante, dirigindo-se ao Gilberto, perguntou — "Que é que você acha disso?". Gilberto com os olhos cheios de lágrimas, mal respondeu. Disse apenas: "General, na tentativa de fazer amizade com os índios Waimiri Atroari, já morreram entre FUNAI e Serviço de Proteção aos Índios, mais de 60 funcionários, procurando nunca tomar medidas repressivas contra aquele povo. Agora o que o Senhor está me dizendo que fez e vai fazer, torna o sacrifício dos que perderam suas próprias vidas em defesa daqueles índios em vão".

O General Comandante, apenas respondeu: "Tenho também uma missão, a de construir a estrada Manaus-Caracaraí-Boa Vista e terei que cumprí-la. Mesmo que para isto tenha que enfrentar à bala os índios".

Diante dessas afirmações e sabedores que os soldados armados já se encontravam dentro da reserva Waimiri Atroari, podia-se imaginar sem probabilidade de erro, sobre o que estaria acontecendo naquela região.

Saimos da reunião, tristes olhando um para o outro, perguntando-nos: e agora?. Tudo que foi feito na defesa dos índios teria sido inútil?. Estávamos desolados.

Aquela reunião e a posição do General Comandante tinham esclarecido muitas coisas. E nos deixou pensando em que já poderia ter ocorrido dentro da reserva dos índios Waimiri Atroari sem que soubéssemos e que possivelmente teria sido a causa da ira dos índios contra o nosso pessoal.

Retornamos ao escritório da Coordenação da Amazônia em Manaus, e lá mais uma vez eu e o Gilberto, continuamos a discutir o assunto e comentando o posicionamento do comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção.

E sempre nos perguntávamos o que fazer? Diante da posição do General Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, as possibilidades para continuarmos com as frentes de atração não existia. Seria como trabalhar entre dois fogos inimigos. De um lado, os soldados do Exército prontos para o combate tão logo os índios procurassem impedir o andamento dos trabalhos da estrada. Do outro, os próprios índios que vendo nossos companheiros à frente dos soldados, procurariam atacá-los antes do confronto com as forças armadas.

A direção da FUNAI, comunicada dos fatos e da intenção das medidas já tomadas pelo Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, ainda não se pronunciara a respeito.

Apenas confirmara nossa decisão de suspendermos os trabalhos de atração até que pudesse ser tomada novas medidas com relação ao assunto.

Na região dos índios Waimiri Atroari, apenas um Posto de Atração permanecia em atividade. O Posto de Atração do Rio Santo Antonio do Abonari, região de influência dos índios Waimiri, que eram liderados pelo conhecido Maroaga, que desde muitos anos vinha demonstrando cultivar grande amizade aos nossos companheiros daquele Posto, destacando-se a amizade com Gilberto e com o chefe do Posto Marinelio Machado.

Junto com Marinelio ainda permaneciam 6 outros abnegados colegas de trabalho, que talvez por uma questão de honra e fidelidade a Gilberto e amizade dos índios, lá permaneciam independente dos acontecimentos.

Mas apesar de se encontrarem dentro da reserva Waimiri Atroari e de terem conhecimento do que ocorrera com os outros seus companheiros do rio Alalau, permaneciam lá no Posto Abonari, sem nenhum temor de que viessem a sofrer um ataque dos índios.

Depois disto, Gilberto que recebera ordens da alta direção da FUNAI de não se afastar de Manaus, através de rádio-fonia, continuava mantendo diariamente contato com o Posto de Atração Santo Antonio do Abonari.

Em novembro de 1974, a FUNAI resolveu modificar os métodos de trabalho na área dos índios Waimiri Atroari.

Gilberto Pinto Figueiredo, que há mais de 10 anos trabalhava junto aos índios Waimiri Atroari, seria afastado da frente de atração e no seu lugar seria nomeado o jovem sertanista Sebastião Amâncio da Costa, que naquela época chefiava as frentes de atração dos rios Itui, Itacoai e Javari, no alto rio Solimões, na área de jurisdição administrativa da Base Avançada de Atalaia do Norte.

Quando a notícia foi dada a Gilberto, de que seria afastado da frente de atração Waimiri Atroari, Gilberto ficou muito magoado e triste e chegou a dizer-me: "e agora o que vou fazer? e os índios, qual vai ser a situação deles?".

Entretanto Sebastião Amâncio que continuava a frente de seus trabalhos na área do alto rio Solimões, ainda não sabia que seria o substituto de Gilberto, pessoa que respeitava muito e era para ele e grande maioria dos indigenistas que o conhecia, uma espécie de orientador e guia daqueles que realmente abraçaram a causa indigenista.

A direção da FUNAI, não definira entretanto para onde seria deslocado Gilberto. Apenas decidira que aguardasse o seu substituto, que no caso seria o Sebastião Amâncio da Costa.

Gilberto, também estava aguardando o deferimento de seu pedido de aposentadoria que já fazia jus, pelo tempo de serviço prestado ao Serviço Público. Entretanto não era desejo de Gilberto, após aposentar-se, afastar-se do trabalho. Pois o valor que iria receber mensalmente pela aposentadoria do serviço público, era insignificante e para manter-se era necessário continuar trabalhando.

Sebastião Amâncio, quando soube que teria sido nomeado para chefiar a frente de atração Waimiri Atroari, em substituição a Gilberto, não aceitou a designação e procurando o novo Delegado da FUNAI em Manaus, explicou os seus motivos. Não conhecia os índios, não tinha nenhuma experiência com o grupo Waimiri Atroari e por isto seria muito difícil e traumatizante o trabalho. E ainda, ele Sebastião Amâncio, estava desenvolvendo um trabalho no alto rio Solimões e gostaria de continuar lá, pois alegava que os contatos com grupos de índios arredios habitantes naquela região, já haviam começado e a interrupção jogava por terra tudo que tinha sido feito até então.

O Delegado Regional da FUNAI em Manaus, não tinha poderes para modificar uma decisão da alta direção da FUNAI, apenas cumpria ordens para transferir a responsabilidade da frente de atração Waimiri Atroari de Gilberto Pinto Figueiredo para Sebastião Amâncio Costa.

Sebastião Amâncio, ainda numa tentativa de demover a FUNAI da idéia de nomeá-lo chefe da frente de atração Waimiri Atroari, tirou férias e viajou para Brasília, com o intuito de tentar junto a direção da FUNAI, mudar a decisão.

A nova direção da Delegacia Regional da FUNAI em Manaus, que substituiu o General Coutinho e a minha pessoa a frente da Sub-Coordenação da Amazônia, modificara todo o sistema de trabalho que até então vinha sendo utilizado.

A independência em que agíamos com relações as nossas decisões, foram substituídas pela política de que tudo deveria ser levado ao conhecimento do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, para estudo e aprovação. A modificação foi tal e a dependência junto ao exército chegou a tal nível, que foi firmado um acordo que os funcionários da FUNAI, que prestassem serviços na frente de atração Waimiri Atroari, receberiam uma complementação salarial do próprio 2º Grupamento de Engenharia e Construção, isto visando que fosse aumentado o efetivo de trabalhadores na reserva Waimiri Atroari, cujos trabalhos até a mudança da direção da FUNAI, continuavam desativados.

As normas anteriormente fixadas por Gilberto e a Sub-Coama em Manaus, para ingresso de pessoas em área indígena, como necessidade de estar vacinado, exames médicos para constatação de não ser portador de doenças infecto-contagiosas, foram abandonadas, passando a não exigir absolutamente nada a não ser a ordem do 2º Grupamento de Engenharia e Construção.

Enfim houve praticamente uma intervenção do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, na direção da Fundação Nacional do Índio, em Manaus, principalmente nos trabalhos realizados pela frente de atração Waimiri Atroari.

No dia 20 de novembro de 1974, no acampamento do exército — 2º Grupamento de Engenharia e Construção — 6º BEC, na altura do Km 220 da BR-174 — Estrada Manaus-Caracará-Boa Vista, foi realizada uma reunião entre o Comando do 2º Grupamento de Engenharia e Construção e a direção da FUNAI no Estado do Amazonas, Sr. Francisco Mont'alverne Pires, Delegado Regional da FUNAI, e o chefe da Divisão da Amazônia da FUNAI, Major Saul Carvalho Lopes, quando a sorte dos índios Waimiri Atroari foi traçada.

Na reunião do Km 220, os representantes da FUNAI, que ao assumirem os cargos em Manaus, passaram a submeter-se as ordens do Exército, através do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, apenas ouviram e anotaram o que o alto Comando daquela corporação já decidira. Ou seja, o de dar continuidade a qualquer preço os trabalhos da estrada, que tinham sido rapidamente interrompidos, após o ataque dos índios ao Posto Indígena Alalau no rio do mesmo nome, naquelas proximidades.

Entre outras medidas administrativas, que ficaram decididas naquele momento, ficou acertado que além de medidas de defesa que o pessoal do Exército que trabalhavam na estrada já tomara, seria realizado dentro da reserva dos Waimiri Atroari, demonstração pelo Exército de força bélica através de rajadas de metralhadoras, explosões de dinamites, de granadas, numa tentativa de "amendrontar" os índios e evitar que voltassem a interromper o andamento dos trabalhos da estrada.

Os dirigentes da Fundação Nacional do Índio, que participaram daquela reunião, não possuíam a mínima formação indigenista e estavam ocupando os cargos de Delegado Regional e Diretor da Divisão Amazônica, por mero acaso e por motivos de ordem particular, ou seja apenas em função do alto salário que percebiam e por isto mesmo não tinham nenhum compromisso com a causa indígena.

Nem mesmo aquela região onde encontravam-se no momento da reunião conheciam, mas apesar de estarem nos cargos a menos de um mês arvoravam-se de conhecedores do problema e diante das afirmações do Sr. Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, diziam apenas o "Sim Senhor", às ordens do alto Comando.

Tanto o Sr. Mont'alverne e o Major Saul, eram conhecidos por suas posições anti-índio e pelas suas posições acomodados de simples obedecedores de ordens.

E assim, naquela manhã de novembro, foi oficializado a guerra, que desde muito tempo existia contra os índios Waimiri Atroari, isto com os funcio-

nários da FUNAI, concordando em tudo que lhe foi dito e determinado pelo alto Comando do 2º Grupamento de Engenharia e Construção.

E assim os trabalhos de construção da rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista, continuaram em ritmo acelerado, sem interrupções.

No outro dia, 21 de novembro de 1974, através do Ofício nº 042/E-2 Confidencial, o Sr. Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção — General Gentil Nogueira Paes, determinava ao Comandante do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção que fossem tomadas as medidas repressivas aos índios Waimiri Atroari para que os trabalhos da rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista tivessem continuidade.

Entre as recomendações do ofício nº 042/E, destacaram-se os seguintes itens:

"Que considerem as visitas amigáveis dos índios como aviso de futuro ataque e que tomem medidas necessárias para retrair ou receber reforços".

"Sejam distribuídos às turmas e grupos, foguetes e bombas do tipo "junino" — para afugentarem os índios; devendo esses artifícios pirotécnicos serem utilizados com parcimônia, para que produzam resultados".

"Esse comando, caso haja visitas dos índios realize demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição de dinamite".

Este documento cuja "Fac-smile" encontra-se publicado nas páginas seguintes, foi certamente a "cobertura" que o Comando do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, forneceu aos seus comandados pelos atos já praticados e em prática naquele momento dentro da reserva Waimiri Atroari.

Pois muito antes da realização da reunião entre o 2º Grupamento de Engenharia e Construção e a FUNAI, no Km 220 da rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista, já o Sr. Comandante, nos avisara que tomara as providências determinadas no ofício nº 042/E-2 Confidencial datado de 21 de novembro de 1974, quando enviou grupos de soldados armados para a reserva Waimiri Atroari, com a finalidade de garantir o prosseguimento dos trabalhos da construção da BR-174 (fato já narrado neste livro em páginas anteriores — visita ao alto Comando do 2º Grupamento de Engenharia e Construção feita por mim e o Gilberto Pinto Figueiredo).

A reunião do Km 220 da estrada Manaus-Caracará-Boa Vista — BR-174, não contou com a presença do sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, que embora oficialmente estivesse afastado de suas funções, na realidade continuava

de fato comandando as frentes de atração, esperando que o seu substituto, já nomeado, mas em férias, assumisse a chefia da frente de atração Waimiri Atroari.

Aproximava-se o final do ano, e as chuvas naquela região intensificava-se, diminuindo o ritmo dos trabalhos da estrada.

Na área da reserva dos índios Waimiri Atroari, apenas o Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, permanecia ativado. Entretanto desde outubro que os índios não apareciam no Posto.

O Chefe do Posto, Marinelio Machado, desde junho de 1974, que adia o período em que deveria afastar-se do trabalho em gozo de férias regulamentares. E, apenas por necessidade do serviço e em solidariedade a Gilberto e seus companheiros de trabalho, permaneceu no trabalho até o mês de dezembro. Com a proximidade das festas de fim de ano, Marinelio Machado, afastou-se da chefia do Posto de Atração Waimiri Atroari Santo Antonio do Abonari e entrou em gozo de férias, que por diversas datas fora adiada.

Embora a chefia do Posto Santo Antonio do Abonari, ficasse a cargo de outro colega também muito experiente, Gilberto, com a saída de Marinelio Machado da chefia do Posto, ficara muito preocupado com sua ausência na área.

Entretanto a turma que permanecia no Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, já desde muito trabalhava sob orientação de Gilberto e tinha experiência no trato com os índios.

No Posto, existia um estoque de brindes relativamente suficiente para atender a visita de qualquer grupo de índios e todo o equipamento do Posto funcionava bem. Inclusive o rádio-fonia SSB que a qualquer hora entrava em contato com a sede da FUNAI em Manaus e com outros Postos Indígenas da região.

Além disto a sede do Posto Santo Antonio do Abonari II, ficava a cerca de 1 (uma) hora distante de viagem de canoa a motor da estrada BR-174, já transitável por veículos, partindo-se de Manaus em direção a Caracará.

Nas proximidades da Ponte construída sobre o rio Santo Antonio do Abonari, a cerca de dois quilômetros do rio, encontrava-se instalado um acampamento do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, no Km 220, que servia de base aos trabalhos de construção da estrada dentro da reserva Waimiri Atroari.

No acampamento do Km 220, do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, desde o ataque dos índios ao Posto da FUNAI no rio Alalau, em ou-

tubro/74, permanecia de prontidão grupos de soldados do exército, fortemente armados que periodicamente e sistematicamente faziam excursões dentro da Reserva Waimiri Atroari, sempre utilizando-se de caminhões, jipes, nos locais transitáveis, seguindo ainda em longas caminhadas, realizando o "Patrulhamento a pé"

Mas, quando se aproximava o final da semana, os trabalhos da construção da rodovia eram suspensos e tanto os oficiais chefes de turmas, peões, soldados, retiravam-se da área e seguiam para Manaus, para passarem o fim de semana, só retornando às vezes na terça-feira.

E naquela época, fim de ano de 1974, os trabalhos da estrada estava praticamente paralisados, pois as chuvas já castigaram bastante naquela região tornando-se quase que impossível a continuidade dos trabalhos de construção da rodovia. Além disto, a maioria dos oficiais do exército que trabalhava na construção da estrada, estava entrando de férias ou viajando para as cidades onde residia seus familiares para passar as festas de fim de ano.

Poucos dias antes do natal, a imprensa de Manaus publicou notícias que teria surgido nas frentes de trabalho de construção da rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista, um grupo de índios Waimiri Atroari e que os trabalhadores estavam temerosos de que eles repetissem o ataque que fizeram aos funcionários da FUNAI, no Posto de Atração do rio Alalau em outubro daquele ano.

Gilberto, que se encontrava em Manaus, aguardando a chegada de seu substituto, foi convocado pela FUNAI, para seguir urgente à área dos índios Waimiri Atroari, para verificar se a notícia publicada nos jornais em Manaus teria fundamento e tomar, se fosse o caso, as providências no sentido de tentar evitar uma ação belicosa por parte dos índios.

Gilberto deslocou-se até a área em avião fretado, e percorreu toda a extensão da rodovia construída dentro da reserva Waimiri Atroari e não chegou a constatar a existência de nenhum sinal que pudesse identificar que os índios tivessem estado em algum trecho da estrada em construção.

Gilberto, ao retornar a Manaus, afirmou que os trabalhos da estrada estavam paralisados e que aquelas notícias de surgimento de índios na faixa em construção da rodovia, talvez tivesse sido divulgada simplesmente para justificar temporariamente a paralisação dos trabalhos de construção da estrada e permitir assim que os trabalhadores do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, passassem as festas de fim de ano em Manaus, com os seus familiares.

Informou ainda Gilberto, que até o acampamento do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, no Km 220 da Estrada Manaus-Caracará, situado nas proximidades do Igarapé Santo Antonio do Abonari, encontrava-se praticamente desativado, pois apenas alguns soldados eram vistos montando guarda.

Gilberto passou o natal em Manaus e sempre mantendo contato através de radiofonia com os companheiros que permaneciam no Posto de Atração Santo Antonio do Abonari.

Tudo naquele posto corria normalmente, até que no dia 26 de dezembro surgiu na sede daquela unidade de atração, um grupo de índios Waimiri, chefiados pelo conhecido Maruaga, amigo pessoal de Gilberto, e dos funcionários que se encontravam no Posto.

Os índios, como era normal em visitas amistosas, faziam-se acompanhar dos velhos, mulheres e crianças.

E tudo indicava que aquela visita era mais uma que periodicamente aquele grupo de índios, fazia ao Posto Santo Antonio do Abonari, para realizarem troca de presentes.

Entretanto os funcionários que ali encontravam-se tão logo surgiram os índios no Posto, comunicaram a sede da FUNAI em Manaus, e entraram em contato com Gilberto através do sistema de rádio-fonia.

Presenciei o contato que Gilberto manteve através de rádio-fonia com o Posto de Atração Santo Antonio do Abonari. Notei entretanto que Gilberto ficara apreensivo com a notícia da chegada dos índios no Posto.

O encarregado do Posto que se encontrava substituindo Marinelio Machado, transmitiu a informação de que os índios estavam perguntando por Gilberto, entretanto afirmou que tudo estava bem e não era necessário o deslocamento de Gilberto ao Posto de Atração Santo Antonio do Abonari.

Mesmo assim, Gilberto, preocupado com seus companheiros que se encontravam no Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, decidiu ir até ao Posto e foi naquele mesmo dia, fretando uma aeronave, que o deixou no local.

Tão logo Gilberto chegou na sede do Posto Santo Antonio do Abonari, comunicou-se através de rádio-fonia com a sede da FUNAI em Manaus, informando que tudo no Posto estava sob controle e que os índios estavam apenas passeando, como normalmente faziam naquela época do ano, quando as águas dos rios começam a subir de nível.

Tanto o Delegado da FUNAI em Manaus, como o Diretor da Divisão Amazônica da FUNAI, "responsáveis" pela área não se encontravam em Manaus. Estavam passando as festas de fim de ano com seus parentes nas cidades que residiam, no sul do país.

Entretanto tudo corria bem na sede do Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, pois os últimos contatos através do rádio-fonia do Posto, com a sede da FUNAI em Manaus, informavam que tudo corria sem incidentes e que os índios Waimiri em visita ao Posto, já se preparavam para partir com destino as suas malocas.

No dia 28 de dezembro, num fim de semana, sábado, na sede da FUNAI em Manaus, tudo estava calmo. Apenas o sistema de rádio comunicação funcionava. Foi mantido o último contato com o Posto de Atração Santo Antonio do Abonari naquele sábado por volta das 11:00 horas. O próprio Gilberto dispensava o rádio-telegrafista de voltar a manter contato com ele domingo.

Tudo estava calmo e não tinha motivos para que o sistema de rádio-fonia ficasse de plantão no domingo, dia 29 de dezembro de 1974.

Aquele entretanto, foi o último contato com a FUNAI.

No domingo, dia 29 de dezembro de 1974, por volta do meio dia, Gilberto Pinto Figueiredo Costa, sertanista, indigenista, estava morto no necrotério do Hospital Getúlio Vargas em Manaus.

A notícia oficial — fornecida pelo Exército — 2º Grupamento de Engenharia e Construção — Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, informava que os índios Waimiri Atroari, tinham atacado o Posto de Atração Santo Antonio do Abonari II e trucidado todos os funcionários da FUNAI que ali se encontravam, com exceção de um, o índio aculturado de nome Ivan, que não sabia explicar com detalhes o que realmente acontecera.

O próprio pessoal que se encontrava no acampamento do Sexto BEC, no Km 220, nas proximidades do Igarapé Santo Antonio do Abonari, teria ido em socorro dos funcionários da FUNAI, que se encontravam no Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, mas não encontraram ninguém com vida.

A Nota Oficial distribuída à imprensa, dava conta de que Gilberto e seus companheiros de trabalho, teriam sido mortos a flechadas pelos índios Waimiri Atroari, em inesperado ataque, que surpreenderam a todos ao amanhecer do dia 29 de dezembro de 1974.

O enterro de Gilberto, inexplicavelmente, foi antecipado das 16:00, para 15:00 horas, e em nenhum momento foi permitido que o caixão funerário fosse aberto pelos seus familiares.

Existiam ordens superiores para que o enterro fosse feito o mais rápido possível.

E assim foi encerrado mais um capítulo na história dos contatos entre a sociedade nacional e os índios Waimiri Atroari.

Depois do dia 29 de dezembro de 1974, os trabalhos da construção da rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista, seguiram em ritmo acelerado e a estrada hoje encontra-se concluída.

Centenas de caminhões e automóveis circulam diariamente entre as cidades de Manaus e Boa Vista com bastante regularidade na época da estiagem amazônica.

Hoje é comum ver índios Waimiri Atroari, atrepados nas carrocerias dos caminhões, viajando de um lado ao outro da reserva.

Os Waimiri Atroari, no mês de junho de 1981, foram vítimas de um surto de sarampo, que por falta de assistência da FUNAI, vieram a falecer 21, entre homens e mulheres. O surto espalhou-se entre toda a comunidade Waimiri Atroari, mesmo entre aqueles que ainda não se deram por vencidos e ainda se encontram residindo no centro da floresta, resistindo de todas as formas ao contato indiscriminado com os transeuntes da BR-174.

Na parte leste da reserva, na área de influência das nascentes dos rios Alalau e Uatumã, encontra-se instaladas, em pleno território indígena, empresas de mineração, que desde finais de 79 exploram as riquezas existentes naquela área.

Uma hidrelétrica está sendo construída no rio Uatumã, na altura da cachoeira conhecida como Balbina, que com o represamento das águas, inundará cerca de 1/3 de todo o território Waimiri Atroari.

Uma nova estrada está sendo planejada para ser construída dentro da reserva dos índios Waimiri Atroari, pois a rodovia existente, parte dela, principalmente a que se encontra dentro da reserva, será inundada pelas águas da represa Balbina, necessitando que seja construída em um novo traçado, uma outra rodovia, para dar continuidade ao trânsito já existente entre as cidades de Boa Vista e Manaus.

Com a construção da BR-174, os acordos internacionais firmados pelo Brasil, foram cumpridos.

A missão do 2º Grupamento de Engenharia e Construção — Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, foi coroada de êxitos.

GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA

Conheci Gilberto Pinto Figueiredo Costa em 1972, quando fui transferido de Brasília para Manaus, na condição de funcionário da Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

Gilberto era um homem simples e fisicamente não aparentava ser um homem ligado a trabalhos na selva. Parecia mais um próspero comerciante do que um homem ligado ao indigenismo. Entretanto, não obstante a sua aparência, foi um dos maiores indigenistas que conheci e como ser humano, um dos melhores.

Liderava no Amazonas os indigenistas e era respeitado por todos que o conheciam.

Conhecia todo o Estado do Amazonas e parte de Roraima e era dotado da chamada memória de arquivo. Era capaz de lembrar-se de fatos ocorridos muitos anos atrás. Tinha uma facilidade de localizar processos sobre assuntos indígenas, quando existia necessidade de consultas, sem mesmo consultar qualquer protocolo ou índice, no arquivo "morto" da sede da 1ª Delegacia Regional da FUNAI.

Gilberto praticamente conhecia pelos nomes todos os principais líderes indígenas do Amazonas e os principais problemas enfrentados por cada comunidade.

Tinha uma forma muito particular de lidar com os índios. Chamava-os sempre de "parentes" e gesticulando, mesmo que não conseguisse expressar-se suficientemente para se fazer entender, conseguia conversar com eles.

Gilberto, que começara a trabalhar no "Serviço de Índios", como ele costumava denominar o indigenismo, aos 15 anos de idade, como servente da Primeira Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, testemunhara e participara durante 25 anos ininterruptos de todas as atividades daquela unidade regional do SPI.

Chegou até a assumir por diversas vezes, frentes de atração, Postos Indígenas e a própria chefia da Primeira Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios.

Todos que chegavam no Amazonas e iniciavam-se no "serviço" procuravam Gilberto para orientar-se e aprender como lidar com os índios e sobreviver na selva.

Ele parecia inicialmente tentar testar o iniciante no indigenismo. Fazia-lhe ver primeiro as dificuldades que fatalmente encontraria na selva, quando estivesse sozinho ou comandando uma equipe ou chefiando um Posto Indígena.

Tratava-os com rigor quase militar, fazendo-lhe empreender viagens difíceis, racionando-lhe ao máximo a alimentação, para que aprendesse a poupar, para que não viesse a faltar durante o período da viagem.

Submetia o novato a serviços pesados, como carga e descarga de barcos, caminhadas longas carregando peso, derrubando a machado árvores de grande porte no preparo de terrenos para roçados. Fazia participar de construções de acampamentos e ensinava-lhes a controlar os estoques e material sob sua responsabilidade.

Gilberto, tinha um zelo incomum pelos bens públicos. Se faltava uma peça, por mais insignificante que fosse, obrigava o funcionário que tinha o objeto sob sua responsabilidade a repor imediatamente o objeto que sumira.

Qualquer objeto ou produto colhido pelo funcionário do SPI ou FUNAI dentro da área indígena, Gilberto o obrigava a pagar, não admitindo em hipótese nenhuma, que funcionário do órgão se beneficiasse de algum produto ou bens pertencentes as comunidades indígenas.

Por isto, às vezes não era compreendido. Alguns funcionários e subordinados, o achavam exigente demais e que ele procurava desestimular a presença de outras pessoas no trabalho junto as comunidades indígenas.

Mas muitas vezes, Gilberto, confessava-me a preocupação de que era necessário formar turmas novas de indigenistas, para irem assumindo os trabalhos dos mais velhos, e que ele incluía-se entre eles.

Mas também era patente o "ciúme" que sentia dos índios. Sentimento este, que existia na maioria dos indigenistas, pois cria-se tanta amizade aos índios que se outra pessoa começa também a conviver com eles, a gente sente-se como se fosse colocado um pouco de lado e isto naturalmente pode ser chamado de uma espécie de "ciúme".

Em razão disto, talvez tenha surgido algum mal entendido entre os novatos e o Gilberto.

Quando o conheci, Gilberto, já era o encarregado da Frente de Atração Waimiri Atroari.

Após o ataque dos índios ao Posto de Atração Alalau II, quando morreram 3 funcionários da FUNAI, que lá se encontravam, Gilberto desativou os trabalhos do Posto, permanecendo apenas em atividades os Postos Camanau, localizado na foz do rio Camanau e o Posto Santo Antonio do Abonari, na foz do Igarapé Santo Antonio do Abonari, com o rio Uatumã.

Gilberto, na ocasião do ataque dos índios ao Posto de Atração Alalau II, responsabilizara o mateiro Celso Maia, funcionário do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, como principal "pivot" de ter provocado a ira dos índios contra os funcionários do Posto de Atração Alalau II.

Explicava Gilberto, que um sem número de vezes teria advertido ao empreiteiro do desmatamento dos serviços de construção da Estrada Manaus-Caracará, que proibisse os seus empregados a irem visitar as aldeias dos índios Waimiri Atroari, não só por temer que eles fossem portadores de doenças transmissíveis, como também viessem a praticar atos que os índios pudessem interpretar como ofensas ou desfeitas.

Gilberto, por diversas vezes, também advertira o então comandante do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, Cel Oliveira para o fato e este, que gratuitamente demonstrava não gostar de Gilberto, não levava em consideração as suas advertências e pedidos.

O Cel Oliveira dizia-se conhecedor da região e da história e hábitos indígenas. Tinha métodos e opiniões próprias de como lidar com os índios. Por isto talvez a sua indiferença aos pedidos e apelos de Gilberto, que por sua vez, não era um homem ligado aos estudos convencionais. Mas por sua vez, era possuidor de grande conhecimento da comunidade indígena Waimiri Atroari.

Com muita humildade, Gilberto sempre procurava convencer não só o Cel Oliveira, Comandante do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, como também o próprio Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, de que era necessário evitar contatos dos trabalhadores e os índios, principalmente porque a maioria dos que trabalhavam na rodovia BR-174, eram pessoas despreparadas para tal e que esses contatos eram perigosos. E que, caso nesse contato entre trabalhadores da estrada e índios gerasse qualquer incidente, os funcionários da FUNAI nos Postos Indígenas de Atração seriam os primeiros a serem sacrificados.

Mas esses argumentos, por serem de Gilberto, não eram aceitos nem considerados.

Quando Gilberto teve conhecimento de que o indivíduo Celso Maia e alguns companheiros, empregados do serviço de desmatamento da Rodovia

Manaus-Boa Vista, estiveram em visita a uma das aldeias dos índios Waimiri Atroari, procurou o Cel Oliveira, Comandante do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção e fez a reclamação, pois soubera também que ditos indivíduos haviam levado consigo algumas revistas pornográficas, onde existiam figuras de pessoas praticando atos sexuais que teriam mostrado aos índios e que na ocasião tentaram persuadir a algumas índias a manterem relações sexuais com eles. Não tendo conseguido o intento, Celso Maia, teria ficado despido e dançado pateticamente para os índios verem, isto ao som de um toca disco portátil, que levava consigo, na visita a aldeia.

A reclamação de Gilberto, não foi considerada.

Poucos dias depois os índios, procurando por Maia, atacaram o Posto de Atração Alalau II, onde tombaram sem vida três funcionários da FUNAI.

A imprensa de Manaus, divulgou a opinião de Gilberto com relação ao ataque dos índios Waimiri Atroari ao Posto de Atração Alalau, destacando-se o fato de que muito antes de ocorrer o incidente, Gilberto procurara o Comando do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, cientificando das ocorrências na área, chegando a pedir que fosse afastado dos trabalhos de construção da estrada, o mateiro Celso Maia, e que infelizmente não foi atendido. Na imprensa, também foi divulgado o pensamento de Gilberto, responsabilizando Celso Maia e o Sexto BEC pelo ataque dos índios ao Posto de Atração Alalau II, quando morreram 3 funcionários da FUNAI.

Em seguida a divulgação da opinião de Gilberto, o Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, General Octavio Ferreira Queiroz, através de Nota Oficial que entregou à imprensa, procurava desmentir as acusações de Gilberto (fac smile nas páginas seguintes) procurando ao mesmo tempo denegrir o seu trabalho, isentando o mateiro Celso Maia de quaisquer responsabilidade quanto ao ataque dos índios Waimiri Atroari, ao Posto de Atração Alalau II, da Fundação Nacional do Índio.

Na nota oficial do Sr. Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, de forma maldosa, foi procurando justificar as advertências que Gilberto fizera antes do ataque dos índios ao Posto de Atração Alalau II com relação ao mateiro Celso Maia, como que Gilberto estivesse procurando afastar de seu caminho uma pessoa que gozasse de excessiva popularidade e amizade entre os índios e que por isto mesmo estaria atrapalhando o seu trabalho ou empanando a sua liderança.

A Nota Oficial do Comando do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, traduziu sem nenhum sofisma, o clima de animosidade existente entre aquele Comando e a visão que tinham com relação ao trabalho de Gilberto, a frente dos trabalhos junto a comunidade Waimiri Atroari.

Gilberto ficou muito magoado com os dizeres da nota oficial do 2º Grupamento de Engenharia e Construção. Mas, mesmo assim, quando foi chamado a depor em inquérito instaurado pela Polícia Federal em Manaus, voltou a responsabilizar em primeiro plano o mateiro Celso Maia e o 2º Grupamento de Engenharia e Construção, por não dar guarida as suas advertências quanto ao contato com a comunidade indígena Waimiri Atroari.

Após o incidente, Gilberto continuou o seu trabalho a frente da Atração dos índios Waimiri Atroari, entretanto um pouco mais cauteloso e sabedor que não era bem visto pelo o Alto Comando do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, muito até pelo contrário, como uma pessoa não grata àquela corporação.

Chefiava na época a 1ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, em Manaus, o General da Reserva Antonio Esteves Coutinho.

O General Coutinho, entre outras atividades, era afeito e até brincava de "agente de informações", considerava-se um informante de primeira linha e hoje, por coincidência ou não, ocupa cargo de destaque no Governo Federal, como chefe de "serviço de informações" de órgãos veiculados ao Ministério da Previdência Social.

Os Delegados da FUNAI, como o General Coutinho, todos eram membros e participantes da chamada "comunidade de informações", que tinham ligações diretas com a Assessoria de Segurança e Informações - ASI, da FUNAI e com o próprio Serviço Nacional de Informações - SNI em cada região.

O General Coutinho, na condição de General, mesmo da reserva e sabedor da animosidade existente entre o alto Comando do 2º Grupamento de Engenharia e Construção com o Gilberto, nunca procurou desfazer a falsa opinião, mesmo que admirasse pessoalmente Gilberto e seu difícil trabalho.

Uma das manias do General, além da de brincar de "agente de informações" era de publicar através de jornais, histórias que inventava com relação aos índios, dando-lhes um "roleiro" como se fosse um seriado aos moldes dos filmes de faroeste norte-americanos, justificando sua atitude quando era consultado, como que estaria informando a opinião pública sobre o que estava ocorrendo nas áreas indígenas.

Ao dar notícias aos jornais de Manaus, inventava estórias como "Gilberto vai fumar o cachimbo da paz com o índio Maruaga", "Gilberto marcou novo encontro com os Atroari na próxima lua cheia", "Nasceu a nova filha do Capitão e seu nome é Pena Verde".

Dava essas notícias em doses homeopáticas como se fosse novela em capítulos, deixando sempre o leitor na expectativa das próximas notícias.

Gilberto, que não era muito de prestar declarações a jornais, primeiro por causa de seu comportamento introvertido e segundo em obediência às normas da FUNAI que proibia qualquer servidor — menos os Generais — prestar qualquer declaração à imprensa, ficava muito irritado com as notícias sobre o seu trabalho, divulgadas de forma incorreta pelo General Coutinho.

Após o ataque dos índios ao Posto de Atração Alalau II, no rio Alalau, em Janeiro de 1973, os trabalhos de construção da Rodovia BR-174 — Manaus-Caracará-Boa Vista, foram suspensos em parte, pois a época invernal não permitia o desenvolvimento normal do serviço de terraplanagem.

Gilberto nesse período, reativou os Postos de Atração que estavam com seus serviços paralizados e deu continuidade ao seu trabalho de contatar os índios Waimiri Atroari, como se nada tivesse acontecido.

O Posto de Atração Alalau II, no rio Alalau, que fora destruído pelos índios, foi reinstalado em outro local, mas no mesmo rio, para que os índios não viessem a relacionar com o anteriormente destruído e não viessem a pensar que a reconstrução do Posto tivesse caráter de vingança.

Depois de instalado os Postos, os índios novamente voltaram a visitar os funcionários da frente de atração que lá se encontravam trabalhando na área sob coordenação e orientação de Gilberto.

Gilberto enfrentava sérias dificuldades para realizar o seu trabalho, ora faltavam recursos para apoio logístico e compra de brindes para o trabalho de atração, ora faltava pessoal. Pois eram poucas as pessoas que se arriscavam a ir trabalhar na frente de atração dentro da selva, ganhando o salário que a Fundação Nacional do Índio — FUNAI pagava (era um pouco mais do que o salário-mínimo), outros não aceitavam ir, assustados com as histórias que ouviam sobre a índole e comportamento dos índios Waimiri Atroari.

Por outro lado, Gilberto, não aceitava na sua equipe qualquer funcionário, pelo simples fato dele querer ir para a frente de atração. Gilberto fazia uma espécie de seleção e um estágio, que se não fosse aprovado dentro do que ele via como requisitos indispensáveis ao trabalho, afastava o funcionário imediatamente.

Exigia uma obediência rigorosa aos seus métodos de trabalho, pois sabia que qualquer erro no relacionamento com os índios Waimiri Atroari, poderia

ser fatal. Exigia dos funcionários que trabalhavam em sua equipe, que respeitassem o índio e que em nenhuma hora procurassem ter intimidades com as índias.

Gilberto sempre dizia “prefiro ter poucos funcionários que confio, do que muitos que não confio e que não seguirão os meus métodos de trabalho”

Numericamente, realmente eram poucos os funcionários em cada Posto, cerca de 5 ou 6 no máximo. Mas Gilberto que circulava constantemente entre os Postos tinha muita confiança neles. Principalmente num deles conhecido como “João Maracajá”. Um velho de 65 anos, que desde os quinze anos, antes mesmo de vir a trabalhar no Serviço de Proteção aos Índios, já mantinha contatos amistosos com os índios Waimiri Atroari.

João Dionísio do Norte, o verdadeiro nome de “João Maracajá”, era uma espécie de orientador dos indigenistas mais jovens, e por sua grande amizade aos índios Waimiri Atroari, era uma peça fundamental no trabalho desenvolvido por Gilberto.

Aqui e acolá surgiam funcionários que temerosos de prováveis ataques dos índios, pediam para sair ou simplesmente abandonavam o trabalho e voltavam a Manaus, desistindo do emprego na Frente de Atração Waimiri Atroari.

A maioria dos desistentes, eram trabalhadores braçais, que eram recrutados por Gilberto, para trabalho nos roçados, que a mercê dos índios ficavam apavorados e desistiam do emprego.

Gilberto ironizava o medo dos que desistiam apavorados, denominando de “medorréia” a “doença” simulada pela maioria dos funcionários que abandonavam os Postos e voltavam a Manaus.

Não obstante a tudo isto, Gilberto dispensava aos seus companheiros de trabalho em geral, muito respeito, não deixando faltar-lhes nada no Posto para a manutenção e se surgissem índios em qualquer dos Postos, ele deslocava-se para o local e lá permanecia até os índios retornarem.

Enquanto Gilberto encontrava-se desenvolvendo o seu sério trabalho, em Manaus, o Coronel Coutinho, Delegado da 1ª Delegacia Regional da FUNAI, comunicava a imprensa amazonense com suas histórias novelescas sobre os índios Waimiri Atroari, criando na opinião pública uma imagem falsa tanto dos índios Waimiri Atroari como do trabalho de Gilberto e de seus companheiros de trabalho.

Nas minhas mãos, por acaso, e por erro da secretária do General Coutinho, Delegado Regional da FUNAI no Amazonas, passou um documento, chamado "Pedido de Buscas" originário do próprio Serviço Nacional de Informações — SNI agência em Manaus, onde fazia referência ao "noticiário escandaloso publicado pela imprensa de Manaus, sobre o problema indígena e construção da estrada Manaus-Caracará-Boa Vista", citando também o Gilberto como responsável pela divulgação daquelas notícias, que ao ver do autor do Pedido de Buscas (SNI) estaria colocando a opinião pública contra o governo e o exército, responsável pela construção da rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista — BR-174.

Quando li aquele documento, procurei imediatamente falar com o General Coutinho, dizendo a ele que aquelas afirmações no Pedido de Buscas do Serviço Nacional de Informações — SNI eram mentirosas e injustas com relação a Gilberto, pois quem estava dando aquelas informações absurdas à imprensa era ele próprio, General Coutinho, que teria que ir pessoalmente ao Serviço Nacional de Informações — SNI agência de Manaus, e procurar desfazer aquela imagem falsa, arquitetada contra Gilberto. O General obviamente não gostou do que lhe disse e não foi a agência do Serviço Nacional de Informações, desfazer os documentos e as acusações formuladas contra Gilberto.

Na primeira vez depois deste dia que me encontrei com Gilberto, falei-lhe sobre o assunto e ele pessoalmente também esteve com o General Coutinho, reclamando sobre o que estava escrito no Pedido de Buscas do SNI e exigiu que ele fosse apresentar o desmentido sobre o assunto na agência do SNI.

O General Coutinho não tomou nenhuma iniciativa pois se procurasse isentar Gilberto da autoria da divulgação das notícias absurdas que estavam sendo publicadas pela imprensa de Manaus, teria que assumi-las e isto certamente faria com que perdesse o seu prestígio como informante dos órgãos de segurança e até mesmo perder o emprego que comodamente ocupava.

Gilberto mesmo sabendo que estava no alvo do temido Serviço Nacional de Informações e do próprio Exército, através do Segundo Grupamento de Engenharia e Construção, continuou o seu trabalho como se nada tivesse acontecendo.

A preocupação de Gilberto era somente com os índios. Preocupava-se muito com os possíveis contatos que os índios teriam com os trabalhadores da estrada.

Em setembro de 1974, Gilberto pediu-me através de rádio-fonia do Posto de Atração Alalau II, que enviasse uma aeronave fretada àquele Posto para conduzir a Manaus o principal líder dos índios Atroari, o conhecido índio Comprido e seu filho em uma viagem de passeio.

Quando Gilberto chegou a Manaus, acompanhado de Comprido e seu filho, estava visivelmente alegre. Conseguira vencer uma importante etapa nos contatos amistosos que mantinha com os índios Atroari.

Gilberto alojou Comprido e seu filho na própria sede da Primeira Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e para melhor dar assistência àqueles visitantes ilustres, ele próprio trouxe a sua rede para dormir na sede da FUNAI, junto com seus convidados, visando melhor assistência enquanto permanecessem em Manaus.

Gilberto levou os índios, Comprido e seu filho, para conhecerem toda a cidade de Manaus. Visitaram lojas, praças, escolas, o porto, enfim cumpriram um programa bem movimentado. Os índios demonstraram terem gostado muito do passeio que fizeram.

Quando Gilberto e os índios retornavam ao Posto de Atração Alalau II, Gilberto pediu ao Piloto da aeronave em que viajavam, que conduzisse o avião de maneira que fosse possível avistar o desmatamento da estrada Manaus-Caracará-Boa Vista e as malocas dos índios Waimiri Atroari.

Gilberto na aeronave, mostrava ao índio Comprido e seu filho, a proximidade da estrada com relação as suas malocas.

E fazia um apelo a Comprido, que ele procurasse explicar aos seus liderados que evitassem visitar a estrada, pois Gilberto previa que os contatos indiscriminados dos índios com os trabalhadores e mais tarde com os viajantes da BR-174 — Rodovia Manaus — Boa Vista, seriam desastrosas para os índios, como tem sido para todas as comunidades indígenas cujos territórios são cruzados por uma rodovia.

Segundo Gilberto, Comprido parecia entender bem o que ele procurava explicar.

Quando chegaram ao Posto de Atração Alalau II, no rio Alalau, Comprido e seu filho, pediram a Gilberto que os levasse a sua aldeia, que ficava localizada acima do Posto, cerca de seis horas de viagem em canoa com motor de popa.

Gilberto, seguiu viagem imediatamente com destino a maloca dos índios Atroari, onde morava Comprido e seu filho.

Ao chegarem no "Porto" da maloca, encontravam-se esperando Comprido e seu filho, muitos índios, que saudaram com muita alegria a chegada da canoa que os transportava.

Comprido que levava muitos presentes aos seus parentes, apressou em despedir-se de Gilberto e de seus companheiros que tinham seguido na canoa e acompanhado de vários índios, seguiu imediatamente para a sua maloca.

Gilberto, retornou ao Posto, confiante de que conseguira consolidar a amizade com aquele grupo de índios Atroari chefiados pelo índio Comprido.

Em seguida, descendo o rio Alalau, ao passar na altura do trecho onde a estrada BR-174, corta o rio, constatou que na margem esquerda encontrava-se instalado um acampamento de trabalhadores do desmatamento da Rodovia BR-174.

Gilberto, foi até ao local, e pediu aos trabalhadores que ali encontravam-se que retirassem o acampamento das proximidades da margem do rio, pois os índios ao passarem pelo rio, iriam fatalmente notar a presença do acampamento e viriam saber e conhecer quem estava ali. E isto poderia provocar algum problema entre índios e trabalhadores da estrada. Aliás, Gilberto, através da Sub-Coama em Manaus, já advertira o 2º Grupamento de Engenharia e Construção que não fosse instalado acampamentos nas proximidades dos rios, para evitar que fosse ponto de atração aos índios que viajassem pelos rios.

Gilberto ao retornar a Manaus, fez-me a comunicação do fato.

Logo após sua chegada a Manaus, recebemos um radiograma da área de Atração Waimiri Atroari, informando que o empreiteiro de nome André, responsável pelo serviço de desmatamento dos serviços de construção da estrada Manaus-Boa Vista, estaria desobedecendo as normas de comportamento dentro da área indígena, fixada por Gilberto, para que todos que trabalhassem na construção da rodovia obedecessem.

Segundo o radiograma, um trabalhador do desmatamento da estrada, empregado do Sr. André, e do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, teria sido flagrado nas proximidades da aldeia dos índios Atroari armado e caçando, chegando inclusive a disparar vários tiros.

O chefe do Posto que flagrou o caçador dentro da área dos índios nas proximidades das aldeias, apreendeu a espingarda e conduziu-o sob ordens até o acampamento do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, entregando-o ao oficial que respondia pela chefia do acampamento naquele dia explicando-lhe o que ocorreria.

No dia 1º de outubro de 1974, enviamos ao Comandante do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, com sede em Boa Vista – Território Federal de Roraima, o ofício nº 87/74, comunicando a irregularidade cometida pelos trabalhadores da estrada, levantando inclusive a possibilidade de vir a ocorrer, em razão da desobediência das normas por nós fixadas e dos tiros disparados pelo caçador nas proximidades da aldeia dos índios Atroari, alguma reação por parte dos índios, contra o pessoal da FUNAI, que se encontrava nos Postos de Atração, como também até mesmo aos próprios trabalhadores da estrada.

No dia 02 de outubro de 1974, os índios Atroari, atacaram o Posto de Atração Alalau II, na margem do rio Alalau.

Gilberto e eu, antes mesmo de ocorrer o ataque dos índios, já havíamos decidido que por motivos de precaução iríamos mandar recuar todo o pessoal que se encontravam prestando serviços no Posto de Atração Alalau II, pois aquele Posto, era o que ficava mais próximo das aldeias dos índios Atroari e com o fato dos tiros disparados pelo trabalhador da estrada, poderiam os índios revoltarem-se e tentar alguma represália.

Entretanto, antes que conseguíssemos retirar todo o pessoal do Posto de Atração Alalau II, os índios atacaram o Posto no dia 02 de outubro de 1974, por volta das 8:00 da manhã.

Antes do ataque, recebemos a notícia através de rádio-fonia, em que um grupo de índios Atroari, teria surgido no Posto de Atração Alalau II, procuramos imediatamente fretar uma aeronave e seguimos imediatamente para o local.

Seguimos pela manhã do dia 02 de outubro de 1974, a bordo de uma aeronave de propriedade da Igreja Adventista de Manaus, pilotada pelo Pastor Daniel.

Ao sobrevoar o Posto, notamos que os índios já haviam atacado, pois o local parecia deserto e não se via nenhum sinal de vida. Apenas na beira do rio, no local que servia de Porto às canoas, encontravam-se cinco Ubás, amarradas e sem ninguém.

O avião continuou sobrevoando a área e vasculhamos com nossos olhos, toda a área desmatada a procura de um sinal de nossos companheiros. Mas nada. Tudo parecia deserto e sem vida.

Estava bem claro, que os índios tinham atacado os nossos companheiros que se encontravam naquele Posto.

Sabíamos que era muito perigoso, pousar a aeronave e descermos a procura dos nossos companheiros. Entretanto tínhamos apenas três opções. A primeira, de não descermos e voltarmos a Manaus, para comunicar a nossos superiores que o Posto de Atração Alalau II, teria sido atacado pelos índios, e que tudo indicava, todos os que ali se encontravam estavam mortos. A segunda era de descermos e verificarmos pessoalmente o que ocorrera, podendo inclusive, salvar algum dos nossos companheiros que por ventura ainda estivessem vivo ou ferido. A terceira opção era descer e a exemplo de nossos companheiros, sermos vítimas de ataque dos índios, que tudo indicava ainda encontravam-se nas proximidades, pois as suas canoas, ainda estavam amarradas no Porto do Posto.

Eu e Gilberto, sabíamos do grande risco que corríamos quando decidimos pela opção de descer e procurar os nossos companheiros. Fizemos antes do avião aquatizar, um pacto, que consistia no seguinte: se um de nós viesse a ser flechado, na ocasião em que descêssemos na área do Posto, não era para ser socorrido, pois seria muito perigoso, a pessoa que tentasse socorrer, ser vítima também de mais uma flechada. A pessoa que não fosse ferida, teria que abandonar o outro e voltar imediatamente para o avião, que ficaria com o motor funcionando e navegando pelo meio do rio, a salvo das possíveis flechadas.

Demos as últimas instruções ao Pastor Daniel, caso viessemos a morrer, de transmitir aos nossos familiares as nossas últimas vontades, e nos jogamos dentro do rio Alalau e nadando fomos nos aproximando da margem.

Combinamos também que tão logo "tomássemos pé" sairíamos correndo no rumo da casa sede do Posto e em zigue-zague, procurando assim evitar possíveis flechadas, pois tudo indicava que os índios estariam escondidos dentro da casa.

Foram as braçadas mais longa de minha vida, podíamos estar nadando para a morte. Mas algo muito forte e difícil de se explicar nos dava coragem para prosseguir ao nosso intento. Simultaneamente saímos d'água correndo em zigue-zague, eu pela direita e Gilberto pela esquerda.

Ao passar pela porta da cozinha da casa sede do Posto deparei-me com uma cena horrível, uma cabeça humana estava equilibrada no batente da porta e por ela escorria sangue e uma substância amarela. Era a cabeça do nosso companheiro, Faustino Lima, que tivera o seu corpo seccionado por uma falcãozada de um índio.

Em poucos minutos, entramos na casa e encontramos tudo em desordem. Todos os pertences estavam fora do lugar e tudo revirado. O rádio-fonia do Posto, estava destruído a machadadas. Encontramos apenas o corpo de nosso companheiro Faustino Lima. Não encontramos nenhum sinal dos outros.

Pegamos um saco de plástico que o Pastor Daniel trazia consigo na aeronave, colocamos o corpo do nosso companheiro Faustino Lima e embarcamos no avião.

Teríamos que sair procurando os outros companheiros. O pastor Daniel, ficou no Posto e eu e Gilberto saímos a procura dos outros. Não encontramos ninguém, e por volta das 17:00 horas daquele dia com o corpo de Faustino a bordo da aeronave, seguimos rumo ao Posto de Atração Alalau I onde nas proximidades, tinha desaparecido um grupo de 04 companheiros nossos, chefiados pelo chefe do Posto João Dionísio do Norte, conhecido como João Maracajá.

Passamos mais de uma semana nas buscas dos nossos companheiros desaparecidos, conseguimos ainda salvar os de nome Adão e Esmeraldo, que mesmo feridos, conseguiram fugir e graça as nossas buscas conseguiram salvar-se com vida.

Após o ataque dos índios, fizemos um expediente ao 2º Grupamento de Engenharia e Construção, pedindo que fossem suspensos os trabalhos de construção da rodovia BR-174, até que nos fosse possível reorganizar as frentes de trabalho, desativadas em razão do que ocorrera.

Pessoalmente, fomos entregar o expediente ao Sr. Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção em Manaus.

Na ocasião da entrega, eu e Gilberto, em conversa com o Sr. Comandante na presença de outros oficiais pertencentes aquela corporação, ouvimos aquela autoridade informar que já havia mandado se deslocar para a área dos índios Waimiri Atroari, um grupo de soldados do exército armados com o objetivo de garantir, de qualquer modo a continuação dos trabalhos de construção da rodovia Manaus-Boa Vista.

Aquela notícia assustou-nos, pois estávamos ali, exatamente numa tentativa, de pedir a suspensão dos trabalhos de construção da estrada, para reavaliarmos tudo que já tinha sido feito e tentar reorganizar os trabalhos de atração. E aquela informação não nos dava nenhuma esperança com relação a sorte dos índios.

Dizendo, que a "Estrada tem que ficar pronta, mesmo que para isso tenhamos que abrir fogo contra esses índios assassinos", o General Comandante, assumia séria responsabilidade quanto a sorte dos índios Waimiri Atroari. Complementando o seu discurso, o General disse: "Temos um compromisso de entregar a estrada pronta. E não vai ser um grupo de índios assassinos que vai impedir o prosseguimento da obra". As palavras do General feriam os nossos ouvidos, pois tanto eu como Gilberto, havíamos acabado de retornar

da área Waimiri Atroari, após exaustiva busca de nossos companheiros que tinham sido vítimas do ataque dos índios, que acreditávamos teria sido provocado pela presença nas proximidades de suas malocas de caçadores desobedientes às normas fixadas por nós, e estávamos convencidos de que os índios teriam agido de forma defensiva, e que era necessário muito cuidado para que eles não vissem em nós o desejo ou comportamento com finalidades vingativas. A presença de soldados do Exército, armados dentro da área, mesmo que não viesse a disparar nenhum tiro, possivelmente seria considerada pelos índios como intenção de vingança.

Entretanto, por mais que não quiséssemos acreditar no que estávamos ouvindo, o General era incisivo quanto a possibilidade dos soldados que seguiram para a área Waimiri Atroari, terem que realizar demonstrações de força, através de disparos de suas potentes e mortíferas armas de guerra.

Antes de sairmos da sala do Comando, o General Comandante dirigindo-se diretamente a Gilberto perguntou "Que é que você acha disso?" Gilberto com os olhos cheios de lágrimas, mal respondeu. Disse apenas: "General, na tentativa de fazer amizade com os índios Waimiri Atroari, mais de 60 funcionários entre FUNAI e Serviço de Proteção aos Índios, já morreram procurando nunca tomar medidas repressivas contra aquele povo. Agora o que o Senhor está me dizendo que fez e vai fazer, torna o sacrifício dos que perderam suas próprias vidas em defesa daqueles índios em vão".

Saimos calados e tristes. Perguntávamos um ao outro: e agora? Tudo que foi feito, teria sido inútil? E que fazer de agora em diante?

Voltamos a conversar sobre o assunto, na sede da FUNAI em Manaus. Quando imaginávamos o que poderia já ter ocorrido dentro da área Waimiri Atroari, sem que soubéssemos pois a posição do General Comandante não deixava dúvidas quanto a possibilidade de que antes de termos conhecimento, já teria ocorrido manobras "defensivas" por tropas do exército dentro da área Waimiri Atroari. Talvez, tenha sido até mesmo a causa do ataque dos índios aos Postos de Atração, e não aquela razão, que antes de termos conhecimento das intenções do Comandante, imaginávamos.

Comunicamos o fato à sede da FUNAI em Brasília e ficamos no aguardo de providências no sentido de voltarmos a reativar nossos trabalhos na frente de atração Waimiri Atroari.

Na região dos índios Waimiri Atroari, apenas um Posto de Atração, continuava ativado: o Posto de Atração do Santo Antonio do Abonari, região que predominava a presença do grupo Waimiri.

Gilberto permaneceu em Manaus, cumprindo determinação da alta direção da FUNAI, até que foi comunicado que seria afastado dos trabalhos da frente de atração Waimiri Atroari.

Foi um grande choque para Gilberto, pois ele ainda tinha esperanças de que alguma providência poderia ser tomada no sentido de suspender os trabalhos da estrada e através de contatos amistosos com os índios conseguir reatar a amizade que havia sido quebrada com o ataque ao Posto de Atração Alalau, no rio Alalau.

Em seu lugar seria nomeado o Sertanista Sebastião Amâncio, que naquela época chefiava a frente de atração do alto rio Solimões, nos rios Javari, Ituí e Itacoati.

Quando a notícia foi dada a Gilberto, de que seria afastado da frente de atração Waimiri Atroari, ele ficou muito magoado, pois parecia até uma punição, como ocorrera antes da vinda do "Padre Calleri" para a região, quando ele também fora afastado dos trabalhos para que o Padre assumisse a sua função.

Surgiu entretanto um problema, Sebastião Amâncio não quis assumir a incumbência que a FUNAI determinara. Primeiro, porque Sebastião Amâncio era uma pessoa que gostava muito de Gilberto, o tinha como uma espécie de professor. Segundo, era consciente que não era possuidor do conhecimento à altura para substituir o tão experimentado Gilberto que, por mais de 10 anos trabalhava junto aos Waimiri Atroari. Preferia permanecer no seu trabalho que vinha desenvolvendo no alto do rio Solimões, do que iniciar um trabalho, que já era de conhecimento de todos, cheios de problemas e de alto risco. Sebastião Amâncio, que acompanhava mesmo de longe as ocorrências, sabia da posição dos "patronos" da construção da estrada com relação aos índios e aos funcionários da FUNAI, que insistiam em tomar a defesa deles.

Sebastião Amâncio, tentou por diversos modos convencer a alta direção da FUNAI, para revogarem a medida de nomeá-lo encarregado da Frente de Atração Atroari. Entretanto como não conseguiu, pediu para entrar em gozo de férias regulamentares e, nesse meio tempo, ia tentar ir até Brasília e procurar convencer os dirigentes da FUNAI a mudar o que já fora determinado.

Nesse meio tempo Gilberto, mesmo oficialmente afastado da frente de Atração Waimiri Atroari, permanecia em Manaus, aguardando seu substituto, sem que deixasse de manter contato diariamente com a frente de atração, através do único Posto que ainda permanecia ativado na área que era o Posto de Atração Waimiri Atroari.

Na chefia daquele Posto permanecia o Indigenista Marinelio Machado, que vinha adiando as suas férias, desde julho de 1974, quando fez jus. Entretanto, em solidariedade a Gilberto, permanecia no trabalho, aguardando hora mais oportuna.

Como no final do ano, mês de dezembro, época das chuvas, quando os trabalhos nos Postos ficam quase paralisados, Marinelio saiu de férias deixando em seu lugar um companheiro, conhecido pelo apelido de "Acaba Rancho". Pessoa que tinha mais de três anos de experiência no trabalho de frente de atração e tinha o nome de Raimundo Pereira.

Os trabalhos da rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista estavam praticamente paralisados. Era fim de ano, e a maioria dos oficiais que trabalhavam na construção estavam licenciados em viagem para as suas cidades natal, onde passariam as festas de fim de ano.

Poucos dias antes do natal, os jornais de Manaus noticiaram que índios Waimiri Atroari, estariam surgindo na estrada BR-174, nas frentes de trabalho de desmatamento e terraplanagem. E que os trabalhadores da construção estavam temerosos que os índios promovessem algum ataque, a exemplo do que ocorrera com o Posto de Atração Alalau II da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

A direção da FUNAI, determinou que Gilberto deslocasse até a área e verificasse pessoalmente o que estava ocorrendo.

Gilberto esteve no local, percorreu todo o traçado da estrada, dentro da reserva Waimiri Atroari e não encontrou nenhum sinal de que os índios tivessem estado nas proximidades dos acampamentos de serviço dos trabalhadores na construção da estrada.

Ao retornar, informou-me que tudo indicava que a notícia publicada nos jornais, tinha sido com a intenção de que o Sexto BEC permitisse também que os trabalhadores, não militares, pudessem suspender os trabalhos e viessem passar os dias de festas de fim de ano, em Manaus, com seus familiares.

Gilberto, informou ainda que estivera no acampamento do Exército no Km 220, nas proximidades do Igarapé Santo Antonio do Abonari, local onde existia uma pista de pouso para pequenas aeronaves e lá quase não encontrou ninguém. Apenas alguns soldados chefiado por um cabo, que tinha ficado como vigia daquelas instalações.

Logo após o natal, na sede da Delegacia Regional da FUNAI, encontrei-me com Gilberto que me comunicou ter sido aposentado, mostrando inclusi-

ve o Decreto de Aposentadoria publicado no Diário Oficial da União. Perguntei-lhe se pretendia realmente parar. Ele respondeu-me que não, pois o salário que recebia como aposentado era muito inferior ao que vinha recebendo como funcionário da FUNAI e que além disto ele não saberia fazer outra coisa a não ser trabalhar "no serviço de índios". E que ia ver se a FUNAI iria aceitá-lo na condição de aposentado e ser recontratado.

Gilberto que passara o dia de Natal pela primeira vez em casa, junto com seus familiares, não deixou de diariamente, entrar em contato com o Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, através do sistema de rádio-fonia.

Tudo naquele Posto corria bem, até que no dia 20 de dezembro, Raimundo, o "Acaba Rancho", informou ao Gilberto o surgimento de um grupo de índios Waimiri Atroari na sede do Posto e através de rádio-fonia, identificou inclusive por nomes os índios que lá se encontravam. A presença dos índios no Posto era considerada normal, pois naquela época do ano, quando as águas dos rios começam a subir, eles costumavam vir até ao Posto para realizarem trocas de presentes.

O grupo era composto de homens, mulheres e crianças e estavam chefiados pelo já conhecido e amigo de todos do Posto, índio sexagenário Maruaga. A presença de mulheres e crianças e velhos, deixou Gilberto tranquilo, pois em nenhum dos ataques dos índios Waimiri Atroari a Postos da FUNAI e SPI ocorrera quando os índios estavam acompanhado de suas esposas e filhos. Os ataques sempre ocorreram quando os visitantes índios são apenas homens adultos e adolescentes. Nunca quando estão acompanhado de suas famílias.

Raimundo, comunicou a Gilberto de que os índios estavam perguntando por ele, mas ao saberem que ele não estava não fizeram muito caso. E que num dado momento da transmissão da mensagem de rádio-fonia o próprio Maruaga, escutara a voz do Gilberto no rádio e identificou como se fosse dele ficando aparentemente satisfeito de ouvir a sua voz. Entretanto Gilberto, que já não era mais o Chefe da Frente de Atração Waimiri Atroari, talvez, com o desejo de rever os índios antes de sua saída de fato da área, resolveu ir até ao Posto de Atração Alalau.

Seguiu para o local em um avião fretado que pousou na pista existente nas proximidades do igarapé Santo Antonio do Abonari, exatamente no local onde a rodovia BR-174, cruza aquele igarapé. Fica próximo também ao acampamento do Exército no Km 220 da BR-174.

Tão logo Gilberto chegou ao Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, comunicou-se com a sede da FUNAI em Manaus, através de rádio-fonia,

informando que a situação no Posto estava tranquila e que não existia motivo para preocupação.

O substituto do Delegado da FUNAI em Manaus, cujo titular encontrava-se viajando para Brasília, manteve contato também com Gilberto através de rádio-fonia, perguntando sobre a situação. Gilberto repetiu tudo que já tinha dito, reafirmando que a situação era calma e que tudo estava correndo bem. Na ocasião o substituto do Delegado Regional da FUNAI em Manaus, transmitiu a Gilberto, uma pergunta que um determinado Major do 2º Grupamento de Engenharia e Construção teria mandado fazer e que na hora parecia um pouco absurda. Pois o referido Major mandara perguntar a Gilberto e queria a resposta, que fosse informado o que é que os índios estavam querendo no Posto. Gilberto ao ouvir a pergunta formulada e transmitida pelo rádio-fonia, ficou irritado, pois não cabia a pergunta. Os índios, segundo o próprio Gilberto afirmara na ocasião, andam por onde querem e não devem explicar as suas visitas.

Sabia-se, entretanto, que desde o ataque dos índios ao Posto Alalau II em 02 de outubro de 1974, que o sistema de rádio-fonia, da FUNAI, estava sob censura. Isto foi comprovado, quando um certo dia, um dos Postos Indígenas, estava chamando o rádio da FUNAI em Manaus e não conseguiu resposta. Na ocasião recebemos um telefonema do serviço de rádio do exército, avisando do chamado do Posto, que não estava-mos ouvindo. Este fato comprovou que o sistema de rádio-fonia da FUNAI em Manaus, estava sob escuta permanente e sob censura.

E, logicamente, todas as transmissões de mensagens entre os Postos Indígenas e a sede da FUNAI eram captados pelo sistema de escuta.

No sábado à tarde, dia 28 de dezembro de 1974, Gilberto informou através de rádio-fonia, que tudo estava bem no Posto e que os índios que lá se encontravam em visita, estavam preparando-se para irem embora na manhã do dia seguinte. Os brindes já tinham sido trocados e estavam satisfeitos com os negócios. Tudo estava correndo na mais perfeita ordem.

Gilberto era uma pessoa que possuía muita experiência no trato com os índios e por isto mesmo em nenhuma hora ficava desatento ao comportamento deles. Principalmente porque esses mesmos índios já haviam atacado vários Postos da FUNAI. Gilberto usava inclusive um sistema de segurança quando no Posto em que ele se encontrava era visitado por grupos indígenas, mesmo naquele caso, que os índios estavam acompanhados de suas mulheres e crianças. Gilberto sempre no final da tarde quando a noite se aproximava, determinava que um dos companheiros de trabalho, atravessasse o rio, ou procurasse amarrar sua rede em local pouco distante da área do Posto, para que de lá pudesse ver toda a área do Posto e detectar, em melhores

condições, quaisquer anormalidades que por acaso viesse a ocorrer nas proximidades da casa-sede. Isto era justificado por Gilberto que dizia que as pessoas que estão dentro da casa sempre têm a visão restrita e uma pessoa que está de longe e fora de casa, tem condição de observar qualquer movimento anormal por acaso praticado pelos índios visitantes.

Pelo depoimento que me prestou o índio Ivan ele, naquela tarde, teria sido o escolhido para ser o "observador", tendo ele amarrado a sua rede em uma árvore no outro lado do rio Santo Antonio do Abonari, na frente da sede do Posto.

No último contato via rádio-fonia com a sede da FUNAI em Manaus, naquela tarde de sábado, dia 28 de dezembro de 1974, por estar tudo normal no Posto, Gilberto dispensou o plantão que normalmente o serviço de rádio da FUNAI em Manaus fazia aos domingos, quando os Postos de Atração estavam recebendo visitas, como era o caso do Posto de Atração Santo Antonio do Abonari.

No domingo dia 29 de dezembro de 1974, por volta do meio dia, o corpo de Gilberto Pinto Figueiredo Costa encontrava-se no necrotério do Hospital Getúlio Vargas, em Manaus, que teria sido trazido por oficiais do exército, que se encontravam no acampamento do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, localizado no Km 220, nas proximidades do Igarapé Santo Antonio do Abonari.

A versão oficial, informava que Gilberto e seus companheiros que se encontravam no Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, tinham sido vítimas de ataque dos índios Waimiri Atroari, os mesmo que se encontravam em visita ao Posto, desde o dia 26 de dezembro e que, segundo Gilberto, naquele dia 29 de dezembro estariam retornando as suas malocas.

A notícia do ataque dos índios Waimiri Atroari ao Posto de Atração Santo Antonio do Abonari teria sido dado ao pessoal do acampamento do Km 220 da BR-174, do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção pelo índio aculturado Sateré-Maué, de nome Ivan, que trabalhava na frente de atração e que na ocasião teria conseguido fugir correndo pela selva.

Segundo informações oficiais, após a notícia dada por Ivan sobre o que ocorrera no Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, alguns oficiais e soldados do exército que se encontravam naquele domingo no acampamento do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, no Km 220 da BR-174, seguiram imediatamente para o local a bordo de duas canoas movidas a motor de popa.

O tempo de uma viagem entre o local onde ficava o acampamento do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, numa canoa a motor até a sede do Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, era por volta de uma hora e meia, isto se a pessoa que fosse pilotando a embarcação tivesse bastante prática e conhecimento da navegação naquele igarapé, que era estreito e cheio de árvores caídas no leito, dificultando a navegação.

Não se sabe quanto tempo levaram as duas canoas para fazer a viagem entre a rodovia BR-174 e o Posto, nem mesmo o tempo em que levaram para recolher os corpos de Gilberto e seus companheiros. Sabe-se entretanto que o corpo de Gilberto chegou a Manaus por volta das 11:00 horas da manhã, a bordo de uma aeronave, que por coincidência encontrava-se pousando na pista de pouso do Km 220 da BR-174, nas proximidades do acampamento do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção.

O corpo de Gilberto, do Aeroporto, foi trasladado para o necrotério do Hospital Getúlio Vargas de Manaus e lá colocado em uma urna mortuária lacrada. Os familiares de Gilberto tentaram em vão conseguir ver o corpo, entretanto não lhes foi permitido, sob a alegação de que estaria com sinais visíveis de violências e seria melhor que seus parentes não o vissem.

O enterro que estava inicialmente marcado para as 16:00 horas, foi antecipado por "conselhos de amigos" para as 15:00 horas daquela tarde de domingo dia 29 de dezembro de 1974.

Ivan, que foi o único funcionário da FUNAI que se encontrava no Posto Santo Antonio do Abonari, que logrou escapar com vida, explicou-me que não vira praticamente o ataque dos índios. Afirmou apenas que ao amanhecer do dia 29 de dezembro, encontrava-se do outro lado do rio Santo Antonio do Abonari, seguindo determinação de Gilberto, que o mandara passar a noite no outro lado, exatamente para observar o Posto de local onde pudesse ver o que ocorria ao seu redor. Esta atitude era normal. Toda vez que os índios encontravam-se no Posto, Gilberto, sempre mandava alguém pernoitar fora da área do Posto. E que, ao se dirigir a beira do igarapé para lavar o rosto e depois chamar a canoa para atravessá-lo, no meio de uma neblina intensa, comum na região naquela hora da manhã, assustou-se quando ouviu uma intensa fuzilaria e muita fumaça no rumo da sede do Posto Santo Antonio do Abonari. Ouviu também muitos gritos e notou que Gilberto estava em pé na varanda da casa do Posto, gritando e gesticulando muito. Os índios que se encontravam acampados em uma casa de palha nas proximidades da casa sede do Posto, correndo e gritando rumo a mata, isto no meio de uma intensa fuzilaria. Ivan não esperou mais. Temendo o pior, empreendeu sua fuga em desabalada carreira dentro da selva, rumo à estrada BR-174, numa tentativa de salvar-se daquilo que estava ocorrendo no Posto de Atração Santo Antonio do Abonari.

Pelo depoimento de Ivan, ficou uma dúvida quanto, quem estaria atirando, pois os índios Waimiri Atroari não sabiam utilizar-se de armas de fogo, nem as possuíam. Gilberto e seus companheiros por formação indígenas, dificilmente teriam atirado nos índios. E o que fazia Gilberto, em pé, na varanda do Posto, gritando e gesticulando enquanto os índios corriam para a mata?. O que ocorrera naquela manhã para mudar as intenções dos índios ao ponto de voltarem-se contra os funcionários da FUNAI no Posto Santo Antonio do Abonari?. A hipótese dos índios atacarem o Posto era remota, pois eles nunca tomam nenhuma medida belicosa quando estão acompanhados de suas mulheres e filhos. E a maioria dos visitantes eram crianças, mulheres e velhos.

Mesmo que a hipótese de ataque dos índios Waimiri Atroari fosse a mais provável, eles em toda a história de ataques que realizaram, nunca deixaram os atacados reagirem. Usavam sempre estratégias de surpreender quem eles iriam atacar, nunca ocorrendo um confronto direto. Não ser quando os atacados tomassem a iniciativa e isto nunca iria acontecer por parte de Gilberto.

Só o tempo, um dia talvez, possa desvendar o mistério que envolveu a morte de Gilberto e seus companheiros de trabalho naquele dia 29 de dezembro de 1974.

OS WAIMIRI ATROARI depois da morte de Gilberto Pinto Figueiredo

Após a morte de Gilberto Pinto Figueiredo Costa, funcionário da FUNAI — Fundação Nacional do Índio, encarregado de chefiar a atração dos índios Waimiri Atroari, no dia 29 de dezembro de 1974, no Posto de Atração Santo Antonio do Abonari, o órgão oficial de assistência aos índios no Brasil — FUNAI, mudou os seus métodos de atração àqueles silvícolas.

Para substituir Gilberto, após a sua morte, foi nomeado inicialmente o Sertanista Apoena Meireles, que procurou, ao invés de contatar com índios, atraindo-os aos Postos de Atração, construir uma infra-estrutura administrativa, aumentando substancialmente o efetivo material e pessoal, instalando inclusive Postos de Vigilância na estrada Manaus-Caracarái, dentro da reserva Waimiri Atroari.

Apoena passou pouco tempo chefiando a Frente de Atração Waimiri Atroari. Não chegou a manter contato com os índios. Retirou-se da chefia da Frente de Atração, transferindo a responsabilidade para o também Sertanista Sebastião Firmo, ex-funcionário da frente de atração Waimiri Atroari, na época em que Gilberto comandava.

Sebastião Firmo, em novembro de 1975, nas margens do rio Alalau, onde a rodovia Manaus-Caracarái-Boa Vista, cruza aquele rio, manteve contatos amistosos com um grupo de índios Atroari, que surgiu na estrada, após cerca de um ano sem contatos.

Desde então, os contatos com os índios Waimiri Atroari foram aumentando. Os índios passaram a visitar quase que diariamente a estrada e os acampamentos dos funcionários da FUNAI na estrada, que atingia cerca de 200 pessoas, instalados nos Postos de Vigilância da FUNAI, dentro da reserva Waimiri Atroari, na margem da rodovia BR-174.

Com a intensidade da circulação de veículos na BR-174 — Manaus-Caracarái-Boa Vista, a Fundação Nacional do Índio — FUNAI, no sentido de proteger os transeuntes e possíveis ataques dos índios, criou os chamados Postos de Vigilância e Equipes Volantes de Batedores que seguiam acompanhando os comboios de veículos que se formavam para cruzarem a área da reserva dos índios Waimiri Atroari.

Nenhum incidente grave foi registrado nesses últimos seis anos. Nenhum dos transeuntes foi molestado pelos índios. E a FUNAI foi relaxando a vigilância e hoje é comum um caminhoneiro parar seu veículo e oferecer carona aos antes temidos índios Waimiri Atroari.

A política da Fundação Nacional do Índio — FUNAI antes da morte de Gilberto Pinto Figueiredo, em dezembro de 1974, de atrair os índios Waimiri Atroari, tinha como uma das diretrizes, a de evitar por todos os meios que os índios viessem a circular pela estrada Manaus-Caracarái, quando ela viesse a ficar transitável.

Os postos de atração aos índios Waimiri Atroari eram instalados em locais onde a atração fosse dirigida para longe do traçado da estrada Manaus-Caracarái-Boa Vista. Temia-se que os índios, quando a estrada estivesse pronta e com trânsito regular e passassem a ter contatos indiscriminados com os transeuntes, (o que infelizmente está ocorrendo agora), viessem a contrair doenças e receber influências negativas no seu sistema de vida.

Exemplos já existiam na época, em locais onde estradas atravessavam reservas indígenas, com resultados negativos e destruidor das comunidades indígenas habitantes naquelas áreas.

Na nova política de atração da FUNAI, em que a frente de atração passou a ter como base o eixo da rodovia Manaus-Caracarái, exatamente ao contrário da política anterior, fez com que alguns grupos de Waimiri Atroari, viessem a construir suas novas malocas nas margens da rodovia, nas proximidades dos Postos da FUNAI.

Hoje existem nas margens da estrada Manaus-Caracarái-Boa Vista- BR-174, mais de 3 aldeamentos dos índios Waimiri Atroari, que vêm mantendo indiscriminadamente e de forma desordenada contatos com os transeuntes da rodovia.

A FUNAI que continua incentivando os índios a permanecerem ali residindo nas proximidades da estrada, consciente do mal que está fazendo, assume um risco e a responsabilidade de todos os males que por ventura já adquiriram e irão adquirir por estarem residindo nas margens da rodovia.

Nos meses de maio e de junho de 1981, surgiu entre os índios habitantes nos aldeamentos instalados na margem da rodovia Manaus-Caracarái — BR-174, onde a Fundação Nacional do Índio — FUNAI, ostenta uma infra-estrutura composta de casas, galpões, veículos e pessoal, capaz de atender, se quiser, mais de duas centenas de índios enfermos, um surto de sarampo que contaminou toda a população daqueles aldeamentos.

A origem da contaminação do sarampo, sem sombra de dúvida, foi do contato indiscriminado que os índios Waimiri Atroari, vêm mantendo com os transeuntes da estrada e que por lapso da própria FUNAI, a tudo permitiu sem a necessária intervenção.

Os índios habitantes nas proximidades da rodovia e ali instalados por indução da própria FUNAI, bem que poderiam ter sido vacinados contra o sarampo, medida esta elementar quando se leva a sério um contato com índios ainda não acostumados ao convívio com a sociedade dita civilizada. Entretanto os encarregados da frente de atração não tiveram esta iniciativa, preferiram esperar que acontecesse, para depois lamentar.

Dos cento e setenta e quatro índios que residiam nas aldeias à margem da Estrada BR-174, 21 deles morreram à míngua, sem os cuidados médicos necessários. Funcionários da FUNAI, que lidam diretamente com os índios, os atendentes de enfermagem, quando descobriram o surto de sarampo, apelaram a administração do órgão pedindo socorro, tentando assim evitar em tempo que o sarampo viesse a provocar mortes e maiores sofrimentos entre os índios acometidos do mal. Os apelos não foram atendidos. A administração da FUNAI em Manaus omitiu-se quanto ao tratamento intensivo e aos cuidados solicitados pelos funcionários ligados a área de saúde. E, 17 mulheres e 04 homens, às vistas dos funcionários, morreram sem que eles pudessem fazer alguma coisa.

A morte de 21 índios Atroari, vítimas de sarampo e por total descaso do órgão encarregado de assistência aos índios, demonstra claramente as intenções da atual política indigenista brasileira, hoje sob tutela de um grupo de militares, que oriundos da chamada "Comunidade de Informações" vem colocando em prática uma política Genocida, visando simplesmente a exterminação das comunidades indígenas no Brasil.

O sarampo que contaminou o grupo indígena Waimiri Atroari, que se encontra residindo nas proximidades da rodovia BR-174 Manaus-Caracará-Boa Vista, espalhou entre os índios do mesmo grupo que ainda não mantém contatos com o pessoal da FUNAI, resistindo ao contato nas malocas no centro da selva, eles contaminados, sem nenhum cuidados médicos também vieram a falecer. É o que se deduz.

O número portanto de mortos em razão do surto de sarampo surgido entre os índios Waimiri Atroari em maio e junho de 1981, ainda está por ser precisado, pois fatalmente nunca se saberá o número de vítimas provocadas pelo surto.

Mesmo depois deste trágico fato, a FUNAI não se preocupou em vacinar os índios contra doenças evitáveis e nem mesmo intensificou a vigilância na estrada para que os transeuntes evitem de manter contato com os índios Waimiri Atroari.

Nas proximidades da área tradicionalmente ocupada pelos índios Waimiri Atroari está sendo construída uma usina Hidrelétrica, que utilizará o

represamento das águas do rio Uatumã, na altura da cachoeira Balbina, que virá provocar a inundação de cerca de 1/3 da área já reservada para os índios Waimiri Atroari.

Ao leste da reserva, já encontra-se em pleno funcionamento a Empresa Timbó Mineração Ltda, pertencente ao grupo Parapanema que está explorando os recursos minerais da área dos índios Waimiri Atroari.

A FUNAI já começou a enviar à área, seus antropólogos e técnicos, supervisionados por Coronéis, propondo um estudo visando a diminuição da área e aconsequente liberação das terras às empresas de Mineração que pretendem nos próximos anos instalarem seus equipamentos no território dos índios Waimiri Atroari.

No INCRA em Manaus são encontrados documentos de mais de 30 proprietários com títulos registrados em cartório, da área compreendida pela reserva Waimiri Atroari, território tradicionalmente habitado por aqueles índios.

Em pouco, tempo, se a política não mudar, só ouviremos falar dos índios Waimiri Atroari, através de bibliografia em citações nas bibliotecas.

A RESERVA INDÍGENA WAIMIRI ATROARI

Desde o início dos trabalhos do Serviço de Proteção aos Índios — SPI, no Estado do Amazonas e da Primeira Inspeção com sede em Manaus, que foram feitas várias tentativas de fixar limites ao avanço da sociedade não indígena sobre o território dos índios Waimiri Atroari.

A instalação pelo SPI do Posto Indígena Mahaua, nas margens do rio Jauaperi, visando principalmente defender a integridade do território dos índios Waimiri Atroari foi o primeiro passo para a criação de uma reserva para aqueles índios.

O primeiro documento sobre a reserva Waimiri Atroari, foi a Lei nº 941 de 16 de outubro de 1917, que no artigo 5º, destinava as terras da margem direita no rio Jauperi, para os índios "Waimiris".

Entretanto, em 1921, o então Governador do Estado do Amazonas, o Desembargador Rego Monteiro, visando afastar qualquer impedimento as intenções de seu sobrinho Simplício Coelho Rezende Rubin, de tomar conta das terras dos índios Waimiri Atroari, revogou a Lei nº 941 e promoveu assim a oficialização da invasão ao território indígena.

Mesmo assim, sem a proteção das leis, ou de reservas legalmente constituídas, os índios Waimiri Atroari, após recuarem suas moradias da foz do rio Jauperi para as cabeceiras do rio Alalau, da foz do rio Camanau para a região nascentes daquele rio com as nascentes do Igarapé Santo Antonio do Abonari, da Foz do rio Uatumã, para a área de sua cabeceiras, não permitiam o avanço da presença do homem civilizado para dentro daquele território.

E toda a vez, que algum corajoso, aventurava-se a penetrar no último reduto dos Waimiri Atroari, fatalmente pagava com a própria vida.

Entretanto com o início da construção da rodovia BR-174 — Manaus-Caracará-Boa Vista, e após o insucesso da missão Calleri e por proposta de indigenistas da Fundação Nacional do Índio — FUNAI, destacando-se a participação pessoal do indigenista Gilberto Pinto Figueiredo, foi criada a reserva denominada Waimiri Atroari, através do Decreto nº 68.907 de 13 de junho de 1971.

Os limites fixados não foram exatamente os propostos por Gilberto. A área proposta era muito maior da que foi considerada reserva indígena pelo Decreto a seguir:

"Ao norte: partindo da cabeceira do rio Camanau por uma linha reta e seca até a foz de um riacho sem nome, afluente da margem esquerda do rio

Jauaperi nas coordenadas aproximadas de 61º13'W e 0º35'S, daí subindo este rio a foz do seu afluente rio Alalau, subindo este até a foz do riacho sem nome, seu afluente da margem esquerda, nas coordenadas aproximadas de 60º28'W e 0º49'S, subindo este riacho até sua cabeceira, daí por uma linha reta e seca até a cabeceira do riacho sem nome, afluente da margem direita do rio Uatumã, nas coordenadas aproximadas de 59º59'W e 0º37'S, daí descendo este riacho até sua foz no rio Uatumã.

Leste: Deste ponto descendo o rio Uatumã até a foz do seu afluente Igarapé Santo Antonio do Abonari até sua cabeceira do riacho sem nome, primeiro afluente da margem direita do rio Curianau partindo de sua foz, nas coordenadas aproximadas de 61º01'W e 1º42'S, descendo esse riacho até a foz do rio Curiau e por este rio abaixo até a sua foz no rio Camanau.

Oeste: Subindo o rio Camanau até sua cabeceira principal.

A área da reserva ficou com extensão aproximada de 1.611.900 ha, encravada no município de Airão, no Estado do Amazonas.

A reserva entretanto não englobou toda a área habitada pelos índios Waimiri Atroari. Muitas malocas dos índios e áreas de caça ficaram de fora. As malocas instaladas na margem direita do rio Alalau e muitas outras na região central, além do Alalau não foram consideradas e os limites fixado pelo Decreto 68.907, deixaram-nas de fora da reserva.

Na época os indigenistas da FUNAI, principalmente Gilberto Pinto Figueiredo, protestaram contra o fato da reserva não atingir toda área realmente ocupada pelos índios Waimiri Atroari. Entretanto nada de positivo conseguiu-se. A alegação era sempre de que por se tratar de uma região inóspita, não havia necessidade de retificar o Decreto que criara a reserva e que como ainda não se tinha conseguido contatar com a maioria do grupo indígena, seria melhor esperar o contato para definir ao maior precisão os limites da área.

Entretanto em agosto de 1974, conseguiu-se que nova área fosse interdita para fins de atração dos índios Waimiri Atroari. Mais uma vez, não obstante ficaram de fora do Decreto que fixou os limites:

Decreto 74.463 de 26 de agosto de 1974, fixava os seguintes limites para esta nova área a ser acrescida a reserva decretada inicialmente para os índios Waimiri Atroari.

Norte: Partindo do rio Jauaperi, na altura da ilha Graziela, num ponto de coordenadas 61º05'W 0º20'S por linha seca ao rumo geral leste, numa extensão aproximada de 4 quilômetros até a cabeceira do riacho denomina-

do Pretinho, afluente da margem direita do rio Alalau no ponto de coordenadas geográficas aproximada de 60°38'W e 0°20'S. Deste ponto desce este riacho até sua confluência até o rio Alalau. Sobe este rio pela sua margem esquerda até sua confluência com o riacho sem nome, num ponto de coordenadas aproximadas de 60°10'W e 0°18'.

Leste: Deste ponto sobe este riacho sem nome até sua cabeceira. Daí por uma linha reta e seca, até a cabeceira do riacho sem nome afluente da margem esquerda do rio Alalau no ponto de coordenadas 60°05'W e 0°35'S.

Sul: Deste ponto desce este riacho sem nome até sua confluência com o rio Alalau, daí desce este rio pela sua margem direita até sua confluência com o rio Jauaperi.

Oeste: Deste ponto, sobe este rio pela margem esquerda no ponto de coordenadas 61°05'W e 0°20'S.

Este Decreto estava com os limites errados quanto as coordenadas geográficas e em janeiro de 1975, através do Decreto 75.310/75, ele foi retificado. Entretanto, ainda permaneceu um erro, que demonstra a falta de cuidado e critérios em fixar limites de áreas indígenas naquela época. A área interdita pelo Decreto 74.463/74 e retificada pelo Decreto 75.310/75, fica encravada no território de Roraima e não município de Airão no Estado do Amazonas. Erro que persiste até os dias de hoje.

No mesmo ano de 1975, Apoena Meireles, sertanista que substituiu Gilberto Pinto Figueiredo a frente dos trabalhos de atração dos índios Waimiri Atroari, vendo a urgente necessidade de instalar na região condições para desenvolver um trabalho de proteção aos índios mais efetivamente em vista da instalação da rodovia BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, propôs a criação de um Parque Indígena, aos moldes dos já existentes em outras áreas da Amazônia, como o Parque do Aripuaná e Parque do Xingu.

Entretanto somente em 1977, a sua idéia foi acolhida e reformulada pelo General Demócrito Soares de Oliveira, então Diretor da Coordenação da Amazônia – COAMA, órgão da administração da própria FUNAI, encarregado dos assuntos da Amazônia Legal, e proposta ao Presidente da FUNAI, que por sua vez tentou vender a idéia ao Ministro do Interior de então – Mauricio Rangel Reis, não conseguindo entretanto aprovação.

Em 1978, o Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, General Ismarth de Araújo Oliveira, acolhendo sugestões de Coordenação da Amazônia – COAMA, interditou mais uma área adjacente a reserva as áreas anteriormente interditas para proteção dos índios Waimiri Atroari, declarando área de ocupação, através da Portaria nº 511N, datada de 04 de julho

de 1978, incluindo, conseqüentemente, na área de reserva, a área de 03 malocas que se encontravam fora dos limites da reserva Waimiri Atroari e das áreas anteriormente interditas.

A Portaria nº 511 N, juntamente com os Decretos 68.907/71, 74.463/74 e 75.310/75, delimitaram a área mínima do território dos índios Waimiri Atroari, que na época já era uma ilha entre um sem número de novos vizinhos que se instalaram na região com projetos de exploração de madeira, agropecuária e mineração.

A Portaria nº 511 N, foi o último documento oficial que visava a proteção do território dos índios Waimiri Atroari.

Estes diplomas, mesmo de forma frágil, mas que reconheciam oficialmente a área dos índios Waimiri Atroari, foram a principal defesa do território daqueles índios à frente de várias tentativas de invasão.

Entretanto no decorrer dos anos e com a instalação de projetos de exploração agrícola e madeireiro nas proximidades da reserva, aventureiros e especuladores, com a parcimônia de órgão oficial, chegaram a registrar como propriedades particulares, vastas áreas dentro da reserva dos índios Waimiri Atroari.

Mesmo com registro, ou declaração de posse junto ao INCRA e “pagando impostos”, estes falsos proprietários nunca se arriscaram a tomar de sua declarada propriedade, talvez pelo grande temor que os regionais ainda cultivam com relação a agressividade dos índios Waimiri Atroari.

Com autorização da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, encontrase instalada dentro da reserva Waimiri Atroari a empresa de mineração Timbó Mineradora Ltda, pertencente ao grupo Parapanema, que se encontra em plena atividade exploratória na região leste da reserva.

Nas proximidades da reserva Waimiri Atroari, no rio Uatumã, abaixo um pouco do limite Noroeste está sendo construído a usina hidrelétrica denominada Balbina, que usará o represamento das águas do rio Uatumã, como força hidráulica, formando um grande lago a jusante da barragem, que provocará a inundação de cerca de 1/3 da área da reserva Waimiri Atroari.

Em janeiro de 1979, a ELETRONORTE comunicou a FUNAI que iria iniciar os trabalhos da construção da Barragem que represará o rio Uatumã, informando o nível que a lâmina d'água atingirá e a sua influência na área da reserva Waimiri Atroari.

A inundação de parte da reserva Waimiri Atroari, atingirá também parte da rodovia BR-174, que liga Manaus-Boa Vista, exatamente no trecho da estrada que fica dentro da área dos índios.

Entretanto, sabe-se que existem duas alternativas para solucionar a problema da inundação de trecho da rodovia. 1) Alçamento dos trechos atingidos. 2) Construção de uma nova estrada, contornando o lago que se formará dentro da reserva Waimiri Atroari, quando da construção da barragem na cachoeira Balbina.

Sabe-se também que a construção de uma nova estrada já foi determinado. Os trabalhos de levantamento topográfico já foram realizados. Mais uma vez o território Waimiri Atroari sofrerá depredações.

DIMINUIÇÃO DA RESERVA WAIMIRI ATROARI

Quando este livro já se encontrava composto, surgiram fatos novos, que vieram confirmar minhas previsões e infelizmente, foram tomadas novas medidas pelo poder público, visando destruir o que resta dos índios conhecidos como WAIMIRI ATROARI.

No ano de 1980, a FUNAI, tendo a frente da sua administração o bisonho Coronel da reserva João Carlos Nobre da Veiga, pessoa declarada inimiga dos índios, vinha tomando uma série de medidas visando diminuir algumas das poucas reservas indígenas já existentes no território nacional.

Sabe-se que o referido Coronel João Carlos Nobre da Veiga, tinha e ainda mantém estreitas ligações com grupos economicos do ramo de exploração e extração de minérios.

Talvez por isto, tenha facilitado que a empresa Paranapanema S/A, conseguisse obter junto ao D.N.P.M, do Ministério de Minas e Energia, alvará de pesquisa na área nordeste da reserva indígena Waimiri Atroari.

Depois de um ano de pesquisa a empresa Paranapanema, constatou a existência de uma grande jazida de estanho na área em que pesquisava dentro da reserva indígena WAIMIRI ATROARI.

Para exploração da jazida, foi elaborado o Projeto Pitinga, com previsão de investimento na área de US\$ 5.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares) para aplicação nos anos de 1982 e 1983

O potencial da jazida foi estimada em 28.000 toneladas de estanho, perfazendo um montante de US\$ 420.000.000 (quatrocentos e vinte milhões de dólares).

Entretanto o projeto enfrentava dificuldade para sua aplicação, face a jazida encontrar-se encravada dentro da reserva indígena WAIMIRI ATROARI.

A dificuldade foi afastada, pois a própria FUNAI, tutora dos índios e responsável pelo zelo e conservação da posse e usufruto pelos índios das terras por eles habitadas, através de seus dirigentes, inclusive seu Presidente, Cel. Nobre da Veiga, vinha praticando uma política de traição aos seus tutelados e declaradamente de posição favorável a grupos economicos invasores dos territórios indígenas.

Tão logo a firma PARANAPANEMA procurou a FUNAI para tentar conseguir a necessária autorização para explorar a jazida existente na área nordeste da reserva indígena WAIMIRI ATROARI, foi desencadeado um processo de elaboração de proposta para diminuição da área da reserva.

Através do Departamento Geral de Patrimônio Indígena da FUNAI, foram nomeadas várias comissões de antropólogos — (Recem contratados pela FUNAI em substituição a um grupo de indigenistas, que por não concordarem com a política posta em prática pela administração do Cel. Nobre da Veiga) para reestruturarem em caráter de urgência a diminuição da reserva indígena WAIMIRI ATROARI de tal sorte que deixasse de fora a jazida de estanho descoberta pela empresa PARANAPANEMA.

Entretanto, mesmo usando os antropólogos recém contratados, o D.G.P.I., sob o comando do Cel. Pagano, não conseguiu que fosse elaborado a proposta de diminuição da reserva indígena WAIMIRI ATROARI.

Resolveu então o Diretor do D.G.P.I, Cel. Pagano a nomear um seu colega, o Coronel da reserva de nome NEY FONSECA e sua principal assistente, a antropóloga de nome Hildegart Rick, para dar uma solução urgente no "caso" Paranapanema.

O Cel. Ney Fonse e a antropóloga Hildegart estiveram na área dos índios WAIMIRI ATROARI, num período de 2 (dois) dias e fizeram rápidos sobrevôos sobre a mata, verificando, segundo alegaram em seu relatório, a existência ou não de malocas de índios Waimiri Atroari, nas proximidades do acampamento da empresa pesquisadora de minérios, PARANAPANEMA.

Como não "viram" nenhuma maloca nos rápidos e "arriscados" sobrevôos que fizeram sobre a mata amazônica, no processo, já em andamento proporam a DIMINUIÇÃO DA ÁREA DA RESERVA INDÍGENA WAIMIRI ATROARI.

A proposta de diminuição da reserva indígena, foi remetida ao Ministério do Interior (Processo FUNAI BSB/2625/81), em caráter de urgência e em seguida encaminhado a Presidência da República para formalização do Decreto.

Em 23 de novembro de 1981, o Presidente Figueiredo, através do Decreto nº 86.630/81, revogando todos os decretos anteriores (Decretos 68.907/71 de 13.07.71, 74.463 de 26.04.74 e 75.310 de 27.01.75 que criava e aumentava a Reserva indígena Waimiri Atroari), tornou EXTINA a Reserva Indígena WAIMIRI ATROARI, transformando a área habitada por aqueles índios, como "ÁREA INTERDITADA TEMPORIAMENTE PARA FINS DE

ATRAÇÃO e PACIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS WAIMIRI ATROARI", invertendo totalmente o processo de formalização de uma Reserva Indígena, pois a medida tomada não caberia, pois a reserva indígena já estava legalmente criada e com os limites já bem definidos pelos Decretos nºs : 69/907/71 e 74.463/ 74 e 75.310/75.

Além do ato de acabar com a Reserva Indígena, tornando-a em apenas numa "área interdita" o Decreto 86.630/81 de 23.11.81, diminuiu a área em 526.800 hectares, exatamente a área pretendida pela empresa de mineração PARANAPANEMA S/A.

Um verdadeiro absurdo, um verdadeiro crime contra a população indígena WAIMIRI ATROARI, pois devido a sua condição de índios ainda arredios, não tem condições de protestarem publicamente contra o abuso e traição praticado pelos seus tutores.

NOVA ESTRADA DENTRO DA TERRA DOS ÍNDIOS WAIMIRI ATROARI

Com a extinção da reserva indígena Waimiri Atroari, que passou a ser apenas uma "área interditada temporariamente" e a diminuição da área, deixando livre e desembaraçada 526.800 hectares para a empresa Paranapanema S/A, foi dado o prosseguimento ao processo de instalação do Projeto Pitinga, daquela empresa, que visa a exploração de jazida estanífera.

Entretanto Paranapanema S/A, não satisfeita com os 526.800 hectares das terras indígenas que lhe foram, não se sabe a que preço, cedidas pela direção da FUNAI, passou a exigir daquele órgão, que lhe autorizasse a construir dentro da nova "área interditada" uma estrada para utilização em caráter privado e exclusivo, com o fim de escoar por rodovia, o minério a ser retirada da jazida de estanho que se encontra na área indígena, hoje em poder daquela empresa.

No período em que a Paranapanema formalizou a FUNAI o pedido de autorização para construir a estrada, antes mesmo de qualquer resposta, iniciou os trabalhos de construção abrindo picadas e levantamentos topográficos.

Nesta época, dezembro de 1981, o Cel. Nobre da Veiga, foi afastado da Fundação Nacional do Índio, levando consigo a fama de pior Presidente que a FUNAI já teve, inclusive com a marca de várias denúncias públicas de seu envolvimento com casos de corrupção administrativa.

Em seu lugar assumiu o Cel. Paulo Moreira Leal, que oriundo da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, era uma esperança para que pelo menos a seriedade e o respeito as leis fosse restabelecido na FUNAI.

Com a mudança da administração, os desejos da Paranapanema não tiveram a mesma acolhida que vinha recebendo na época da administração do Cel. Nobre da Veiga.

Consultado os antropólogos do órgão (Processo nº 003929/81-FUNAI) e sem a ameaça do Cel. Nobre da Veiga, estes foram de parecer contrário a pretensão da Paranapanema S/A de mais uma vez invadir as terras dos índios Waimiri Atroari, através da construção de uma estrada c/38 quilômetros de extensão para seu uso exclusivo.

Diante do impasse técnico, devido a negativa dos antropólogos, um dos remanescentes da administração Nobre da Veiga, o truculento Diretor e Che-

fe da Assessora de Estudos e Pesquisas da FUNAI, Cel. Ivan Zanoni Heusen, assumiu a questão "PARANAPANEMA" e procurou novas formulas para atender o desejo daquela empresa de mineração.

Sugeri, que tendo em vista a necessidade premente e inevitável de ser construído a estrada, fosse criado na área, uma infra-estrutura por parte da FUNAI, visando evitar possíveis reações dos índios contra os construtores da estrada e futuros transeuntes da rodovia, quando a PARANAPANEMA S/A iniciasse o transporte do minério.

Sugeri também que fosse cobijado um elemento que conhecesse os índios WAIMIRI ATROARI, para exercer suas atividades de sertanista e indigenistas junto as equipes de funcionários da PARANAPANEMA S/A, visando a proteção dos trabalhos a serem realizados quando da construção da estrada.

A pessoa escolhida foi eu. E pessoalmente fui convidado pelo Cel. Zanoni. Como senti que por trás do convite existia interesses não confessados, e que a firma PARANAPANEMA estava invadindo terras indígenas, recusei em princípio o convite, propondo que antes de qualquer resposta, eu visitasse a área e depois do meu retorno daria a minha resposta final.

Estive na área indígena Waimiri Atroari, assim como no acampamento da PARANAPANEMA, onde os trabalhos de infra-estrutura já se encontra mediante estágio de implantação.

Constatei na ocasião, que o Projeto PITINGA, da Paranapanema, não se restringe somente a área de 526.800 hectares, cedidas da área indígena pela FUNAI, mas inclui também toda a área compreendida à direita da rodovia BR 174 no sentido Manaus—Caracaraí, entre os rios Santo Antonio do Abonari e Alalau e que a estrada a ser construída pela Paranapanema, visa principalmente a posse dessa área e não necessariamente um meio e via de escoamento do minério já descoberto na área cedida pela FUNAI.

Quando retornei a Brasília, apresentei um relatório ao Presidente da FUNAI, Cel. Paulo Moreira Leal, informando-o dos males que a estrada se construída causará aos índios e que havia constatado com relação as pretensões expansionistas do Projeto Pitinga da Paranapanema, com relação as terras dos índios Waimiri Atroari.

Em princípio a minha denuncia foi bem acolhida, principalmente quanto a denuncia do processo em que resultou na diminuição da reserva.

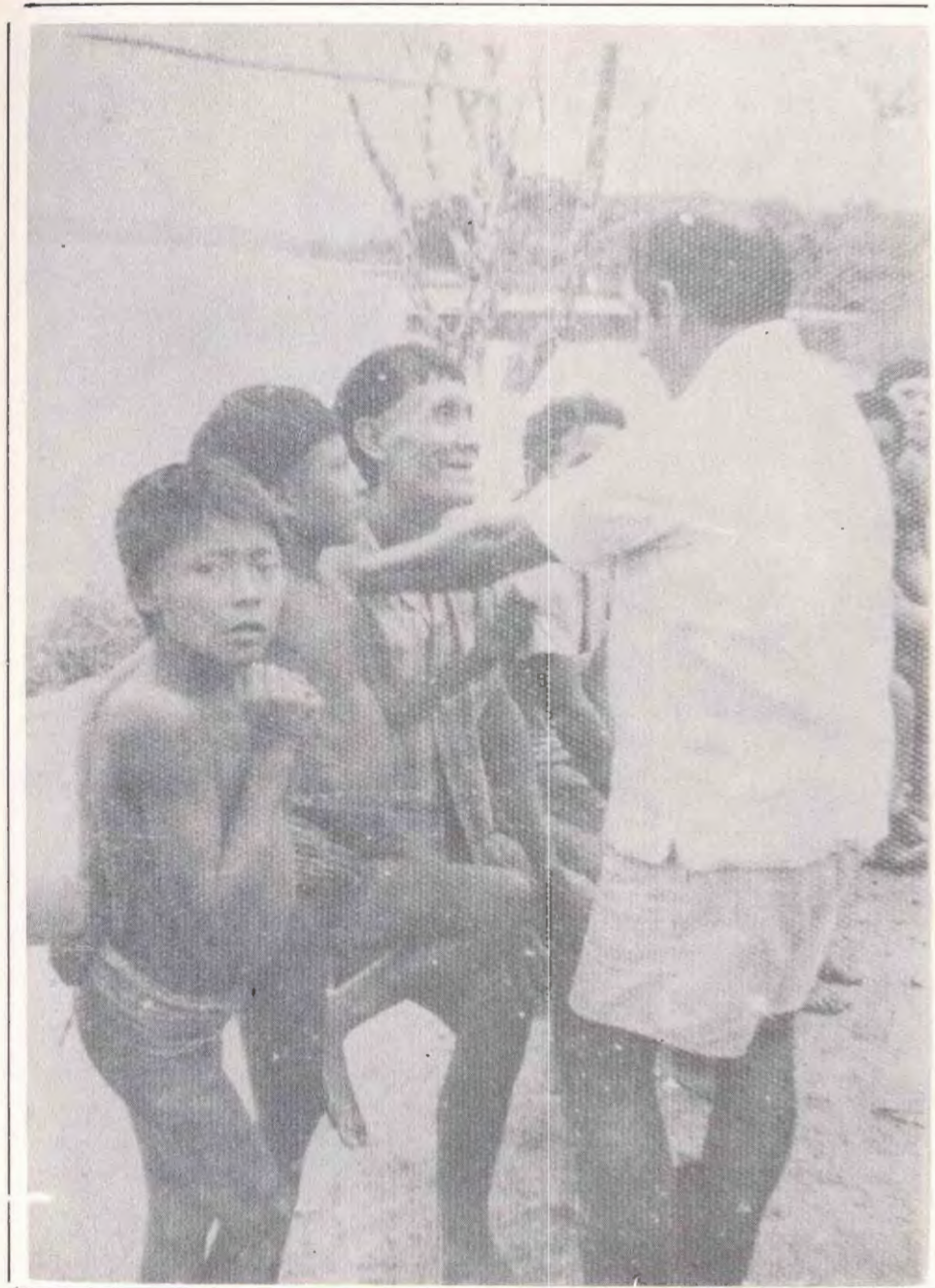
Providencias na FUNAI foram tomadas no sentido de apurar responsabilidades quanto a possível envolvimento de funcionários do órgão, favore-

cendo a empresa PARANAPANEMA S/A em prejuízo das terras dos índios WAIMIRI ATROARI.

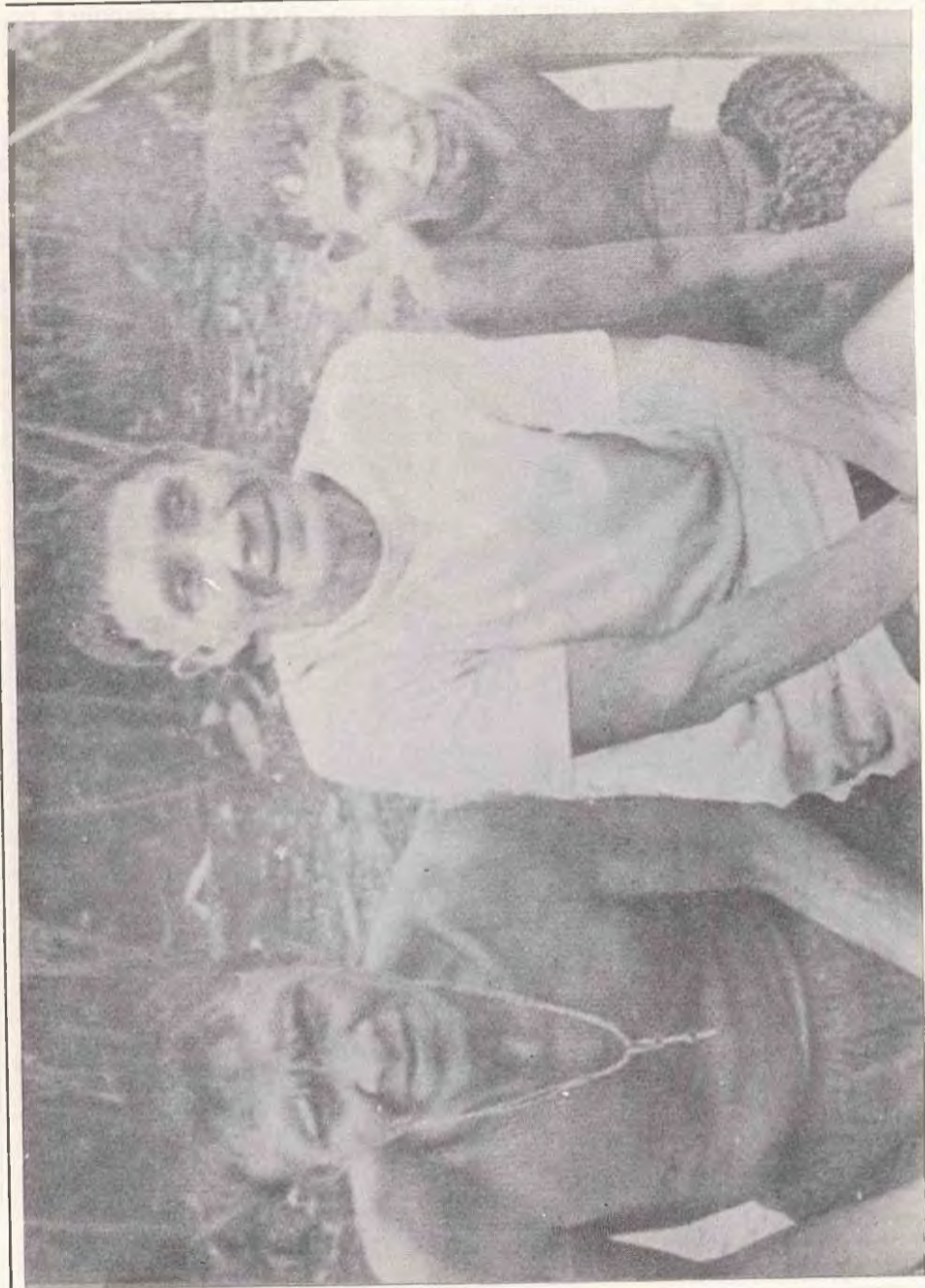
Sabe-se que o Cel. Paulo Leal, após ter sido contrário a pretensão da Paraniapanema S/A em construir mais uma estrada dentro da "área interdita dos índios WAIMIRI ATROARI", teria voltado atrás, cedendo a fortes pressões que recebera dos altos escalões da administração federal.

Após a entrega do meu relatório ao Presidente da FUNAI, contrário as pretensões da PARANAPANEMA S/A, fui procurado por um dos seus funcionários, Sr. Vilas Boas, que ao saber do meu parecer contrário a pretensão da empresa em que trabalha, de construir uma estrada dentro dos domínios territoriais dos índios WAIMIRI ATROARI, fez-me pessoalmente ameaças, dizendo "que o poder econômico é muito forte e que passaria por cima de mim e do Presidente da FUNAI e até mesmo de quem quer que fosse que tentasse impedir o sucesso do Projeto Pitinga.

Da forma como estão acontecendo os fatos, certamente quando este livro começar a chegar as mãos do público, novos crimes contra os índios WAIMIRI ATROARI já foram perpetradas e sua reserva mais uma vez diminuída.



Gilberto Figueiredo, conversando com o seu amigo índio MARUAGA em 1974.



Índios WAIMIRI – Tuxaua (o de camisa) – e sua esposa acompanhados de um outro líder WAIMIRI – ATROARI.



Meninos WAIMIRI, em visita ao Posto de Atração CAMANAU 1974.



Índios WAIMIRI em visita ao POSTO DE ATRAÇÃO CAMANAU – em 1974.



A estrada BR-174 – Manaus-Boa Vista, depois de pronta. Trecho dentro da reserva indígena WAIMIRI-ATROARI.



Soldados do B.E.C. na BR-174 – Manaus-Boa Vista,
no trecho que cruza a reserva indígena WAIMIRI-ATROARI.



Índios WAIMIRI em visita ao Pçsto de Atração da FUNAI em 1974.



Gilberto Figueiredo com os índios WALMIRI quando visitam o POSTO DE ATRAÇÃO CAMANAU em, 1974.



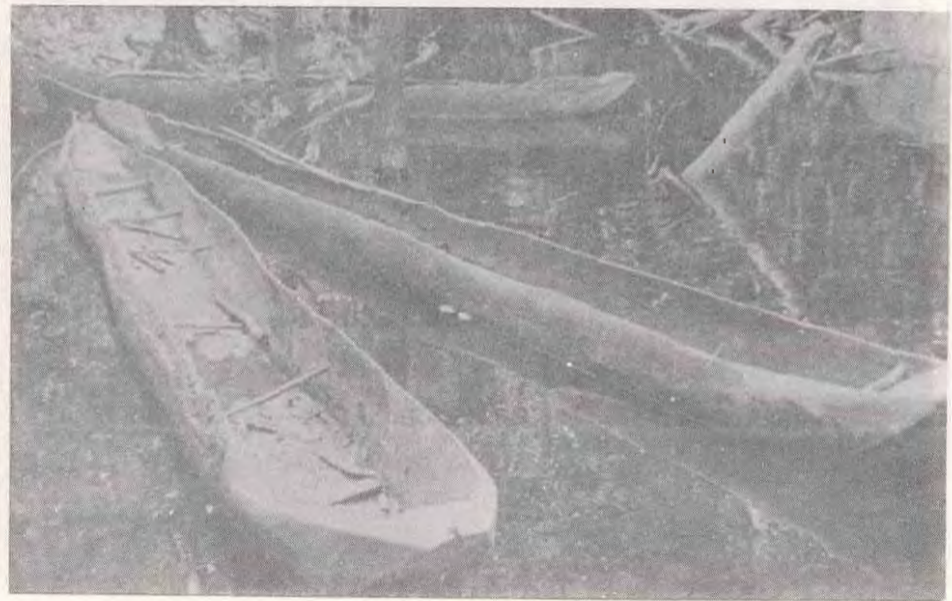
Maloca de índios WAIMIRI-ATROARI, na hora em que estava sendo incendiada, quando o avião de buscas as vítimas do ataque ao Posto de Atração ALALAU II, sobrevoava o local. Em 02 de outubro de 1974.



Índios ATROARI, na margem do rio Alalau, logo após ao ataque ao Posto de Atração ALALAU II em 02 de outubro de 1974.



A estrada BR-174 – Manaus-Boa Vista ainda em construção (1974), na área da reserva indígena WAIMIRI-ATROARI.



Canoas dos índios WAIMIRI-ATROARI – “UBÁS” – 1974.



Maloca dos índios WAIMIRI-ATROARI, na margem direita do rio Alalau – 1974.



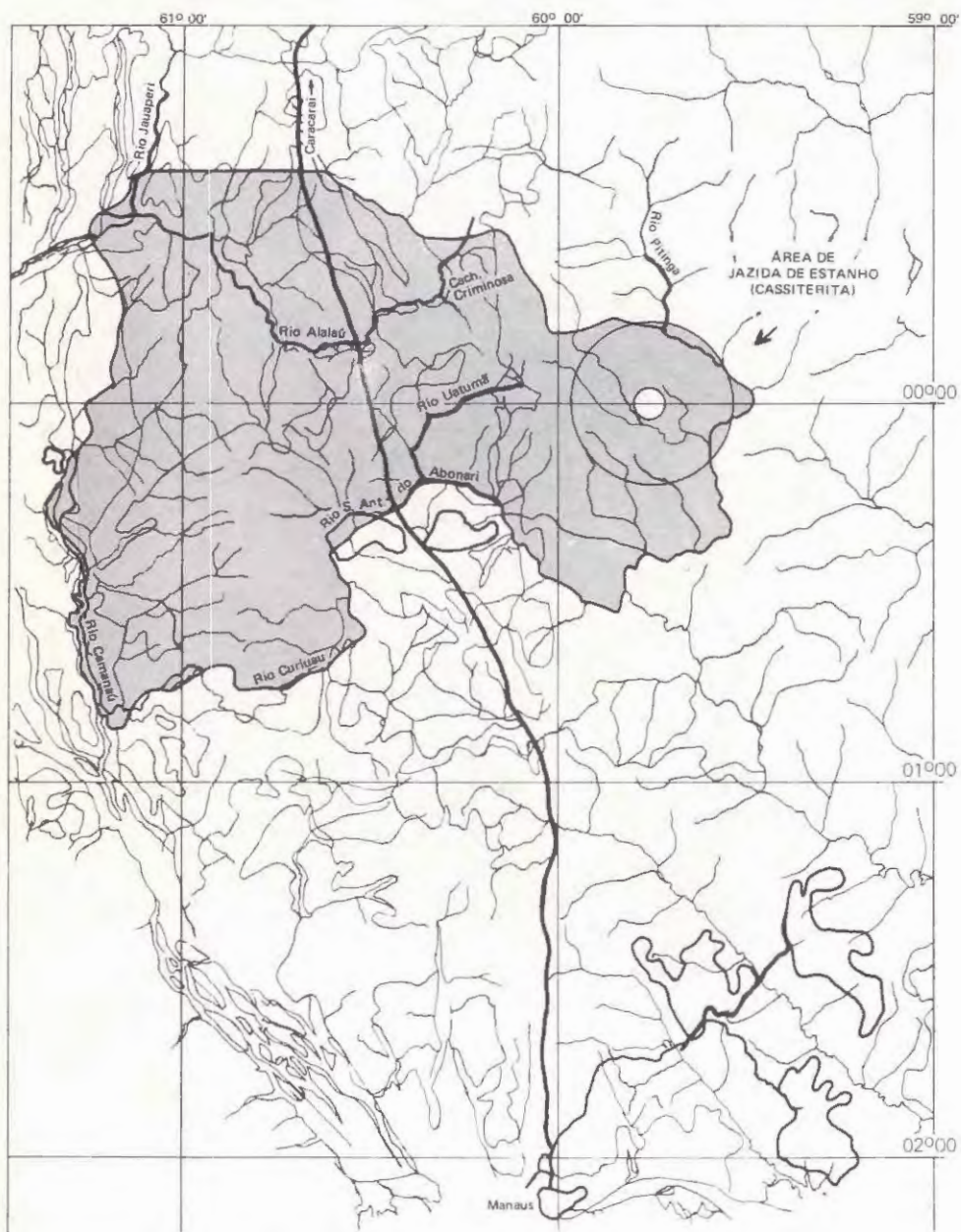
Canoas dos índios ATROARI – UBÁS – no “porto” do POSTO DE ATRAÇÃO ALALAU II. Em 1974.



O legendário índio WAIMIRI – Tuxaua Maruaga.
Foto em 1974



RESERVA WAIMIRI ATOARI
 --- Limite da Reserva
 ▲ Aldeia de Índio
 ● Posto de Funai



MAPA DA RESERVA WAIMIRI ATRÔDARI
Destacando a distância com relação a Manaus, Capital do
Estado do Amazonas.
Região Norte do Brasil — América do Sul.
Escala: 1: 250.000

REDE RODOVIÁRIA PRINCIPAL, EXISTENTE E PROJETADA NA PAN-AMAZÔNIA



GLOSSÁRIO

ANTA — Tapir. Mamífero perissodáctilo da família dos tapirídeos, que habita a região compreendida desde a Amazônia Colombiana ao charco Matogrossense. Mede cerca de 2 metros de comprimento e 1 metro de altura. Vive nas matas, nas proximidades dos rios e lagoas. É tido pelos caçadores como um caça nobre e sua carne é saborosíssima.

BACABA — Palmeira de espique anelado, folhas lanceoladas, lineares, de flores brancas, comestíveis, com as quais se fabrica bebida vinhosa. O palmito é alimentício. O fruto, oleaginoso e comestível. Palmeira do gênero *Oenocarpus*.

BALAIÓ — Cesta de palha, de talas de palmeiras ou de cipó, de forma arredondada, que serve para guardar farinha de mandioca e frutas.

BALATA — Nome genérico às espécies de sapotáceas produtoras de goma não elástica, de importância comercial. As principais espécies de "BALATAS" — São: Balata Verdadeira, Balata Rosada, Balata Rosadinha e Balata Inferior — extraída da massaranduba. (*Manikara Bidentata*, *Siderowylon Resineferum*, *Sideroxylon Cyrtobotrym*, *Minikara Huberi*).

BALATEIRO — Coletor de Balata.

BANDOLEIROS — Expressão designativa à pessoas que se prestam em grupos, à atividades fora da lei com uso da violência. Bandido. Cangaceiro.

BATELÃO — Embarcação robusta, construída com ferro ou madeira, usada para embarque e desembarque de cargas, sem propulsão própria.

BEIJU — Bolo de massa de mandioca ou de tapioca.

BORDUNA — Arma construída em madeira na forma de um grande facão.

BORRACHA — Substância elástica feita do látex coagulado de várias plantas principalmente a seringueira (*Hévea Brazilienses*).

BRINDES — Presentes ofertados e trocados com os índios, consistindo em facões, anzóis, facas, calções de pano, roupas em geral, arame, machado, enxadas, foices, etc.

CACHORRA — Cadela ainda nova. Fêmea do cão.

CANOA — Embarcação construída em madeira, de pequeno porte. Mede de 01 a 05 metros.

CASTANHA DO BRASIL — Castanha do Pará — Amêndoa rica em proteínas gorduras, sais minerais e vitaminas. Sabor muito apreciado. (*Bertholletia excelsa* H.B.K. Lecitidácea).

CRUZEIRO — Grande cruz erguida em cemitério, praças, largos. Símbolo do cristianismo. Era erguido sempre quando se fundava uma povoação. Servia de marco inicial de um povoado.

CURUMIM — Rapaz. Rapazinho de sete a doze anos, moleque. De Kyrymi-Curumi (Tupí).

DER-AM — Departamento de Estrada e Rodagens do Estado do Amazonas. Vinculado ao Governo do Estado do Amazonas.

DNER — Departamento Nacional de Estrada e Rodagens. Vinculado ao Ministério dos Transportes.

FUNAI — Fundação Nacional do Índio — Instituição do Governo Brasileiro, com a finalidade de defender e proteger os índios no Brasil. Substituiu o Serviço de Proteção aos Índios — SPI, extinto em 1967. Foi criada pela Lei 5.371, de 05 de dezembro de 1967.

GAVIÃO — Designação comum às várias espécies de aves falconiformes, da família dos acipítrídeos e falconídeos.

GÊNEROS — Produtos agrícolas, víveres, mercadorias.

IGARAPÉ — Ribeirão. Riacho. Caminho de canoa. De Ygára — Canoa-Pé Caminho.

JAMAXIS — Uma espécie de cesto de forma comprida, onde os índios Waimiri Atroari, carregam os seus pertences quando em viagem. Feito de tala de arumã e cipó de timbóçu, com alças para o peito e para a cabeça.

MACAXEIRA — Tubérculo comestível. Conhecida também como aipim. E as vezes, como mandioca.

MALOCA — Casa residencial comunal. A maloca dos índios Waimiri Atroari, consiste em uma construção de troncos fincados no chão, de espaço a espaço, que sustentam uma cobertura de palha de ubim trançado. Tem forma oval ou redonda, com duas portas e paredes também de hastes

fincadas no chão, forradas com palha de ubim ou buçu as quais, quase sempre não chegam a atingir a altura do teto, deixando uma abertura para a entrada de ar e para saída da fumaça de suas fogueiras. Internamente a maloca contém divisões que são esteios fincados ao chão os quais servem não só para dividir entre as acomodações de duas famílias, pois a maloca é um sistema de moradia comunal, como também servem para dar apoio as suas "Maqueras" que ficam atacadas nestes esteios e nos esteios de sustentação do teto. Em cada uma destas divisões vive uma família com seus pertences: Arcos, Flechas, Cuias, Jamaxis, Maqueras, etc.

MANDIOCA — Planta leitosa, da família dos euforbiáceos, cujos grossos tubérculos radiculares, ricos em amidos, são de largo empenho na alimentação e que servem para o fabrico da farinha para alimentação.

MAQUERAS — Rede de dormir, construída com fibras de tucum, em formato de malhas, com rombos de 8 a 10 cm quadrados e bastante resistentes.

MATEIRO — Pessoa conhecedora da selva e que oferece seus serviços como guia em expedições na mata.

PACA — Mamífero roedor dos cuniculídeos (*Cuniculus Paca*). Vive sempre perto d'água, onde busca refúgio quando perseguido. Adulto pesa cerca de 10 quilos e é apreciado para a caça esportiva.

PARANÁ — Braço de rio caudaloso, separado deste por uma pequena ilha. Canal que liga dois rios.

PARTEIRA — Mulher encarregada de ajudar no parto.

PENEIRA — Objeto circular, com caixilho de madeira ou cipó, com o fundo formado por telas de palhas de palmeiras.

PICADA — Caminho feito na mata, através de desmatamento das pequenas árvores ou arbustos, conservando-se as árvores maiores. Início da construção de uma estrada maior.

PIRANHA — Designação comum a várias espécies de peixes teléosteos, carcíformes, da família dos caracídeos. Conhecidos como carnívoros, extremamente ferozes e vorazes, com dentes numerosos e cortantes. Demonstam predileção especial por animais sangrantes, tornando perigosos os rios e lagos onde vivem.

PIRARARA — Peixe teléosteos, siluriforme da família dos pimelodídeos. Tem dorso escuro e uma faixa amarela ao longo da linha lateral, com

duas séries de pigmentos de amarelo ouro. Tido dos rios amazônicos, como peixe perigoso e devorador de animais.

PIRARUCU — Peixe teléosteos da ordem dos clúpeos, da família dos osteoglossídeos da bacia amazônica. É o maior peixe de escamas do Brasil. A pesca é feita com anzóis ou arpão. A língua é usada para ralar guaraná. A escama é utilizada para lixar unhas.

PORTO — A expressão "porto" é utilizado para designar o local onde as canoas ficam atracadas e onde os passageiros embarcam e desembarcam. É um barranco na margem dos rios e às vezes uma pequena enseada, própria para o atracamento das pequenas embarcações.

POSTO DE ATRAÇÃO — Consiste num local onde são instalados atrativos para que os índios arredios aproximem-se das pessoas que lá se encontram. Local de doação e trocas de presentes, visando conseguir fazer amizade com os índios arredios.

POSTO DE ATRAÇÃO ALALAU I — Local de atração instalado na margem esquerda do rio Alalau nas proximidades de sua foz com o rio Jauaperi.

POSTO DE ATRAÇÃO ALALAU II — Posto de Atração instalado na margem esquerda do rio Alalau, distante cerca de 3 quilômetros do traçado da BR-174.

POSTO DE ATRAÇÃO CAMANAU — Posto de Atração instalado na margem direita do rio Camanau, nas proximidades da foz do rio Curiau.

POSTO DE ATRAÇÃO SANTO ANTONIO DO ABONARI — Posto de Atração instalado na margem direita do Igarapé Santo Antonio do Abonari, distante do traçado da rodovia, cerca de 1:30 horas de viagem em motor de popa.

SERTANISTA — Pessoa que trabalha na selva. Acostumado ao trabalho junto as comunidades indígenas.

SEXTO BATALHÃO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO — Divisão do Exército Brasileiro, subordinado ao 2º Grupamento de Engenharia e Construção — encarregado de construções de estradas na região amazônica. Responsável pela construção na BR-174, Estrada Manaus-Caracará-Boa Vista.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS — SPI — Instituição do Governo Brasileiro, criada em 20 de julho de 1910, pelo Decreto 8.072 de 20 de julho de 1910, tendo como finalidade prestar assistência aos índios do

Brasil. Foi depois extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio — FUNAI. Dividia-se o SPI em Inspetorias Regionais. A 1ª Inspetoria foi instalada em Manaus, capital do Estado do Amazonas.

SUB-COAMA — Sub-Coordenação da Amazônia — Organismo criado dentro da própria FUNAI, para tratar dos assuntos da Amazônia Legal. Em cada região da Amazônia foi criada uma SUB-COAMA, subordinada a COAMA — Coordenação da Amazônia, com sede em Brasília — Distrito Federal.

TABOCA — Bambu. Taquara.

TAPIRI — Cabana. Do Tupi — Tapi'ri.

TRAIIRA — Peixe teléosteo da família das caracacídeos. Muito comum nos rios brasileiros.

TUCUM — Palmeira de cujas grandes folhas se extrai uma fibra forte é útil e cujas sementes fornecem 30 a 50% de um óleo alimentício. Atinge uns dez a doze metros de altura.

TUCUNARÉ — Peixe teléosteo, percomofa, da família dos ciclídeos da Amazônia, de coloração prateada.

UBÁS — Canoas feitas de um tronco de árvore inteiriça, cavado no meio, que com uso de remos, servem como embarcação e meio de transporte.

VARADOURO — Caminho estreito dentro da floresta.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E CITADA NESTE TRABALHO

Relatório que a Assembléa Legislativa Provincial apresentou na abertura da sessão ordinária do dia 03.05.1850, ao Presidente da Província do Amazonas – Francisco José Furtado.

Relatório que a Assembléa Legislativa Provincial apresentou na abertura da sessão ordinária do dia 07.09.1858, ao Presidente da Província do Amazonas – Francisco José Furtado.

Jornal do Amazonas – 28 de abril de 1878.

*JAUAPERI, PACIFICAÇÃO DOS CRICHANÁS – 1885.
Barbosa Rodrigues.*

*“DIE JAUAPERI” – Georg Hueber e Koch-Gruemberg Teodor.
Zeitschrift fuer Ethnologie, ano 39 – 1907, Berlin.*

*OFÍCIO Nº 144 – 23.02.1931 da Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas para a Inspeção do S.P.I. no Amazonas.
Relatório da Inspeção do S.P.I. – 1ª – dos anos 1930/1931.*

JOAQUIM GODIM

Etnografia Indígena – Estudos realizados em várias regiões da Amazônia nos anos de 1921 a 1926. Volume I – Editora Fortaleza, Ceará, 1938.

Relatório da 1ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, no Estado do Amazonas, em 1940.

OFÍCIO Nº 22 do Sr. Inspetor do S.P.I. Carlos Eugenio Chauvin, em 20 de fevereiro de 1941 ao Sr. Dorval de Magalhães, Prefeito de Moura.

*Colectânea Indígena – Tenente Alípio Bandeira
Tipografia Jornal do Comércio – Rodrigues & C. – 1929*

JAUAPERI – Alípio Bandeira – 1926.

Major LIMA FIGUEIREDO

Índios do Brasil

Brasíliana, série 5ª Vol. 163.

Biblioteca Pedagogia Brasileira

Cia. Editora Nacional, São Paulo – 1939.

Relatório do Dr. Alberto Pizarro Jacobina sobre a expedição chefiada pelo tenente WALTER WILLIAMSON do 4TH PHOTO CHARTING SQUADRON – 1944.

Relatório da 1ª Inspeção do S.P.I. do ano de 1946.

Relatório que Dr. Domingos Monteiro Peixoto entregou a administração da Província do Estado do Amazonas em 16 de março de 1875.

Relatório do S.P.I. – assinado pelo Inspetor Manoel Moreira de Araújo, em 03 de maio de 1961.

Jornal do Comércio – 30.05.68 – Manaus – AM.

Jornal do Comércio – 30.05.68 – Manaus – AM.

Jornal do Comércio – 07.07.68 – Manaus – AM.

Jornal da Tarde – SP – 09.11.68

Estado de São Paulo – SP – 09.11.68

A Crítica – Manaus – AM – 21.11.68

Folha de São Paulo – SP – 24.11.68

O Estado de São Paulo – SP – 24.11.68

O Estado de São Paulo – SP – 26.11.68

Folha de São Paulo – 27.11.68 – SP

Jornal do Brasil – RJ – 04.12.68

Jornal do Brasil – RJ – 10.12.68

O Estado de São Paulo – SP – 13.12.68

A Notícia – 08.02.73 – Manaus – AM

A Notícia – 17.02.73 – Manaus – AM

A Notícia – 02.02.73 – Manaus – AM

OFÍCIO Nº 46 do Chefe da 1ª Inspeção do S.P.I. em Manaus, M. Rocha Viana ao Sr. Diretor do S.P.I. – Em 22.03.49

Relatório de viagem de Gilberto Pinto Figueiredo Costa – 30.09.73

Jornal do Brasil – 17.01.74

Nota Oficial do 2º Grupamento de Engenharia e Construção – COMANDO DA AMAZÔNIA – assinada pelo General Bda. OCTAVIO FERREIRA QUEIROZ.

Ofício datado de 03 de dezembro de 1968, da C.N.B.B. assinado pelo Padre Mateus George – Sub-Secretário Regional Norte 1, ao Sr. Dr. Queiroz Campos – Presidente da FUNAI.

Relatório da Frente de Atração WAIMIRI ATROARI – Gilberto Pinto Figueiredo – 27.10.73.

Ofício nº 19/74 – 1ª D.R. do Sub-Coordenador da Coama – FUNAI, José Porfírio F. de Carvalho ao Sr. Comandante do 6º BEC datado de 02.07.74.

A Notícia – 05.01.74 – Manaus – AM

Ofício nº 119/74 do Chefe da Sub-Coama – Manaus – AM. José Porfírio F. de Carvalho para o Sr. Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção – em 22.10.74.

Ofício nº 87/74 do Chefe da Sub-Coama – FUNAI em Manaus – AM – José Porfírio F. de Carvalho ao Sr. Comandante do 6º B.E.C. datado de 01.10.74.

Ofício nº 120/74 do chefe da Sub-Coama – Manaus – José Porfírio F. de Carvalho, para o Sr. Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção em 22.10.74.

Ata da 81ª Sessão do Conselho Indigenista da FUNAI – 24.01.75.

OFÍCIO Nº 69/75 – CART. 05.02.75 do Chefe do D.O.P.S./Departamento da Polícia Federal – Bel. Hélio Vieira Junior ao Delegado da FUNAI em Manaus.

OFÍCIO Nº 042/E-2-CONF. de 21 de novembro de 1974, do Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção ao Comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção. Assinado pelo General de Brigada Gentil Nogueira Paes.

*A guerra do Extermínio contra os Waimiri Atroari
Egydio Schwade – 1980.*

General Meira Matos
Uma Geopolítica
Livreria José Olímpio Editora — volume 189.

José Veríssimo
Estudos Amazônicos
Coleção Amazônia — Universidade Federal do Pará.

Djalma Batista — 1916
O complexo da Amazônia
Temas Brasileiros
Editora Conquista.

Informação sobre os Índios Waimiri Atoari
Carlos Moreira Neto — 1975.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO



NOTA OFICIAL

O Comando do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, a quem está delegada a implantação da BR-174 (MANAUS-BOA VISTA-FRONTIEIRA / DA VENEZUELA), em face das constantes notícias que vem sendo publicadas em jornais desta Capital e, mesmo, dos grandes centros do País, em que o Sr. CEL. MOISEIRA MATA é apresentado como responsável ou culpado pelo trágico trucidamento de três funcionários da FUNAI por silvícolas, no posto daquela Fundação situado à margem do rio Alalaú, sente-se no dever de prestar ao público os indispensáveis esclarecimentos a fim de que conclusões precipitadas e acusações sem fundamento na verdade dos fatos não venham a estigmatizar o humilde patricio que, à sua maneira e com o seu trabalho, colaborou eficazmente na importante obra que estamos realizando.

Desde que se intensificaram os trabalhos de desmatamento na BR-174, com previsão de travessia da Reserva Indígena Waimiri-Atoari, este Comando mantinha-se permanentemente informado do que se estava acontecendo naquela frente de serviço, seja através do Comando do 6º BEC, que dirige diretamente os trabalhos, seja através da Delegacia Regional da FUNAI, cuja missão era exercer, com o seu pessoal especializado, o controle dos grupos indígenas Waimiri-Atoari que habitam as proximidades do traçado da rodovia.

Durante todo o período em que as turmas de desmatamento permaneceram na área indígena, que se estendeu de Jul 72 a 4 Jan 73, quando foi atingido o rio Jauaperi e iniciada a retirada do pessoal por aquele rio, nenhum choque ou desentendimento foi registrado entre trabalhadores e índios Atoari, muito embora estes recorressem frequentemente aos acampamentos das turmas, via de regra em busca de presentes, particularmente artigos de alimentação. A segurança das operações foi mantida, na travessia do território habitado pelo Atoari, pela observância de procedimentos previamente estudados e estabelecidos, ditados pela experiência e argúcia de homens estudiosos da história e dos hábitos indígenas e conhecedores da região, como o Ten Cel José de Almeida Oliveira, Cmt 6º BEC; o sertanista Gilerto Pinto Figueiredo Costa, da FUNAI e o empreiteiro André Moreira Nunes. Duas regras básicas foram respeitadas: a presença permanente de grandes efetivos (cerca de 200 homens foram mantidos em serviço) e a desencorajação qualquer atitude agressiva por parte dos indige-

S. Moreira

nas e a abundância de suprimentos, que neutralizasse a sua natural
cobiça e rapacidade. Essas medidas revelaram-se plenamente eficá-
zes e asseguraram a paz entre trabalhadores e silvícolas durante
todo o tempo em que estiveram em contato.

Uma vez atingido o rio Alalaú pelas turmas de desmatamento, em
Jul 72, o empreiteiro André Moreira Nunes contratou Celso Moreira
Maia para efetuar o transporte de suprimentos, por via fluvial, até
o acampamento estabelecido na margem norte daquele rio e que servi-
ria de apoio para o prosseguimento dos trabalhos. Desincumbindo-se
desta tarefa foi que Celso Maia manteve, em duas oportunidades ape-
nas, contatos casuais com grupos de Atroarís, em companhia de seu
chefe, o Sr. Pedro Leandro. Ambos os contatos, porque se verificaram
no local de acampamento da turma de desmatamento, à margem do Alalaú, ou em
suas proximidades, foram testemunhados por um número considerável
de pessoas, que são unânimes em afirmar quanto às manifestações de
alegria e consideração dos indígenas para com Celso Maia, chama-
ndo-o, mesmo, repetidamente, de "Papai Maia". Há, pois, abundante e
habitável comprovação testemunhal da boa acolhida dada pelos in-
dígenas a Celso Maia. Já a versão que tem sido difundida, de que
aquele cidadão teria praticado atos ofensivos aos costumes indíge-
nas e por isso atraído seu ódio, carece totalmente de testemunhas /
oculares e peca pela inaceitabilidade da história fantástica de
um homem que, quase sozinho, teve a inacreditável coragem e audá-
cia de ofender os Atroarís em suas próprias malocas, retirando-se,
após, impune e ileso.

Dados de 14/15 Ago e 17/20 Set os contatos de Celso Maia com
os Atroarís, comprovadamente amistosos. Após esta última data, não
mais os encontrou, por motivos que adiante se verão.

Em Out 72, o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa, en-
comendado pela FUNAI de chefiar os trabalhos de controle dos Atroa-
rís durante a travessia da Reserva Indígena pelas turmas de desma-
tamento da BR-174, solicitou ao Cmdo Gpt o afastamento de Celso
Maia daquela área, sob a alegação de que suas relações com os in-
dígenas estariam perturbando o trabalho da equipe da FUNAI. Já sa-
bedor da verdadeira natureza das relações de Celso Maia com os A-
troarís, através das informações procedentes da frente de serviço,
este Comando considerou a solicitação do sertanista e atribuiu-a
a razões exclusivamente de ordem técnica, perfeitamente compreensí-
veis. Uma excessiva popularidade do transportador entre os Atroa-
rís, francamente caracterizada e comprovada, poderia enfraquecer ou
comprometer a ação de liderança sobre os indígenas que, por imposi-
ção circunstancial, deveria ser mantida por Gilberto Pinto. Fiel, portan-

to, à política de unidade de comando, fixou a definição de responsa-
babilidades e sempre confiou, a ação profissional
especializada dos elementos da FUNAI e no apoio da orientação
guida por aquele órgão, o Cmdo Gpt recomendou ao empreiteiro André
Moreira Nunes que Celso Maia não mais entrasse em contato com os A-
troarís. O que foi aceito e compreendido ambos, não tendo Cel-
so Maia, em suas viagens que realizou, ultrapassando a confluência
Jauaperí/Alalaú.

Não foi, pois, convém frizar, Celso Maia proibido de penetrar na
Reserva Indígena por mau comportamento em relação aos indígenas, mas,
simplesmente afastado, de comum acordo, a fim de manter-se o princí-
pio de fixação de responsabilidades previamente estabelecido: a cons-
trução da estrada é missão do Exército; o controle dos indígenas é
missão da FUNAI.

Realmente, no período que transcorreu após 20 Set 72, data do
último contato de Celso Maia com os silvícolas, estes o procuraram /
várias vezes, não com o propósito vindicatório que está sendo atri-
buido a essas buscas, senão com a esperança de obter novamente com
ele as utilidades com que costumava brindá-los. Se houve qualquer im-
paciência ou inquietação entre os indígenas provocada pela pessoa de
Celso Maia, isto deveu-se à sua prolongada ausência, pois aguardavam
a sua volta, vendo nele um homem capacitado a proporcionar-lhes coi-
sas por eles apreciadas, jamais um elemento nocivo a ser eliminado.

Assim sendo, com base em fatos comprovados e no bom senso, esta-
ríamos muito mais próximos da verdade se formulássemos a hipótese de
os indígenas terem trucidado os desventurados funcionários da FUNAI
por julgá-los responsáveis pelo desaparecimento de Celso Maia ou por
sua incapacidade de fazê-lo aparecer. E, neste caso, a "culpa" recaí-
ria sobre o dedicado sertanista Gilberto Pinto, que propoz o seu a-
fastamento da área e o Cmdo 2º Gpt E Cnst, que concordou com a medida.
E muitos outros "culpados" poder-se-ia encontrar, seguindo essa li-
nha de raciocínio e fazendo variar as hipóteses.

Donde se conclui que o essencial da questão não é encontrar, o
brigatoriamente, culpados. Isso não restituiria a vida àqueles in-
dígenas funcionários que tombaram no seu posto e no cumprimento do seu
dever, nem traria mais satisfação e amparo às suas famílias. Criminal-
mente falando, os culpados são os Atroarís, que os assassinaram, e
mais ninguém. E estes são irresponsáveis perante nossas leis, dada a
sua condição de selvagens. Buscar culpados ou responsáveis indiretos
dela triste ocorrência seria uma tarefa quase irrealizável e sem qual-
quer objetivo prático, por isso que a todos os atos, erros ou omissões
praticadas anteriormente ao massacre, por quem quer que fosse, e que

Gilberto Pinto

Gilberto Pinto

puderam pô-lo praxado ou proclamo, faltando a condição essencial para reconhecer a culpabilidade, qual seja o propósito deliberado de atingir aquele resultado.

Nos momentos das tremendas dificuldades enfrentadas pelos dedicados membros da FUNAI, no cumprimento da tarefa mais árdua, difícil e sacrificada que se tem notícia neste País. Beneficiamo-nos permanentemente desse trabalho e consideramo-lo fator decisivo dos êxitos até agora alcançados na nossa missão, pelo que lhes somos infinitamente gratos. Ao mesmo tempo que nos irmanamos com eles, na sua dor pela perda daqueles três companheiros, confiamos em que a inteligência, sensatez e dignidade de seus dirigentes acibam conduzir as indispensáveis investições no sentido de apurar-se quais os erros e falhas de planejamento ou de segurança cometidos na montagem e operação do posto de Alalaú, visando, exclusivamente, evitá-los no futuro, poupando, assim, vidas tão preciosas para a consecução de seus obras e grandes objetivos.

Estes são os esclarecimentos que o Cmdo 2º Gpt E Cnst sentiu-se no dever e na obrigação de prestar aos nossos patrícios, em nome do Bom Senso, da Justiça e da Verdade.

Manaus-AM, em 13 de fevereiro de 1973

Octavio Ferreira Queiroz
Gen. Sda OCTAVIO FERREIRA QUEIROZ
Cmt do 2º Gpt E Cnst

Confere com o original

Quartel em Manaus-AM, em 19 de junho de 1973

NEY DE OLIVEIRA AQUINO - TEN CEL ENG QEMA
CHEFE DA 2ª SEÇÃO DO 2º GPT E CNST

Nº 0074-

MANAUS, 4 DE NOVEMBRO DE 1974

AO SR. GILBERTO PINTO F. COSTA

AO SR. SUBCOORDENADOR COAMA

SENHOR SUBCOORDENADOR

AO SUGERIRMOS A AMPLIAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA SOLICITADA NO RELATÓRIO S/N DATADO DE 27/10/73 E ENCAMINHADO À COAMA ATRAVÉS DO FICID Nº 33/73 DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973, VIMOS MAIS UMA VEZ SOLICITADA SEJA AMPLIADA COM A POSSÍVEL BREVIDADE A REFERIDA ÁREA ENUNERADAS NO 4º PARÁGRAFO COM OS NÚMEROS 1, 2 E 3, SENDO QUE A DE Nº 3 FOI DESCOBERTA RECENTEMENTE EM SOBREVÔS NO AVIÃO DA FUNAI, QUATRO (4) MALOCAS ALÍ EXISTENTES, TORNANDO-SE NECESSÁRIO A INTERDIÇÃO DESSA ÁREA, ISTO QUE, CONSTA QUE GRUPOS CHEFIADOS POR DEPUTADOS FEDERAIS E OUTROS VENERAM EM SÃO PAULO ÁREAS QUE PROVAVELMENTE ATINGIRAM A ÁREA ONDE ESTÃO SITUADAS AS QUATRO (4) MALOCAS RECENTEMENTE DESCOBERTAS.

CORDIALMENTE

Gilberto Pinto F. Costa
GILBERTO PINTO F. COSTA

OF. Nº 155/74

Manaus, 06 de novembro de 1974

Senhor Coordenador

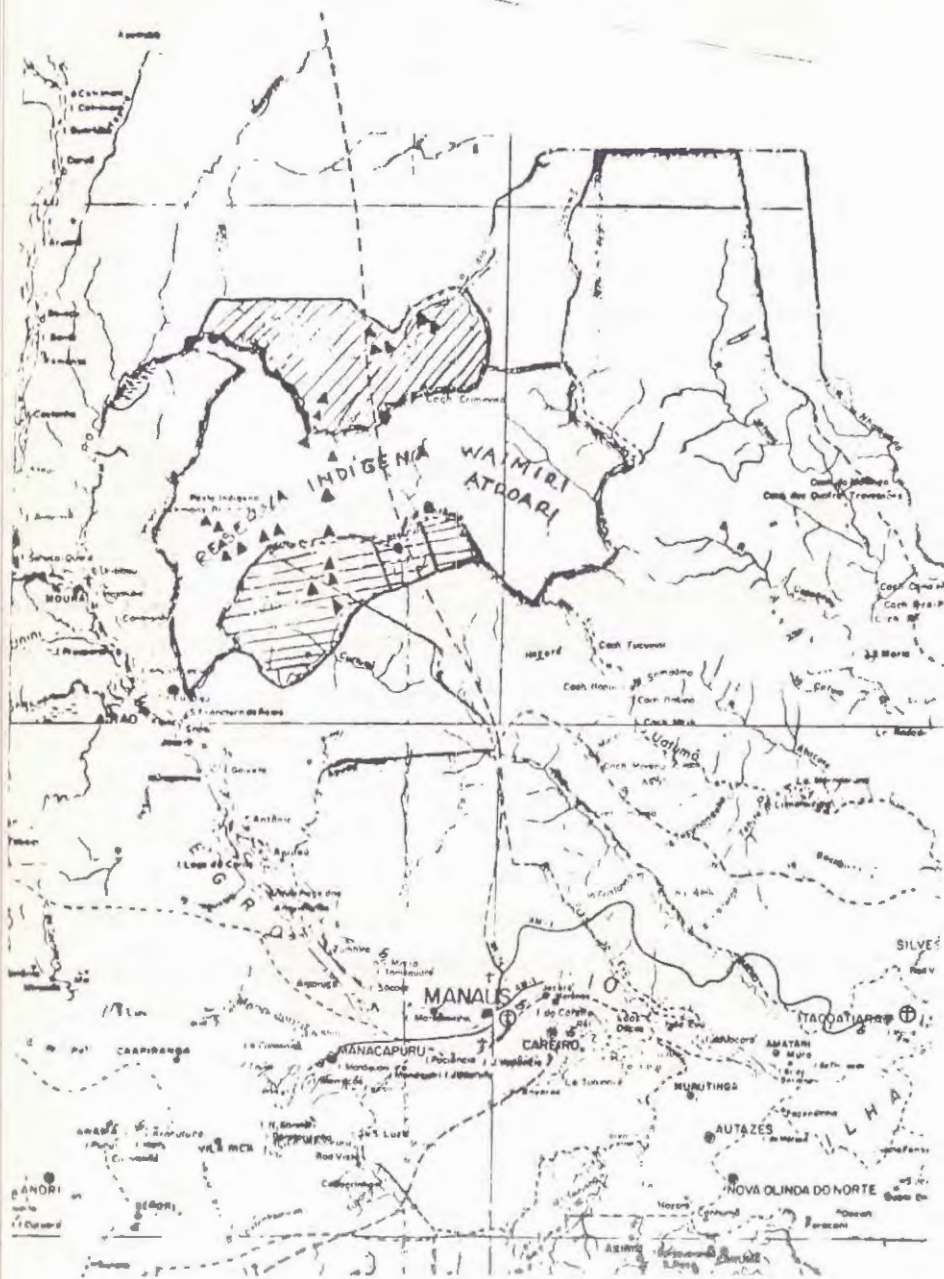
Encaminhamos em anexo memorando nº 20/74, onde o sertante GILBERTO DINTO, encarregado da frente de atração WAIMIRI-ATROARI, solicita a interdição de áreas habitadas por índios WAIMIRIS e ATROARIS.

As áreas solicitadas, estão sendo alvo de invasão, por parte de terras e madeiros. Nas proximidades do ig. STO. ANTONIO D BONARI, já flagramos trabalhadores em desmatamento, pertencentes ao empreendimento do Cel. Galvoso, que se fez possessor daquela área. Além disso, está em construção uma serraria, cujos proprietários ainda não conseguiram licitar, mas tudo indica que se trata de projeto aprovado pela FUNDAMA.

Tanto o empreendimento do Cel. Galvoso e da serraria, e a construção da faveira de 10 kms da reserva e próximo portento das malocas indígenas, o que representa grave problema e exige medidas de urgência, para evitar possíveis desastres.

Alertamos ainda para o fato de que, tomamos conhecimento através do próprio Cel. Galvoso, que o Deputado Federal ABRAÃO BARBOSA, tem toda a área incluindo as malocas dos índios e está promovendo a venda de alguns lotes a grupos financeiros paulistas. Chegamos a verificar que a área, totalmente lotada.

Por isso, urge que sejam tomadas medidas de urgência no sentido de afastar os investidores e interditar a área habitada pelos índios WAIMIRIS-ATROARIS, independente de reserva já existente.



Na oportunidade, apresentamos nossos protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente

JOSÉ PORFÍRIO FONTENELE DE CARVALHO
SUB-COORDENADOR DA COAMA

AO
SR. COORDENADOR DA COAMA
BRASÍLIA - DF.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2º GRUPOAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

CE nº 042-E2-CONF

Manaus-AM, em 21 de novembro de 1974
Do Comandante do 2º Gpt E. C. St
Ao Comandante do 62 BE Cnst
Assunto: Trabalhos na ER 174
(determina)

1. Em consequência da reunião realizada no KM 220 da BR 174, entre este e esse Comando, juntamente com os Srs FRANCISCO MONT' ALVERNE PIRES, Delegado Regional da Funai no Estado do Amazonas e SAUL CARVALHO LOPES, Diretor da Divisão Amazonia da FUNAI, e, considerando:


- os últimos acontecimentos havidos na região do Rio AM,;
- que os trabalhos de implantação da ER 174 não podem ser interrompidos;
- que esses trabalhos devam ser realizados obedecendo às regras de normas de segurança.

2. Determina-se que:

- a Tarefa de Desmatamento Manual, a partir do KM 220, seja realizada em conjunto com a Tarefa de Desmatamento e que ambas as Tarefas possuam o devido acompanhamento;
- a Tarefa de Desmatamento Manual realize seus trabalhos em grupos e que esses grupos possuam, no mínimo, 15 homens;
- a Tarefa de Desmatamento Manual seja sempre acompanhada, por elementos especializados da FUNAI;
- dentro das disponibilidades da FUNAI, sejam as demandas / tarefas acompanhadas por esses elementos especializados;
- sejam dadas instruções intensivas para que todas as equipes e os grupos que recebem visitas amigáveis dos índios, sejam considerados como um aviso do futuro ataque e que sejam tomadas as necessárias medidas para retrair ou receber os ataques;

- sejam distribuídos às turmas e grupos - foguetes e bombas do tipo "junho" - para afugentar os índios, devendo esses artefícios pirotécnicos serem utilizados com parcimônia, para que produzam resultados;
- seja estabelecido no Destacamento Sul desse Batalhão um Grupo de Segurança, comandado por oficial, com efetivo a critério desse Cmo e que tenha entre outras, as seguintes missões:
 - planejar e dar segurança às turmas de trabalho, com prioridade para as turmas mais destacadas a frente;
 - planejar e dar segurança nos deslocamentos motorizados que os oficiais e sargentos Chefes de Turma são obrigados a fazerem, por força de suas atribuições;
- esse Grupo de Segurança seja devidamente instruído para, no caso de indícios de agressão, utilizar todos os meios de persuasão possíveis, só se valendo do uso da força nos casos de legítima defesa própria ou de outros;
- esse Cmo coloque, de início, homens à disposição da FUNAI para auxiliar o trabalho dos sertanistas e que, no futuro, forneça uma complementação de salário ao pessoal contratado pela FUNAI;
- esse Cmo forneça todo o apoio solicitado pelos elementos especializados da FUNAI, apoio esse em brindes, gêneros alimentícios, material para construção de Postos, alojamentos e demais locais necessários;
- esse Cmo, caso haja visitas dos índios, realize pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso de dinamite;
- sejam os acampamentos protegidos com cercas de 8 fios de arame farpado, o que, entre a cerca e a mata, haja uma área terreno limpo (desmatado), com no mínimo 6m de largura, envolvendo todo o acampamento.

5. Informe outrossim que, fica estabelecido que o relacionamento com vista à pacificação dos índios é a cargo da FUNAI, a quem esta se solicita medidas que precedam e acompanhem os trabalhos de implantação da rodovia.



 Gen Eda GENTIL NOGUEIRA PAES
 C-2 do 2º Gpt E Cnst

Os meus agradecimentos a

- D. Cândida Pastana de Carvalho,
- Claudio dos Santos Romero,
- Elisabeth Gameiro,
- Célio Horst,
- Carlos Moreira Neto,
- Paulo Campos Martins,
- Egydio Schwade,
- Ezequias Heringer, o Xará,
- Ana de Carvalho Lange,
- Estevão Rodrigues,
- Sebastião Amancio,

Que me ajudaram muito na realização deste trabalho.

Coordenação, Diagramação e Arte
MILTON FURLAN